

Silvia Virginia Coutinho Areosa e
Cristiane Davina Redin Freitas

Envelhecer NO CAMPO





Envelhecer no Campo

Apoio financeiro:



Silvia Virginia Coutinho Areosa
Cristiane Davina Redin Freitas

Envelhecer no Campo



Pedro & João
editores

Copyright © Silvia Virginia Coutinho Areosa; Cristiane Davina Redin Freitas

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras.

Silvia Virginia Coutinho Areosa; Cristiane Davina Redin Freitas

Envelhecer no campo. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 192p.

ISBN: 978-65-86101-21-8 [Impresso]

978-65-86101-34-8 [Digital]

1. Envelhecimento. 2. Envelhecer no campo. 3. Pessoa idosa na zona rural. 4. Autoras. I. Título.

CDD 306

Capa: Andersen Bianchi

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Comitê científico Ad Hoc:

Dr. Delcio Antônio Agliardi – UCS; Dra. Elenir Fedosse – UFSM; Dra. Francisca Denise Silva Vasconcelos – UFC; Dra. Marines Tambara Leite – UFSM; Dra. Melissa Agostini Lampert – UFSM; Dr. Pedrinho Arcides Guareschi – UFRGS; Dra. Raimunda Silva de Alencar – UESC

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi Maia (UNESP/Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/ Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil)



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
Paula Remoaldo	
APRESENTAÇÃO	13
Silvia Virginia Coutinho Areosa	
1. PERFIL DA PESSOA IDOSA NO MEIO RURAL	15
Silvia Virginia Coutinho Areosa, Cristiane Davina Redin Freitas	
2. QUALIDADE DE VIDA E SAÚDE DO IDOSO RURAL	39
Cristiane Davina Redin Freitas, Míriam Cabrera Delboni, Lílian Konzen	
3. GÊNERO E ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL	63
Silvia Virginia Coutinho Areosa, Eduarda Corrêa Lasta, Mariluzza Sott Bender	
4. TRABALHO, APOSENTADORIA E RENDA	85
Silvia Virginia Coutinho Areosa, Diorginis Luis Fontoura da Rosa, Juliana Rohde	
5. CONTEXTO RURAL E CIDADANIA	103
Cristiane Davina Redin Freitas, Roberto Wickert	
6. SUPORTE SOCIAL E REDE DE APOIO À PESSOA IDOSA	135
Silvia Virginia Coutinho Areosa, Lucas Antônio da Silva, Rafeale Luiza Klafke	

7. FAMÍLIA: RELAÇÕES, CULTURA E ANTEPASSADOS	151
Silvia Virginia Coutinho Areosa, Suélen Ferreira	
8. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO ENVELHECIMENTO NO MEIO RURAL	169
Cristiane Davina Redin Freitas, Rodrigo Benck	
SOBRE OS AUTORES	189

Prefácio

Nunca fez tanto sentido, como no presente século, falarmos de envelhecimento. Pela primeira vez na história da Humanidade, num número significativo de países, o aumento da esperança de vida à nascença e o decréscimo mais sustentado da taxa de natalidade permitiram destacar o crescente contributo da população idosa na estrutura demográfica de cada país. Mas o processo de envelhecimento é muito diversificado e heterogêneo, quer entre países quer no seio de cada país.

A elevação do nível de instrução da população e o aumento do acesso à informação, que permite viver mais anos e de forma crescentemente mais saudável, também tem conduzido a um crescente número de idosos ativos e com significativo contributo social. Neste momento, está ao alcance de muitas pessoas a concretização de medidas preventivas e a promoção do seu próprio bem-estar, o que nos possibilita, se quisermos ser pró-ativos, planificar um envelhecimento activo. Sendo assim, o empoderamento nunca teve tanto poder na nossa qualidade de vida, como no momento actual, permitindo que sejamos independentes e autónomos um número cada vez maior de anos da nossa vida.

Na realidade, à escala do planeta, um elevado número de indivíduos (na ordem dos milhares de milhões) passou a ter acesso a um conjunto significativo de medidas preventivas, que estão comprovadas que podem prolongar a vida, assim como a inúmeros dados sanitários acessíveis através da Internet (além de outras formas mais tradicionais usadas).

Não obstante, importa não olvidar que parte da população mundial continua a não ter acesso à Internet, à divulgação dos benefícios dos comportamentos preventivos e à possibilidade de interiorização dos mesmos. Sabendo que os comportamentos preventivos são sempre, em qualquer domínio científico e parcela

da população, difíceis de serem implementados; no seio do grupo populacional mais envelhecido estes podem revelar-se mais difíceis de serem implementados.

Tendo por base estes pressupostos, “Envelhecer no Campo”, título feliz encontrado pelas autoras Silvia Virginia Coutinho Areosa e Cristiane Davina Redin Freitas, faz ainda mais sentido na nova era que estamos a viver desde início de 2020 e na qual as áreas rurais podem ser, afinal, nalguns países, locais de menor risco para a nossa integridade física e mental. Estou a referir-me à realidade Europeia e de outros continentes (incluindo o Brasil), em que a chegada recente da doença COVID-19, relacionada com o novo coronavírus, veio pôr em causa o modelo de globalização que tem sido votado a uma aceleração feroz nos últimos anos. Atendendo a que estão, à data da redação do presente Prefácio, a serem atingidas, nesta fase de pandemia, sobretudo as grandes cidades Europeias, os residentes em espaços rurais, parecem estar, aparentemente, mais resguardados. Muitos deles perante este novo cenário poderão realizar uma análise mais detalhada dos reais benefícios de se viver em espaço rural.

Importa recordar que a presente obra está dividida em oito capítulos, apresentando uma escrita fluída e um bom fio condutor. É de leitura fácil e com interesse assinalável em termos científicos e sociais. Resulta de um estudo intitulado “Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul”, que foi recentemente finalizado no seio do grupo de estudos e pesquisa “Envelhecimento e Cidadania - GEPEC” da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC/RS. Trata-se de uma obra bem estruturada, que foi concretizada por um grupo de pesquisa (coordenado pela Professora Doutora Silvia Virginia Coutinho Areosa) de uma Universidade que tem estado na linha da frente, e com grande valor social, na investigação realizada sobre o envelhecimento. Este estudo permite compreender melhor a realidade da população idosa rural do município de Santa Cruz do Sul e as diferenças entre o viver a velhice no campo e na

cidade. Tal como é mencionado pelas autoras da obra, os resultados encontrados poderão ajudar os decisores públicos e políticos nas suas estratégias de planeamento das políticas ligadas ao envelhecimento que prevejam a vivência de alguma qualidade de vida no meio rural.

Constitui um estudo aprofundado sobre vários aspetos do envelhecimento que ainda carecem de análise, quer no Brasil, quer noutros países, tais como, quem são os idosos, como vivem e quais são as experiências que têm no espaço rural.

O estudo realizado ganha ainda mais pertinência devido ao facto de os dados dos últimos Recenseamentos da População, realizados em 2000 e em 2010, terem confirmado que no Vale do Rio Pardo (região onde se insere o município que foi analisado) a percentagem de população que vive no meio rural com 60 e mais anos de idade (5,84%) é superior à do estado do Rio Grande do Sul (2,53%) e do Brasil (1,73%). Em 2016, de acordo com o IBGE, aquela região possuía a mais elevada percentagem de pessoas idosas do Brasil (15,9%), acima da média do Brasil (14,3%). Em 2019 o Brasil parece ter alcançado um recorde em termos de percentagem desta parcela da população (16%) prevendo-se que nos próximos anos continue a crescer o seu peso.

É interessante recordar que o município analisado foi colonizado por imigrantes alemães no século XIX, e que a casa adquire um significado diferente no espaço rural, pois além de incluir o espaço físico encerra aspectos culturais, psicológicos e sociais, visto incluir o trabalho no campo, a vizinhança e a comunidade. Esta é uma realidade positiva que não acontece nos espaços urbanos, sobretudo nas grandes cidades.

A amostra de idosos que foi usada no estudo foi significativa, na ordem das 236 pessoas, com idades maioritariamente entre os 60 e os 70 anos. Apraz-nos salientar a percepção positiva dos idosos relativamente à sua moradia, visto 79,7% dos idosos inquiridos terem revelado que a consideravam como boa (51,3%), muito boa (21,2%) ou excelente (7,2%). Apenas 1,7% a avaliou como ruim. A preferência pelo lugar onde habitam deriva da

percepção que detêm sobre a vida na cidade, que é seguramente mais agitada do que a que vivenciam no campo. A melhoria da qualidade de vida a que têm assistido, com possibilidade de acesso a vários tipos de serviços e infraestruturas (e.g., energia eléctrica e água canalizada) também tem contribuído para uma percepção positiva do lugar onde vivem. O aumento da mobilidade também tem sido importante para a sua maior qualidade de vida (48,3% usam o carro próprio para se deslocarem e 29,6% o ônibus). Os 9,9% que pedem carona para outros que possuem carro próprio traduzem algum espírito comunitário, que prevalece, de ajuda ao próximo. Não obstante, a deslocação a pé usada por 8,2% dos inquiridos denuncia a cobertura que não é eficiente da rede de transportes.

A menor agitação do que a que ocorre nas cidades, a qualidade do ar, a possibilidade de uma maior gestão do tempo, de relações mais duradouras e de integração social, são os principais elementos revelados pelas narrativas de 20 entrevistados.

Foi muito positiva a autopercepção do estado de saúde, tendo apenas 6,4% dos inquiridos manifestado que consideravam o seu estado como “ruim”. Foram encontradas diferenças entre as mulheres e os homens, continuando as mulheres, mesmo após a aposentadoria a estarem mais responsabilizadas pelo trabalho doméstico, enquanto o homem mantém as tarefas mais ligadas ao contexto exterior. Esta conclusão confirma a manutenção de relações de poder patriarcal.

Os resultados do estudo realizado também permitiram concluir que os idosos desempenham um papel relevante nos espaços rurais, podendo ser encarados como atores de educação e de aconselhamento sobre a vida.

No Brasil, país que possui um vasto território, continua a ser fácil encontrarmos diferentes processos de envelhecimento com assinaláveis desigualdades entre regiões. São vários os epidemiologistas que têm prognosticado que este tipo de situação poderá continuar a ocorrer com mais frequência num futuro

próximo, pelo que os espaços rurais poderão vir a ser encarados de forma mais positiva do que o foram até ao momento. No entanto, há que criar condições sanitárias e de acesso às pessoas que desejam viver nesses espaços, assim como a outro tipo de serviços e equipamentos, que permitam uma realidade equivalente à de muitos espaços urbanos.

Todos nós estamos, desde que nascemos, imbuídos num processo de envelhecimento, que deve ser estrategicamente planificado e que deve ser sempre encarado como uma oportunidade de renascimento, de aperfeiçoamento e de aproveitamento de novas oportunidades (*e.g.*, comungar mais serenamente com a natureza ou com as pessoas mais importantes da nossa vida). Num mundo que vai ser “um novo mundo” após a pandemia da doença COVID-19, talvez passemos a dedicar mais tempo à preparação do nosso futuro como idosos e aprendamos a destriçar o que realmente é importante para sermos felizes!

Braga, Portugal, 23 de março de 2020.

Paula Remoaldo

Professora Catedrática na Universidade do Minho

APRESENTAÇÃO

Gostaríamos de apresentar para os leitores os resultados de um estudo científico chamado originalmente de “Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul”, projeto de pesquisa planejado em 2016 e executado ao longo dos anos de 2017 a 2019 pelo grupo de estudos e pesquisa “Envelhecimento e Cidadania-GEPEC” da Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC/RS.

Este estudo contou com uma equipe de 12 pesquisadores entre professores, alunos de graduação, mestrado e doutorado que participaram de diferentes etapas da pesquisa ao longo destes anos e que são coautores nos capítulos deste livro. A partir desta pesquisa, se pode compreender mais sobre a realidade da população idosa rural do município e as diferenças entre o viver a velhice no campo e na cidade. Os resultados obtidos foram apresentados em um seminário aberto à comunidade santacruzense no dia 25 de outubro de 2019 no espaço da Universidade de Santa Cruz do Sul, como forma de retorno e agradecimento aos patrocinadores e apoiadores do estudo.

Acreditamos que os resultados da pesquisa, agora organizados por temas neste livro, poderão auxiliar órgãos públicos no planejamento e estratégias para lidar com as especificidades e possíveis dificuldades que se apresentam ao processo de envelhecimento com qualidade de vida no meio rural. Também foi disponibilizado um relatório da pesquisa ao Conselho Municipal do Idoso de Santa Cruz do Sul no ano de 2019 e os dados de pesquisa foram apresentados em diversos eventos científicos como: Congresso Internacional de Estudos do Envelhecimento Humano, Fórum Gaúcho do Ensino Superior sobre Envelhecimento Humano, ABRAPSO Sul, JIRS, ENANPUR e Seminário de Iniciação Científica da UNISC. Cabe destacar que a pesquisa recebeu o prêmio destaque de iniciação científica da

UNISC nos anos de 2017, 18 e 19 gerando 3 artigos com publicação na Revista Jovens Pesquisadores.

O grupo de pesquisa agradece o apoio do Conselho Municipal do Idoso de Santa Cruz do Sul através do Fundo Municipal do Idoso e da Alliance One Brasil Exportadora de Tabacos Ltda. que financiaram a realização desta pesquisa e a publicação de seus resultados. Aos funcionários da UNISC principalmente do escritório de projetos que deram todo suporte desde orçamento até a prestação de contas à prefeitura municipal dos recursos recebidos. Assim como, à Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC pelo apoio financeiro, estrutura física e liberação de horas dos professores pesquisadores e de bolsistas de IC ao longo dos quatro anos de trabalho. Importante lembrar os órgãos de fomento à pesquisa CNPq e Fapergs, que nos apoiaram com bolsas de iniciação científica para a realização da pesquisa ao longo destes anos.

Precisamos agradecer também aos professores doutores, pesquisadores da área do envelhecimento de outras IES, que fizeram parte do comitê científico desta obra, realizando a avaliação cega por pares dos textos e dando contribuições importantes para sua qualificação. A professora doutora Paula Remoaldo da Universidade do Minho/PT que faz o prefácio do livro e o apresenta de forma grandiosa. E, por fim, mas não menos importante, agradecemos aos agentes comunitários de saúde, profissionais das Estratégias de Saúde da Família, funcionários do hospital Monte Alverne e coordenadores de grupos de Terceira Idade que nos auxiliaram na fase da coleta de dados e nos permitiram realizar o estudo em seus espaços institucionais. E, principalmente as 236 pessoas que responderam à pesquisa e disponibilizaram seu tempo e confiança em nossa equipe. Sem vocês este livro não existiria!

Dra. Silvia Virginia Coutinho Areosa
Coordenadora da Pesquisa

Perfil das pessoas idosas no meio rural

Introdução

Os dados apresentados nesse livro são oriundos da pesquisa intitulada “*Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul*”, realizada (2017-2020) pela equipe do Grupo de estudos e pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC.

Por que falar em pessoa idosa que vive no campo? A razão para realização desta pesquisa é trazer reflexões sobre um tema pouco discutido nos estudos sobre o envelhecimento: quem são, como vivem e quais experiências têm as pessoas que residem no meio rural.

Na região do Vale do Rio Pardo a população estimada está em 471.857 habitantes. No município de Santa Cruz do Sul em 2010, foram contabilizadas 118.374 pessoas (IBGE, 2010). Estimase que 14,3% da população da região seja formada por pessoas com 60 anos ou mais. Por conseguinte, nos censos demográficos de 2000 e 2010, foi possível observar que o percentual de pessoas idosas de ambos os sexos residentes no meio rural é maior no Vale do Rio Pardo (5,84%) se comparado ao percentual do Rio Grande do Sul (2,53%) e do Brasil (1,73%). Ou seja, verifica-se que na região há uma grande incidência de pessoas com mais idade vivendo no meio rural.

Geograficamente o município de Santa Cruz do Sul está situado na região do Vale do Rio Pardo, na encosta inferior do nordeste do estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 155 Km da capital gaúcha, Porto Alegre. Faz divisa com os municípios de

Passo do Sobrado, Venâncio Aires, Sinimbu, Vera Cruz e Rio Pardo, com acesso pela BR 116, BR 386 e pela RSC 287.

Seu território é caracterizado por áreas levemente onduladas ao Sul, com vales, morros e elevações de maior dimensão oriundas dos primeiros contrafortes da Serra Geral. Possui uma área de 752,91 Km² de extensão sendo que 20% (154,90 Km²) de área urbana e praticamente 80% (598,01 Km²) de área rural. O clima subtropical temperado proporciona temperaturas médias de 19°C, com máximas de 42°C e mínima de 5°C (SANTA CRUZ DO SUL, 2019). Segundo a sua divisão territorial, o município tem 36 bairros compondo a área urbana e 7 distritos compondo a área rural (objeto deste estudo).

Nos últimos anos, observa-se muitos debates sobre juventude rural, mas pouco se discutiu sobre a temática do envelhecimento nesse meio. Provavelmente, essa questão ainda é permeada pela ilusão de que o Brasil é um país de jovens. Todavia, como podemos verificar com as projeções do Censo do IBGE, se hoje temos 10% da população brasileira com idade acima de 65 anos, em 2024 esse percentual será o dobro – 20%.

Neste sentido, sabe-se que o envelhecimento traz consigo certa diminuição das habilidades físicas, entre outras. Se a vida no campo significa realizar um trabalho que exige vigor e força física, voltadas predominantemente à agricultura, questionamos como as condições de vida no meio rural se modificam na decorrência do envelhecimento. Assim, verificar as condições sociodemográficas e econômicas auxiliam a mapear o processo do envelhecimento, de um modo geral, em locais do município que se mantêm, principalmente, pela realização de atividades no campo.

Também, acreditamos ser importante investigar que outras alternativas são encontradas por essas pessoas idosas para lidar com essa realidade: quais lembranças mantêm vivas, quais relações estabelecem, quais os traços culturais que se perpetuam e, de uma forma geral, o que dá sentido à vida do velho no campo. Seguramente, as pessoas idosas, neste contexto, guardam

em sua memória social uma riqueza de detalhes sobre a trajetória da vida no campo e seu processo de envelhecimento.

Podemos pensar que, juntamente ao fenômeno do envelhecimento populacional, emergem demandas que devem ser analisadas e supridas pela sociedade em termos de políticas públicas, pois, as pessoas idosas ainda precisam lutar para terem seus direitos garantidos. No contexto rural, essa realidade é ainda mais aparente, uma vez que, como consequência da distância, muitas dificuldades são enfrentadas por essa população, existindo demasiada falta de acesso às suas necessidades básicas. Portanto, estudar o perfil socioeconômico e demográfico desses indivíduos é uma importante estratégia para dar visibilidade a essas questões.

Acreditamos que compreender os modos de vida da população idosa no meio rural é algo importante atualmente, visto que há uma crescente urbanidade rural. Mas o que é urbanidade rural, conceito novo e desenvolvido por Rúa (2006) tratando do hiato entre o urbano e o rural, “rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (RUA, 2006, p. 95). Assim esses espaços híbridos que passam a surgir com a aproximação entre o urbano e o rural, principalmente após o processo de industrialização, é o que o autor vai denominar de “urbanidades no rural”. As “urbanidades” decorrentes dessa interação, ou seja, o urbano presente no campo, causando transformações, mas sem perder suas marcas.

No espaço rural, pode-se verificar práticas de vida tradicionais, permeadas por tradições ancestrais e costumes vistos como modernos. A urbanização do campo passa a transformar modos de vida e hábitos, mantendo formas tipicamente rurais, como o preparo do alimento no fogão à lenha com costumes modernos como o uso da máquina de lavar louça; entre tantas outras (ALCANTARA, 2016). Assim, é necessário discutir as transformações neste contexto pois, as características da população idosa rural na sociedade contemporânea se distinguem das anteriores, nas quais a única fonte de subsistência era a produção agrícola.

A referida pesquisa iniciou em 2017 com recursos da *Alliance One* destinados ao Fundo Municipal do Idoso de Santa Cruz do Sul e recursos da Universidade de Santa Cruz do Sul, investindo em infraestrutura e pagamento de docentes e discentes. A equipe de pesquisa obteve ao longo dos três anos, bolsas de iniciação científica do CNPq, da UNISC e da FAPERGS, ampliando os pesquisadores do grupo. Esses recursos possibilitaram a realização do estudo em sete distritos rurais do município e a elaboração deste livro.

Os participantes da pesquisa ora apresentada foram 236 pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, oriundos dos sete distritos rurais de Santa Cruz do Sul, expostos a seguir na tabela 1, o que correspondia a 10% da população de pessoas idosas das localidades pesquisadas. Na tabela 1 é apresentado o número de pessoas idosas pesquisadas de cada região:

Tabela 1. Distritos rurais e quantidade de pessoas pesquisadas

Distritos	Frequência	Porcentagem válida
Alto Paredão	23	9,7
São José da Reserva	16	6,8
Saraiva	24	10,2
São Martinho	19	8,1
Boa Vista	43	18,2
Rio Pardinho	56	23,7
Monte Alverne	55	23,3
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A coleta de dados foi realizada em duas fases distintas: A primeira fase ocorreu em 2017, através da aplicação de um questionário semiestruturado, do qual emergiram os dados quantitativos. Os dados coletados através dos questionários permitiram identificar o perfil socioeconômico e demográfico das pessoas idosas moradoras dos sete distritos rurais de Santa Cruz do Sul. As informações foram organizadas em um banco de dados, criado no programa *Statistical Package for the Social Sciences*

(SPSS) for Windows 17.0 e analisados por meio de estatística descritiva (frequência e percentual). Os mesmos são apresentados na linguagem descritiva e sob a forma de tabelas e quadros.

A segunda fase, coleta dos dados qualitativos sobre as representações sociais, realizada através da aplicação de uma entrevista semiestruturada (gravada com autorização dos participantes) ocorreu no ano de 2018, posteriormente ao término da aplicação dos questionários, e início do ano de 2019. Tal investigação também possibilitou perceber a realidade construída pelos sujeitos de pesquisa em sua vida cotidiana e a relação com o mundo social, ou seja, permitiu compreender as representações sociais sobre a velhice no meio rural de Santa Cruz do Sul.

Esta fase da pesquisa abrangeu um contingente de 20 entrevistados, oriundos dos diferentes distritos, anteriormente mencionados. É importante salientar que dentre os sujeitos entrevistados, houve uma divisão por gênero: dez do sexo masculino e dez do sexo feminino. A interpretação dos dados foi realizada através do software NVivo 9. Este é um pacote de software para computador de análise de dados qualitativos produzido pela QSR *International*.

A entrevista qualitativa possibilita perceber a realidade construída pelos sujeitos de pesquisa em sua vida cotidiana e a relação com o mundo social. Nos dizeres de Bauer e Gaskell (2005, p. 65): “É uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação ao comportamento das pessoas em contextos sociais específicos”. A finalidade da pesquisa qualitativa é investigar a variedade de opiniões e representações sobre um determinado assunto.

Além, disso os dados qualitativos também foram trabalhados por meio da técnica denominada Análise de Conteúdo de Laurence Bardin. Essa técnica de análise foi considerada a melhor forma para este estudo qualitativo, pois possibilita descrever e interpretar conteúdos provindos das entrevistas (MORAES, 1999).

A Análise de Conteúdo permite uma compreensão mais profunda dos significados contidos nos dados coletados, num

nível além da leitura comum, tocando na subjetividade do sujeito em questão e abrangendo o conhecimento de aspectos e fenômenos sociais não conhecidos anteriormente. Este tipo de análise propõe alguns passos para o tratamento dos dados (BARDIN, 2004):

1. **Transcrição das entrevistas:** com o intuito de transformá-las em texto;

2. **Preparação:** As informações obtidas através do texto, construído a partir da transcrição das entrevistas, serão submetidas a um processo de preparação, que se inicia com a leitura de todos os dados. Posteriormente, serão decididos quais os dados que melhor nos fornecem as representações sociais, surgidas a partir da fala das participantes.

3. **Codificação:** Com os dados preparados, inicia-se o processo de unitarização que consiste em transformar os dados escolhidos (representações) em unidades de registro (codificação). As unidades de registro são os segmentos do conteúdo, com significados semelhantes, que serão, posteriormente, categorizados. “A escolha das unidades de registro deve responder de maneira pertinente às características do material e aos objetivos da análise” (BARDIN, 2004, p. 104). As unidades de registro serão empregadas a nível temático, ou seja, terão como base os temas surgidos referentes às motivações, opiniões, atitudes, valores, crenças – representações sociais – obtidas através das entrevistas. As unidades poderão ser separadas por palavras, frases ou pelos próprios temas.

4. **Categorização:** É a classificação das unidades de registro. Consiste num agrupamento das representações comuns aos participantes. Pode ser por semelhança ou analogia, baseados em critérios pré-estabelecidos. Nesta pesquisa, os critérios serão de natureza semântica, que é o que dá origem às categorias temáticas. Esta escolha terá como alicerces a definição do problema de pesquisa, os objetivos e elementos usados na análise de conteúdo. Bardin (2004, p. 118), ao explicar o processo de categorização, diz: “Classificar os elementos em categorias, impõe

a investigação do que cada um deles tem em comum com outros. O que vai permitir seu agrupamento é a parte comum existente entre eles". O ato de classificar impõe certa organização aos dados da pesquisa. Também, será realizado um mapeamento das categorias, na tentativa de fazer uma construção articulada das possíveis representações sociais.

5. Interpretação: Pode ser definida como uma procura de compreensão mais profunda dos conteúdos das representações sociais surgidas através das entrevistas realizadas. Ela implica um movimento novo de pensamento, uma construção criativa de possíveis significados. A interpretação transcende à categorização dos dados. Conforme Thompson, (2002, p. 376) "Os dados representam algo, dizem alguma coisa sobre algo. É esse o caráter transcendente que deve ser compreendido pelo processo de interpretação". A interpretação também é a possibilidade do entrevistador re-interpretar o recorte do real pré-interpretado pelos participantes da pesquisa. Por isso o processo de interpretação é simultaneamente um processo de reinterpretação. "Uma interpretação é a representação de uma representação em virtude da similaridade de conteúdos" (SPERBER, 1989, p. 118). A reinterpretação também nos dá margem para compreender e discutir as intenções de um outro que é diferente.

Os critérios para a inclusão dos indivíduos pesquisados foram os seguintes: ter idade igual ou superior a 60 anos, residir em um dos sete distritos rurais de Santa Cruz do Sul e desejar ser voluntário da pesquisa. Os participantes não foram identificados em nenhuma fase do estudo, visto que as informações obtidas foram utilizadas apenas para fins científicos. As pessoas que concordaram em participar da pesquisa assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto teve aprovação do Comitê de Ética da UNISC, no parecer n. 2.002.578. A pesquisa não envolveu riscos. No que se refere aos benefícios, a questão social do envelhecimento no meio rural ainda não tem a visibilidade merecida. Também, a compreensão dos significados das representações sociais pode auxiliar na construção de ações,

programas e políticas voltadas para a população em estudo no meio rural, tendo em vista que as atividades que hoje são desenvolvidas têm como base as pesquisas com pessoas de mais idade que residem em centros urbanos.

Características Sóciodemográficas da amostra

Aqui são apresentadas as variáveis relativas a população de interesse em suas características sócio demográficas: idade, gênero, cor e escolaridade. Os locais de aplicação do questionário foram as Estratégias de Saúde da Família (ESF) dos distritos, os grupos de convivência para terceira idade (Saraiva e Boa Vista) e o Hospital de Monte Alverne. As entrevistas foram realizadas nas moradias dos 20 entrevistados,

Como veremos a seguir, os resultados mostram os diferentes perfis, que reforçam a necessidade de estudos empíricos para compreensão das características de uma população que não é homogênea como a deste estudo.

Inicia-se com os dados sóciodemográficos, já mencionados. Primeiramente, são identificadas as idades dos participantes, na tabela 2 abaixo:

Tabela 2- Faixas de idade da amostra

Idade em faixas	Frequência	Porcentagem válida
60-70	138	58,5
70-80	76	32,2
80-90	21	8,9
>90	1	0,4
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Observa-se na tabela 2 que 58,5% dos participantes possuem idade entre 60 e 70 anos e representa a maior porcentagem; 32,2% tem idade entre 70 e 80 anos e 8,9% tem idade entre 80 e 90 anos.

De acordo com o IBGE (2016) a região Sul possui o maior percentual de pessoas idosas do Brasil, que representam 15,9% na região, porcentagem que ultrapassa a brasileira que é de 14,3%. Em termos de Brasil o IBGE (2020) refere em seu site de contagem da população no terceiro trimestre de 2019 que a população idosa (60 anos ou mais) chegou a 33,709 milhões, o que corresponde a 16% da população total do país. Além da idade, importante verificar o sexo das pessoas pesquisadas:

Tabela 3. Sexo dos pesquisados

Sexo	Frequência	Porcentagem válida
Masculino	71	30,1
Feminino	165	69,9
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Os dados demonstram que 69,9% dos participantes eram do sexo feminino e 30% do sexo masculino. Verifica-se que a maior fração do censo brasileiro da população idosa é composta por mulheres. Tal característica tem sido associada aos efeitos da mortalidade diferencial por sexo, que indicam que os homens idosos morrem mais cedo pois, em média, as mulheres vivem oito anos a mais que os homens. Importante destacar que as mulheres são maioria entre as pessoas idosas responsáveis pelos domicílios e têm, em média, 69 anos de idade e entre três e quatro anos de estudo. Esses aspectos evidenciam a feminização do envelhecimento humano (MEIRA *et al.*, 2014, p. 167).

Por outro lado, a diferença do número de participantes homens e mulheres também se justifica pelo fato de que os questionários foram aplicados principalmente em locais que oferecem serviços de saúde que, geralmente, são mais frequentados por mulheres. A saúde e a imagem corporal são aspectos que, geralmente, recebem mais atenção por parte das mulheres, que possuem uma percepção mais sensível do corpo.

Isso as deixa mais atentas aos cuidados com saúde, do que os homens (CORDEIRO *et al.*, 2014). Além disso, estudos sobre qualidade de vida em pacientes com doenças crônicas demonstram que as mulheres idosas, em geral, apresentam uma autopercepção de saúde ruim comparada à dos homens. Esse fato faz com que elas busquem atendimentos nos serviços de saúde com mais frequência (AZEVEDO *et al.*, 2013, p. 1779).

Além disso, as mulheres têm maior tendência a frequentar grupos de convivência e espaços sociais do que os homens que ficam encarregados, na maior parte das vezes, de ser o provedor financeiro do lar e daí a sua menor participação nesses locais. Outra possível razão para a baixa participação masculina nos grupos de convivência pode estar relacionada ao fato de que os homens tendem a apresentar maior resistência, após a aposentadoria, em participar de atividades culturais, educacionais e lúdicas (LEITE *et al.*, 2012; BORGES *et al.*, 2008; BAZZANELLA; PICCOLI; QUEVEDO, 2015).

Dando continuidade à exposição dos dados, as tabelas que seguem - Tabela 4 e 5 respectivamente - demonstram as informações sobre a cor autopercebida e a escolaridade dos participantes do estudo:

Tabela 4. Cor auto percebida

Cor	Frequência	Porcentagem válida
Branco	231	97,9
Pardo	5	2,1
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Na tabela 4 observa-se que 97,9% dos moradores rurais, que participaram da amostra, se autodeclararam brancos. Sabe-se, historicamente, que o município de Santa Cruz do Sul foi colonizado por imigrantes alemães em 1849 (COSTA, s/d), o que

justifica a maior abundância de pessoas brancas na região, inclusive de pessoas com mais idade.

Constata-se, na tabela 5 que a escolaridade da população idosa do meio rural é baixa, pois 61,9% da amostra tem somente quatro anos de estudo. Por outro lado, 26,7% possuem entre cinco e oito anos de estudo, configurando pelo menos, a realização do ensino fundamental.

Estudos realizados com grupos de convivência de pessoas mais idosas apontaram que o grau de escolaridade da referida população é baixo, comparado a outros segmentos etários. É possível que essa situação esteja relacionada às dificuldades de acesso à escola, vivenciadas na zona rural, além de fatores culturais ligados à não-valorização da educação escolar no passado e da necessidade da mão de obra familiar na agricultura. (BORGES *et al.*, 2008; BENEDETTI *et al.*, 2012; BRAZ; ZAIA; BITTAR, 2015; TAVARES *et al.*, 2015).

Tabela 5. Escolaridade

Escolaridade	Frequência	Porcentagem válida
Analfabeto	15	6,4
Até 4 anos de estudo	146	61,9
Entre 5 e 8 anos de estudo	63	26,7
Entre 9 e 11 anos de estudo	5	2,1
12 anos de estudo ou mais	5	2,1
Não sabe	2	0,8
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Esse expressivo percentual de baixa escolaridade encontrado nas pesquisas evidencia uma realidade comum em países em desenvolvimento como o Brasil, pois o ensino não era uma prioridade no período em que essas pessoas idosas viveram a sua infância. Fazendo uma pequena retrospectiva histórica, durante as décadas de 1930 e 1950 o ensino fundamental era restrito a

segmentos sociais específicos. Até a década de 1980, os baixos níveis de escolaridade não eram considerados como fator limitante do desenvolvimento, sendo aceitáveis pelo modelo econômico, industrial e tecnológico do Brasil. Sendo assim, as pessoas idosas da atual conjuntura social e, que vivem em um contexto expressivamente rural, não sofreram a exigência de alcançar um maior grau de instrução para se desenvolver social e economicamente (HOTT; PIRES, 2011; MEIRA *et al.*, 2014; BAZZANELLA; PICCOLI; QUEVEDO, 2015).

Torna-se importante destacar que a baixa escolaridade limita o usufruto de bens e produtos culturais, o que dificulta a realização de uma carreira profissional melhor sucedida. Ela também inibe a defesa dos próprios direitos, constituindo-se importante fator de exclusão social. Ainda nesse contexto, pesquisa realizada no meio rural por Meira e colaboradores diz que a ocupação de lavrador foi a atividade remunerada mais desenvolvida pelas pessoas idosas por eles entrevistados, remetendo a uma organização social e econômica do começo do século passado, que limitava o acesso à escola e aos serviços de saúde aos mais pobres (MEIRA *et al.*, 2014, p. 168).

Na sessão abaixo, apresentamos as informações sobre a infraestrutura e condições de moradia dos participantes.

Resultados em relação às condições de moradia e infraestrutura pública

No meio rural, a casa é um local permeado por significados que vão além do espaço físico e engloba aspectos culturais, psicológicos, sociais etc. No referido contexto, a residência também é vinculada ao trabalho no campo, à vizinhança e à comunidade (CAMARANO *et al.*, 2004).

As tabelas 6 e 7 trazem os dados referentes à maneira como as residências da amostra estão equipadas em termos de bens materiais (eletrodomésticos, equipamentos de informática etc.) e demonstram os novos hábitos e modos de vida que permeiam o

espaço rural, entrada do forno de micro-ondas, ar condicionado e do microcomputador e internet nas residências. Também mostram qual a percepção sobre a própria moradia, conceituada com auxílio de uma escala que tem como excelente, a opção de melhor apreciação e como ruim, a de pior.

Tabela 6. Sua residência possui:

Objetos	Sim	Porcentagem válida	Não	Porcentagem válida	Total
Rádio	234	99,20	2	0,80	236
Geladeira	235	99,60	1	0,40	236
Máquina de lavar roupa	225	95,30	11	4,70	236
Telefone fixo	92	39,10	144	60,90	236
Forno de micro-ondas	92	39,10	144	60,90	236
Telefone celular	169	71,50	67	28,50	236
Microcomputador	30	12,80	206	87,20	236
Acesso à internet	44	18,80	192	81,20	236
Televisores	226	95,80	10	4,20	236
Televisor por assinatura	27	11,50	209	88,50	236
Aparelho de ar condicionado	103	43,60	133	56,40	236

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Observa-se na tabela 6 que o Rádio continua sendo o meio de comunicação mais utilizado pelas pessoas idosas, pois 99% da amostra possuem o eletroportátil. Outros dados em destaque são a geladeira - 99% -; máquina de lavar roupa - 95% -; televisor - 95% -; e o telefone celular - 71,5%.

Ao analisar esses percentuais, verifica-se que as pessoas idosas têm suas residências equipadas com eletrodomésticos usualmente encontrados na maioria das habitações, de um modo geral. No estudo de Miguel *et al.* (2017), com a população idosa mineira dos

meios urbano e rural, os eletrodomésticos mais presentes nas residências foram: o fogão, com 99,45%; a geladeira, com 98,03%, e o televisor a cores, com 96,87%. A geladeira é um bem durável considerado imprescindível, devido à sua funcionalidade de conservar alimentos e proporcionar a redução da perda de alimentos. Na pesquisa mencionada também se observou que a máquina de lavar roupa encontra-se em 52,73% dos domicílios e em 36,84% havia o microcomputador (MIGUEL *et al.*, 2017).

Nota-se que, na presente pesquisa datada de 2018, o percentual referente aos mesmos eletrodomésticos ultrapassa a margem dos 50% nas residências da população idosa rural do município de Santa Cruz do Sul. Por essa razão, torna-se oportuno registrar que, atualmente, o meio rural tem tido maior acesso e facilidade em relação à aquisição de bens e serviços da modernidade, como os meios de comunicação (como o celular) e os bens de consumo. Nessas localidades, já existem há algumas décadas uma série de facilidades do meio urbano, como: a energia elétrica, o rádio e a televisão. O maior acesso a estes recursos possibilita que as diferenças existentes entre urbano e rural sejam atenuadas e isso facilita uma melhora na qualidade de vida das pessoas idosas no campo (MARTINS *et al.*, 2007).

Na tabela 7 estão as percepções da população idosa sobre seus domicílios no meio rural. Os dados demonstram que 51% dos entrevistados consideram a própria residência como “boa” e 21% como “muito boa”, ou seja, a maioria está satisfeita com as condições em que vivem. Sabe-se que, com a chegada do envelhecimento, grande parte das pessoas prefere continuar no lugar onde moram, aspecto ligado à vivência em comunidade e/ou à casa que consideram seu lar. Nessa fase da vida, as mudanças são vivenciadas de maneira mais custosa, ainda que esse momento traga consigo algumas incapacidades físicas e a redução de mobilidade. Além disso, com o passar do tempo, a casa onde vivia uma família inteira passa a ter menos moradores e se torna desnecessariamente espaçosa ou dispendiosa para manutenção (COSTA *et al.*, 2016).

Tabela 7. Percepção sobre a moradia

Você considera sua habitação	Frequência	Porcentagem válida
Excelente	17	7,2
Muito boa	50	21,2
Boa	121	51,3
Razoável	44	18,6
Ruim	4	1,7
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Contudo, mesmo com essas contrariedades, as pessoas idosas preferem manter-se no lugar que habitam, principalmente se considerarmos o contexto rural. Os entrevistados acreditam que a vida na cidade é mais agitada e tumultuada, o que se diferencia enormemente da vida no campo. Acrescenta-se a esses fatores que o processo de modernização e o acesso aos serviços têm chegado às pequenas cidades com maior frequência, o que proporcionou às pessoas do meio rural uma melhoria substancial na qualidade de vida (MARTINS *et al.*, 2007). Por essas razões, acreditamos que a maior parte das pessoas idosas pesquisadas se refere à sua moradia como “boa”.

Segundo Morais (2002), o acesso à habitação e aos serviços de infraestrutura adequados promovem a inclusão social e são sinônimo de conforto e bem-estar, que é o que se espera do lugar onde passamos a maior parte da vida. Por essa razão, a moradia é considerada uma necessidade básica e um direito do cidadão.

Na tabela 8, a seguir, estão as informações relativas à infraestrutura das residências dos distritos de Santa Cruz do Sul. Na tabela 8, temos como dados em destaque: 93,2% da amostra possui água encanada; a coleta de lixo alcança 93,6% das residências; 100% da amostra possui energia elétrica e a iluminação pública atinge 86,4% das moradias. Essas informações apontam para o que já havíamos mencionado no item anterior,

que o meio rural atualmente está melhor equipado com serviços e infraestrutura, do que anteriormente.

Tabela 8. Infraestrutura em relação aos serviços

Item	Sim	Porcentagem válida	Não	Porcentagem válida	Total
Água encanada	220	93,2	16	6,8	236
Coleta de lixo	221	93,6	15	5,9	236
Energia elétrica	236	100	0	0	236
Iluminação pública	204	86,4	32	13,6	236

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A pesquisa de Miguel *et al.* (2017) apresenta dados semelhantes no estado de Minas Gerais: quase a totalidade dos domicílios são abastecidos com água canalizada - 98,31%. Nesse estudo, com relação ao esgotamento sanitário, a maioria das habitações é atendida pela rede coletora de esgoto ou pluvial, cerca de 75% dos domicílios eram ligados a uma rede coletora. No tocante ao destino do lixo domiciliar, o lixo coletado direta ou indiretamente por serviços ou empresas de limpeza foram 85,77% do total, enquanto 12,76% do lixo residencial era queimado ou enterrado na propriedade e 1,40% restante tinham outro destino, como jogados em rios, terrenos baldios e outros. A iluminação estava presente em quase a totalidade, pois 99,82% dos domicílios é abastecida pelo sistema de iluminação elétrica.

Em termos de qualidade de vida, a presença de uma boa infraestrutura que englobe os serviços básicos e de saneamento como água, lixo, iluminação e dos equipamentos como hospitais, unidades de saúde etc., promove a prevenção de doenças, favorecendo a saúde e a valorização do território rural. As pessoas com mais idade, em particular, se sentem seguros e acolhidos pelos profissionais dos serviços disponibilizados na sua localidade (ALMEIDA; GUTIERREZ 2007; VECCHIA, 2005).

Importante ressaltar que, junto aos serviços de infraestrutura, o acesso aos bens duráveis na residência, mencionados na tabela 6 (eletrodomésticos e eletroportáteis) confere uma melhoria nas condições de vida, favorecendo seu bem-estar físico e mental. A habitação adequada é fundamental para que as pessoas idosas vivam de forma saudável. Assim, a infraestrutura da moradia e a infraestrutura do território onde a habitação está implantada são componentes fundamentais na qualidade física do espaço onde se habita. Esses aspectos possibilitam que a moradia, além de manter seu caráter fundamental, possibilite qualidade de vida (MIGUEL *et al.*, 2017).

Ainda abordando os aspectos relativos à infraestrutura, a tabela 9 traz referências sobre os tipos de transporte utilizado no meio rural.

Tabela 9. Tipo de transporte mais utilizado (questão de múltipla escolha)

Qual o meio de transporte mais utilizado?	Respostas	
	Frequência	Porcentagem
A pé	24	8,2
Bicicleta	2	0,7
Carona	29	9,9
Ônibus	87	29,6
Carroça/Charrete	3	1,0
Carro	142	48,3
Moto	5	1,7
Taxi	1	0,3
Caminhão	1	0,3
Total	294	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Nesta questão pedimos que os participantes selecionassem os transportes de maior uso e, constatou-se que o carro próprio

continua sendo o meio mais utilizado com 48,3% da amostra, 9,9% pedem carona para outros que o possuem e, há ainda um pequeno percentual (0,3%) que referiu uso de táxi. O transporte público aparece em segundo lugar com quase 30% da amostra que utiliza o ônibus. É importante salientar que o transporte público, nos distritos mais afastados do centro urbano, não consegue dar conta da necessidade dos usuários. Em alguns destes, como Saraiva e Boa Vista, há dias em que o ônibus vem em um horário pela manhã para o centro da cidade e volta à tarde. Podemos nos perguntar se a pessoa idosa que tem consulta com um especialista pela manhã tem condições de ficar aguardando horas para retornar a sua casa?

Artigo de Silveira e Cocco (2013) sobre mobilidade urbana refere que essa realidade se deve ao descompasso nas políticas públicas. Ao longo de muitos anos houve um aumento da renda e do crédito para a aquisição de veículos individuais e não ocorreu uma política efetiva que pudesse imprimir competitividade para os transportes públicos. Os autores ainda citam um estudo do IBGE de 2012, que aponta que o acesso econômico ao transporte público para populações que vivem em lugares mais distantes é bastante dificultado, pois mostra que em cidades com mais de 60 mil habitantes, 38% dos deslocamentos ainda são efetuados a pé. Em nossa pesquisa, encontramos 8,2% dos entrevistados que referiram fazer seus deslocamentos desta forma, porque seu acesso ao transporte é restrito pela cobertura insuficiente da rede de transporte.

Silveira e Cocco (2013) afirmam que os problemas dos transportes públicos não se resumem ao espaço da cidade, mas que são determinantes para as singularidades locais e regionais e que devem ser relacionadas ao cenário macroeconômico do país. No caso brasileiro, o capital imobiliário obstaculiza a implementação de um transporte público de qualidade, devido a um processo de urbanização difusa que não privilegia o público em detrimento do privado. Ainda, as desigualdades ligadas à renda, educação e condições de habitação causam impactos negativos sobre a qualidade de vida e a saúde dos sujeitos e, as

pessoas idosas são as maiores prejudicadas por se tratarem de um público mais vulnerável em termos de mobilidade (AZEVEDO *et al.*, 2013).

Considerações Finais

Este capítulo teve o intuito de apresentar ao leitor como foi realizada, metodologicamente, a pesquisa “*Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul*”. A mesma utilizou o método misto, quanti-qualitativo com a utilização de um questionário e entrevistas semiestruturadas com as 236 pessoas idosas, residentes dos sete distritos rurais, que compuseram a amostra, para traçar o perfil socioeconômico dos mesmos.

Por fim, ressaltamos que são escassas as pesquisas que contemplem a área rural e a população idosa que nela reside. Por outro lado, os dados obtidos e analisados, neste estudo, revelaram um grande percentual de pessoas idosas vivendo na zona rural do município de Santa Cruz do Sul. Esse fato, demonstra a importância de que mais pesquisas na área da Gerontologia sejam realizadas.

A seguir, nos próximos capítulos, os leitores vão encontrar o detalhamento dos resultados encontrados tanto qualitativa como quantitativamente, abordados através de temáticas para reflexão.

Referências

ALVES, Jose Eustaquio Diniz. *As características dos domicílios brasileiros entre 1960 e 2000*. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, p. 1-6, 2004.

ALCÂNTARA, A. O. de; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. IPEA, Rio de Janeiro, 2016.

ALENCAR, Nelyse de Araújo *et al.* Avaliação da qualidade de vida em idosas residentes em ambientes urbano e rural. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 103-109, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 28 out. 2019.

AZEVEDO, Ana Lucia Soares *et al.* Doenças crônicas e qualidade de vida na atenção primária à saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1774-1782, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2013000900017&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 25 out. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAZZANELLA, N. A. L.; PICCOLI, J. C. J.; QUEVEDO, D. M. Qualidade de vida percebida e atividade física: um estudo em idosas acima de 80 anos participantes de um programa municipal de saúde da terceira idade na serra gaúcha, RS. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 249-270, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/48949/34933>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

BOMBARDELLI, Cleber *et al.* Qualidade de vida de idosos residentes em município com características rurais do interior do Rio Grande do Sul. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, 2017; 20(1): 88-94. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v20n1/pt_1809-9823-rbgg-20-01-00085.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2019.

BRAZ, I. A.; ZAIA, J. E.; BITTAR, C. M. L. Percepção da qualidade de vida de idosas participantes e não participantes de um grupo de convivência da terceira idade de Catanduva (SP). *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 583-596, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/48261/35459>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

CABRAL, Simone Otilia Leite *et al.* Condições de ambiente e saúde em idosos residentes nas zonas rural e urbana em um

município da região Nordeste. *Geriatrics & Gerontology*. Brasília, 2010; 4(2):76-84. Disponível em: <<http://ggaging.com/details/279/pt-BR/environmental-conditions-and-health-in-the-elderly-living-in-rural-and-urban-areas-in-a-municipality-in-the-brazilian-northeast>>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CAMPOS, A. C. V.; FERREIRA, E. F.; VARGAS, A. M. D. Determinantes do envelhecimento ativo segundo a qualidade de vida e gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 7, p. 2221-2237, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n7/1413-8123-csc-20-07-2221.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2019.

CORDEIRO, Juliana *et al.* Efeitos da atividade física na memória declarativa, capacidade funcional e qualidade de vida em idosos. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 541-552, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v17n3/1809-9823-rbagg-17-03-00541.pdf>>. Acesso em: 9 nov. 2019.

COSTA, Carlos Gabriel. Imigração alemã e fomicultura: a Colônia de Santa Cruz (RS) no Período Imperial brasileiro. *Spartacus*: revista eletrônica de história. UNISC, sd, 2007. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/costa_carlos_gabriel.pdf> Acesso em: 11 nov. 2019.

DAGIOS, P.; VASCONCELLOS, C.; EVANGELISTA, D. H. R. Avaliação da qualidade de vida: comparação entre idosos não institucionalizados participantes de um centro de convivência e idosos institucionalizados em Ji-Paraná/RO. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 469-484, 2015. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/41571/35451>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

DAWALIBI, N. W.; GOULART, R. M. M.; PREARO, L. C. Fatores relacionados à qualidade de vida de idosos em programas para a terceira idade. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 8, p. 3505-3512, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v19n8/1413-8123-csc-19-08-03505.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2019.

FERRETI, Fátima *et al.* Análise da qualidade de vida em idosos praticantes e não praticantes de exercício físico regular. *Estudos*

Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 729-743, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/41384/36683>>. Acesso em: 23 out. 2019.

IBGE. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao>>. Acesso em: 15 dez. 2019

KHOURY, H. T. T.; SÁ-NEVES, A. C. Percepção de controle e qualidade de vida: comparação entre idosos institucionalizados e não institucionalizados. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 553-565, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n3/1809-9823-rbgg-17-03-00553.pdf>>. Acesso em: 4 dez. 2019.

MARTINS, Cíntia Ribeiro *et al.* Avaliação da qualidade de vida subjetiva dos idosos: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 11, p. 135-154, 2007. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4817>>. Acesso em: 6 nov. 2019.

MEIRA, Saulo Sacramento *et al.* Considerações acerca das condições de vida de idosos no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 17, n. 1, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17711>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

MIGUEL, Eleusy Natália; MAFRA, Simone Caldas Tavares; FONTES, Márcia Barroso. Caracterização quantitativa da habitação do idoso mineiro. Um olhar sobre a PNAD 2013. *Anais I Seminário Nacional: família e políticas sociais no Brasil*. Departamento de Economia Doméstica. Universidade Federal de Viçosa, 2017.

MIRANDA, L. C. V.; SOARES, S. M.; SILVA, P. A. B. Qualidade de vida e fatores associados em idosos de um Centro de Referência à Pessoa Idosa. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 11, p. 3533-3544, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo>

br/pdf/csc/v21n11/1413-8123-csc-21-11-3533.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2019.

MORAIS, E. P. de; RODRIGUES, R. A. P; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 2, 374-383, 2008. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000200021>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

PEREIRA, D. S.; NOGUEIRA, J. A. D.; SILVA, C. A. B. Qualidade de vida e situação de saúde em idosos: um estudo de base populacional no Sertão Central do Ceará. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 4, p. 893-908, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v18n4/pt_1809-9823-rbagg-18-04-00893.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2019.

PEREZ, Alselmo José *et al.* Estudo comparativo da autonomia de ação de idosas residentes em áreas rurais e urbanas. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, Florianópolis, v. 14, n. 1, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/rbcdh/article/view/1980-0037.2012v14n1p11>>. Acesso em: 5 dez. 2019.

REIS, Rosane Pereira *et al.* A contribuição do exercício físico para melhoria da qualidade de vida e diminuição do número de queda na terceira idade. *Revista Hórus*, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 24-34, 2014. Disponível em: <<http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/revistahorus/article/viewFile/4222/1940>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

RIBEIRO C. G; FERRETI, F; SÁ, C. A. de. Qualidade de vida em função do nível de atividade física em idosos urbanos e rurais. *Rev. Bras. Geriatr. Gerontol.*, Rio de Janeiro, 2017; 20(3): 330-339. <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232017000300330&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, Ariana Oliveira *et al.* Qualidade de vida de idosos residentes em instituição de longa permanência: uma revisão sistemática. *Revista Enfermagem Contemporânea*, Salvador, v. 6, n. 2, p. 199-210, 2017. Disponível em: <<https://www5.bahiana.edu.br/>

[index.php/enfermagem/article/view/1395/1080](#)> Acesso em: 10 dez. 2019.

SANTOS, N. S.; ABDALA, G. A. Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde dos idosos em um município na Bahia, Brasil. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 795-805, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n4/1809-9823-rbgg-17-04-00795.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

SILVEIRA, Márcio Rogério; COCCO, Rodrigo Giralardi. Transporte público, mobilidade e planejamento urbano: contradições essenciais *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 41-53, 2013.

STIVAL, Marina Morato *et al.* Fatores associados à qualidade de vida de idosos que frequentam uma unidade de saúde do Distrito Federal. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 395-405, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbgg/v17n2/1809-9823-rbgg-17-02-00395.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos *et al.* Comparação das características sociodemográficas de saúde e qualidade de vida de idosos rurais segundo sexo. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, Uberaba, v. 2, n. 1, 2013. <http://seer.uftm.edu.br/revista_eletronica/index.php/enfer/article/viewFile/375/386>. Acesso em: 3 nov. 2019.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos *et al.* Idosos Octogenários nos contextos urbano e rural: comparação socioeconômica, morbidades e qualidade de vida. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 156-163, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/5961>>. Acesso em: 29 out. 2019.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos *et al.* Preditores da Qualidade de Vida de Idosos Urbanos e Rurais. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 29, n. 4, p. 361-371, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/search/search>>. Acesso em: 28 nov. 2019.

Qualidade de vida e saúde da pessoa idosa no meio rural

Introdução

O estudo sobre a qualidade de vida da pessoa idosa ainda é um fenômeno recente, embora na atualidade a temática tenha ganhado evidência, tendo em vista o acelerado processo de envelhecimento. Considera-se essencial que o prolongamento da vida esteja atrelado à qualidade vivenciada pelo sujeito. No Brasil, assim como em outros países em desenvolvimento, há a tentativa de construir estratégias e políticas que visem a promoção do envelhecimento com qualidade e saúde. Além disso, dentre os aspectos elencados para manter a qualidade de vida das pessoas idosas, um deles refere-se a manter a pessoa idosa independente e autônoma enquanto possível (FERRETI *et al.*, 2015).

Desse modo, este capítulo propõe-se a apresentar os dados da pesquisa com pessoas idosas residentes na zona rural do município de Santa Cruz do Sul, referentes à qualidade de vida e acesso à saúde. Convém ressaltar que em Santa Cruz do Sul existem, segundo os dados do último censo demográfico do IBGE (2010), 2.184 pessoas idosas residentes nos distritos rurais - 963 homens e 1221 mulheres, representando 44% e 56% da população idosa rural, respectivamente.

Primeiramente abordamos as questões referentes à qualidade de vida, levantadas através do formulário de pesquisa elaborado especificamente para o estudo¹, em que trazemos excertos de falas

¹ As informações específicas a respeito do método da pesquisa estão detalhadas no capítulo 1.

dos participantes que mencionam como se sentem no meio rural em termos de satisfação com a vida, e tabelas com percentuais sobre características que evidenciam a situação das pessoas idosas no que se refere ao estado de bem-estar, de acordo com a literatura que embasa a temática. A segunda parte é composta pela exposição dos dados de acesso à saúde, acrescidos das manifestações das pessoas idosas sobre a mesma, no contexto rural.

Neste sentido, alguns dados demonstram que as estimativas sobre a saúde de pessoas idosas é de que 85% das pessoas idosas apresentarão, no mínimo, uma doença crônica e que pelo menos 10% serão acometidos por comorbidades (FERRETI *et al.*, 2017). Contudo, lembramos que o Brasil apresenta velhices bem heterogêneas, argumentadas por, pelo menos, por duas razões: 1) o processo de envelhecimento, que se dá de diferentes maneiras devido às questões sociais, regionais, econômicas, entre outras, que cada indivíduo vive particularmente; 2) a diversidade do território nacional, tão vasto e amplo em termos de cultura e desigualdades. Assim, faz-se necessário compreender o envelhecimento em seus diferentes contextos, para nos aproximarmos do entendimento de sua complexidade.

Especificamente em relação à pesquisa realizada, nos propomos a compreender os aspectos essenciais da qualidade de vida no meio rural, como as pessoas idosas utilizam os recursos de saúde de sua localidade, incluindo o que pensam sobre esses serviços e sua própria saúde. De acordo com Alcântara (2016), são essenciais os estudos que investiguem a população idosa, especialmente aquela que vive no meio rural, uma vez que a maior parte dos estudos são conduzidos no espaço urbano. Em relação à qualidade de vida e saúde, o referido autor afirma ser fundamental que estes fatores sejam analisados através de estudos, uma vez que a população que vive no campo possui uma grande demanda neste aspecto, já que as maiores infraestruturas em termos de consultas médicas e outras estão alocadas em centros urbanos.

Ressaltamos, na perspectiva referida, que a saúde é direito fundamental cuja garantia de acesso cabe ao Estado, bem como a

promoção do envelhecimento ativo, saudável e com qualidade de vida. Ainda destacamos que a pessoa idosa brasileira, independentemente do contexto em que vive, deve ser respeitada e vista como sujeito de direitos, os quais devem ser garantidos pelo Estado, a família e a sociedade (BRASIL, 2006).

Qualidade de vida e envelhecimento no meio rural

O conceito de Qualidade de vida (QV) para a Organização Mundial da Saúde (OMS, 1995, p. 1406) é referido como: “a percepção subjetiva do indivíduo de sua posição na vida dentro do contexto da cultura e do sistema de valores que vive, deve estar de acordo com seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações”. Essa definição diz respeito à maneira como as pessoas percebem sua QV, evocando fatores nomeadamente objetivos e subjetivos, podendo variar nas diversas culturas e nas classes sociais. Acrescentamos aqui a perspectiva individual de cada pessoa, independentemente de seu modo de vida, do território ou região onde vive. Ainda, a QV demanda aspectos emocionais, psicológicos, crenças, fatores ambientais e outros (FERRETI *et al.*, 2015).

Observa-se que, para a OMS (1995) o referido conceito é amplo e complexo, pois declara que a percepção do indivíduo perante a vida, em relação aos seus objetivos, expectativas, preocupações e padrões, influencia na melhora ou não das suas condições de vida, considerando seu contexto sociocultural. Para Ferreti *et al.* (2015, p. 740) “a qualidade de vida depende, na maioria das vezes, da interpretação pessoal que cada indivíduo faz dos fatos e eventos ocorridos, e está estreitamente relacionada à percepção subjetiva dos acontecimentos e modo de vida”.

Desse modo, pode-se depreender que são vários os fatores que determinam a QV de um sujeito, dentre eles estão o bem-estar, a saúde, a felicidade, a satisfação de necessidades básicas e a realização pessoal. Ainda, há que se ter em mente que as especificidades do meio urbano e do rural podem impactar de

diferentes formas a percepção das pessoas idosas (TAVARES *et al.*, 2015).

É oportuno registrar que, atualmente, o meio rural tem tido maior acesso à aquisição de bens e serviços da modernidade, como: meios de comunicação (o rádio e a televisão, bens de consumo, energia elétrica *etc.*). Esses fatores têm possibilitado que as diferenças existentes entre os contextos urbano e rural sejam atenuadas, o que traz impactos benéficos na percepção da qualidade de vida das pessoas idosas rurais (BOMBARDELLI *et al.*, 2017). No entanto, também há a perspectiva de que a qualidade de vida pode ser medida pelo estabelecimento e manutenção das relações com o lugar e a atividade laboral desenvolvida, conforme apresentado a seguir.

As pessoas idosas desta pesquisa, que vivem em áreas rurais do município de Santa Cruz do Sul, demonstraram uma conexão afetiva com seu local de vivência, devido ao elo com o trabalho na agricultura. Além disso, verificou-se que as ocupações e o tempo para realizá-las no meio rural são compreendidas de maneira diferente do meio urbano, como verificamos nas falas:

Bom, a gente se criou aqui na lavoura, não tem como tu dizer olha eu vou para cidade, vou sair da agricultura, não vou, a gente se criou aqui e vai ficar aqui né. Me sinto bem aqui (Homem, 67 anos – São José da Reserva).

Ora, para mim tem sido bom. Eu faço o que eu quero, o que eu gosto no horário que eu quero, que está disponível. Então está ótimo assim viver no meio rural (Homem, 72 anos – Rio Pardinho).

Para mim aqui fora é mais calmo, assim o ar é mais puro, é fresquinho, tem o mato, é melhor também porque tem o ar puro, pra gente que é mais idoso a gente fica mais tranquilo (Homem, 63 anos – Rio Pardinho).

Estudos produzidos com pessoas idosas do meio rural indicam que estes apresentam melhores relações sociais, uma vez que o ritmo de vida diferenciado permite o entrosamento afetivo com os demais e uma maior ligação com o ambiente. No campo se estabelece um lugar de produção positiva através das trocas e da

sociabilidade entre os moradores da comunidade. O contato é realizado com um menor número de pessoas, o que possibilita que as relações sejam mais duradouras e diretas do que comparadas àquelas do meio urbano. Há, portanto, maior integração social, companheirismo e amizade no meio rural, em função de características próprias desse ambiente (BOMBARDELLI *et al.*, 2017).

Sobre essa questão, observamos na tabela 1, quais as respostas das pessoas idosas participantes da pesquisa realizada, quando questionados se sentem-se sozinhos:

Tabela 1 – Sente-se sozinho?

Sente-se sozinho?	População total	Homens	Mulheres
Nunca	51,7%	14,4%	37,3%
Raramente	14,8%	5,1%	9,7%
Às vezes	24,6%	8,1%	16,5%
Frequentemente	5,9%	1,3%	4,7%
Sempre	2,1%	0,4%	1,7%
Não respondeu	0,8%	0,8%	0%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Observa-se na Tabela 1 que mais da metade das pessoas idosas (51,7%) não se sente sozinha nunca. Inequivocamente, no senso comum acredita-se que viver em área rural é sinônimo de afastamento e isolamento social. Cabe ressaltar que a maioria das pessoas idosas do estudo (45%) mora com o cônjuge, além de estar rodeada por outros familiares e amigos. Desse modo, eles recebem visitas frequentes e participam de encontros sociais, o que podem ser as razões para não se sentirem sós. Seguem narrativas dos entrevistados:

Eu acho muito bom. Eu me sinto muito bem, não gosto de cidade! Porque a gente vai na lavoura, vai na casa das vizinhas toma um chimarrão! Na cidade não tem isso! (Mulher, 68 anos – Alto Paredão).

Olha, envelhecimento tem que ter saúde, viver bem, ter muita amizade, isso pra mim é importante pra envelhecer bem! (Mulher, 68 anos – Alto Paredão).

Eu tenho esse problema de saúde, mas eu tô muito feliz com a família, os vizinhos também (Mulher, 73 anos – Rio Pardinho).

A vizinhança é boa, tudo se conhece... E na cidade é mais sabe né, tudo é mais agitado na cidade (Homem, 67 anos – Rio Pardinho).

Eu acho que isso é importante né, tu te dar bem, assim as minhas duas netinhas eu tenho. Eles vêm pra cá é uma alegria total sabe, não tem explicação e elas são agarradas com a gente (Mulher, 66 anos – São José da Reserva).

Eu me dou com todo mundo, graças a Deus. Eu não tenho inimigo, não tenho inimigo mesmo (Homem, 67 anos – São José da Reserva).

Eu me dou bem com todo mundo, com os meus irmão tudo né, nós semo entre seis, aí as crianças né, os meus sobrinhos, esses aqui do meu irmão eles se criaram aqui comigo. (...) E aí nunca tive problema com os meus irmão, nem com a vizinhança (Mulher, 63 anos – São José da Reserva).

Como afirmamos anteriormente, as falas das pessoas idosas revelam a convivência com familiares e vizinhos de uma maneira benéfica, agradável e de modo regular. Se a QV está relacionada à percepção subjetiva de bem-estar, parece-nos que o fato de compartilharem momentos com outros membros da família e da comunidade incrementam a sensação de satisfação com a vida.

O fato de eventualmente ou às vezes se sentirem só (14,8% e 24,5%) representa a possibilidade de que esta sensação ocorre em certa medida a todo ser humano, independentemente de seu território de moradia e/ou idade. Num estudo realizado em zona rural no centro oeste de Minas Gerais com 182 pessoas idosas encontrou-se que os que mais tiveram índices altos na QV foram aqueles que nasceram na zona rural, que não precisavam receber ajuda financeira e que moravam com outras pessoas (GARBACCIO *et al.*, 2018).

Ratificando os dados de bem-estar por relações sociais, a Tabela 2 demonstra as atividades que os participantes referem ter satisfação em momentos de lazer. As respostas obtidas se deram a partir da questão: “o que você mais gosta de fazer nas suas horas livres?”, do formulário de entrevista, que possuía respostas estipuladas e possibilitava ao entrevistado eleger mais de uma delas.

Tabela 2 - O que você mais gosta de fazer nas suas horas livres?

Atividades	Frequência
Visitar amigos/Parentes	44,7
Ir à igreja/culto	33,5
Ficar em casa	28,2
Participar de passeios, visitas, bailes	26,7
Frequentar clubes e associações	17,5
Trabalhos manuais	16,5
Viagem de lazer	12,6
Jogar cartas	11,7
Jogar loto	10,2
Atividades físicas	7,8
Cuidar do pátio	3,4
Pescar	1,9
Bar	1,5
Internet	1,5
Outros	5,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

As atividades preferidas das pessoas idosas, como visitar amigos e parentes (44,7%) e ir à igreja/culto (33,5%), estão relacionadas à convivência com outras pessoas. As zonas rurais aqui descritas possuem espaço físico disponível no salão de uma Igreja ou nas Unidades de Saúde. Outras vezes, há também espaços organizados pela própria sociedade local, como Clubes Sociais ou Espaços Comunitários constituídos pelo poder público local. Enfim, são muitas as possibilidades de constituição de

espaços físicos para os encontros sociais. As atividades de escolha pessoal das pessoas idosas são, então, oportunizadas nos espaços instituídos para eles, com as mais diversas modalidades de ações, de forma que possam se inserir no que lhes agrade. Esses aspectos reforçam a possibilidade de promover um envelhecimento ativo e saudável no contexto rural, conforme orienta a OMS (2004).

A participação social e as ações recreativas são assuntos instituídos como qualidade de saúde e estão inscritos nas representações sociais sobre o envelhecimento saudável. Nesse sentido, os dados desta pesquisa revelaram que todas as pessoas idosas estão envolvidas e participando de alguma atividade social. Segundo Deponti e Acosta (2010), a recreação é uma forma de distração, preenchendo as necessidades cotidianas e oportunizando a interação social entre os praticantes.

Em relação a realização das atividades e tarefas diárias, as pessoas idosas pesquisadas responderam da seguinte forma:

Tabela 3 – Sente alguma dificuldade para realizar tarefas atuais?

Sente alguma dificuldade para realizar tarefas?	Frequência
Não	44,8
Problemas nos membros inferiores	12,5
Problemas na coluna	12,1
Problemas em outras partes do corpo	10,1
Problemas nos membros superiores	3,2
Pressão alta	2,8
Problema no sistema respiratório	2,0
Problema no sistema nervoso	2,0
Problema no sistema esquelético e muscular	2,0
Depressão	2,6
Diabetes	1,2
Problemas de visão	1,2
Problemas do sistema cardiovascular diferente da hipertensão	1,2
Outros problemas de saúde	3,2
Total	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Os números encontrados acima apontam que menos da metade das pessoas idosas entrevistados (44,8%) não apresentam dificuldade para realizar as tarefas da vida diária. Para Queiroz (2011), em seu estudo sobre representações de saúde e de doença, doença significa, para muitas pessoas, um período na vida em que deixam de realizar as suas atividades produtivas. Esse período de interrupção das atividades representaria, então, a própria enfermidade.

No entanto, acometimentos físicos, cognitivos e/ou psíquicos podem privar as pessoas idosas de realizarem tarefas de autocuidado como higienizar-se (tomar banho, escovar os dentes, entre outras) e preparar alimentos sozinhos, anteriormente desempenhadas de modo naturalizado. De uma forma geral, a avaliação da QV depende do impacto de doenças crônicas sobre os indivíduos, de critérios individuais para garantir a especificidade da situação de cada um, da certificação de que há um atendimento à saúde adequado, de um diagnóstico apropriado quanto à natureza, gravidade e prognóstico das doenças e, ainda, da avaliação dos efeitos dos tratamentos (CAMARANO *et al.*, 2004).

Morais, Rodrigues e Gerhardt (2008) corroboram com esta ideia e, somando a ela, afirmam que a renda é fator importante para a percepção da QV. Isso tem a ver com o fato de as pessoas possuírem recursos para satisfazer suas necessidades. Se a QV tem um conceito amplo e está relacionada às questões subjetivas de quem avalia a vida, sentir-se satisfeito com os recursos que possui pode ampliar as possibilidades de melhoria dessa qualidade. As aposentadorias recebidas pelas pessoas idosas têm um impacto positivo, especialmente para as famílias mais pobres e acarreta transformação das relações no meio rural. A renda advinda da aposentadoria da pessoa idosa passa a ser, muitas vezes, o sustento principal e a sobrevivência das famílias, garantindo a alimentação de todos os membros do lar, o acesso à escola para as crianças, os recursos necessários para investimentos

em tecnologia para o trabalho no campo, entre outros (TAVARES *et al.*, 2011).

Ao serem questionados a esse respeito, 97,8% dos pesquisados afirmaram que recebem a aposentadoria rural; 64,5% das pessoas idosas afirmaram que tinham dinheiro necessário para satisfazer as suas necessidades, enquanto 35,6% disseram que não possuíam a quantia necessária para supri-las. Contudo, quando o pesquisador insiste na questão, os participantes afirmam que o dinheiro falta para um aspecto essencial da QV, que discutiremos a seguir com maior ênfase: a saúde.

Sabe-se que o valor das aposentadorias rurais no Brasil não supre todas as despesas das pessoas idosas; este auxílio financeiro, que gira em torno de dois salários mínimos na maioria dos casos, pelo fato de não ser satisfatório, força as pessoas idosas a buscarem outro meio de subsistência. Aqueles que possuem terra, que suportam atividades agrícolas, conseguem manter a continuidade do trabalho com o arrendamento das terras e, assim, possuem complemento dos proventos, necessário para viverem com dignidade.

Saúde e envelhecimento no meio rural

No Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003) há um capítulo totalmente dedicado a saúde. É garantido, no artigo 15 da referida Lei a atenção integral à saúde da pessoa idosa, que deve ser efetivada por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), garantindo-se o acesso universal e igualitário através das ações e serviços de saúde de caráter preventivo, promotor, protetor ou recuperador da saúde. Há clara recomendação para ser prestada especial atenção àquelas doenças que acometem especialmente as pessoas idosas.

A saúde da pessoa idosa é ainda reafirmada pela Política Nacional do Idoso (PNI) (BRASIL, 1994) e pela Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (BRASIL, 2006). Esta última, trata de um importante dispositivo legal, cuja finalidade é a

promoção do envelhecimento ativo e saudável da pessoa idosa brasileira. Também reconhece a pessoa idosa na qualidade de pessoa de direitos, capaz de exercer autonomia e independência (BRASIL, 2006).

Ainda, de acordo com Dagios, Vasconcellos e Evangelista (2015), é a partir da maior preocupação do Estado com a saúde da pessoa idosa e da criação da PNSPI que se passou a atentar para o fato de que o envelhecimento ativo e saudável está diretamente relacionado à melhora na percepção de QV pelo indivíduo. Esta, por sua vez, pode ser promovida a partir dos cuidados com a alimentação e a prática de atividade física regular, por exemplo. Sobre saúde e acesso é possível destacar a fala de uma das pessoas idosas entrevistadas:

Riqueza é saúde! Se tivesse tudo certinho o Brasil era o melhor, não tinha outro lugar melhor pra morar. Primeiro lugar a saúde e também a segurança, nisso eu me preocupo muito (Homem, 67 anos - Monte Alverne).

Convém ressaltar a importante relação entre QV e saúde das pessoas idosas. Neste sentido, destaca-se a oportunidade de os trabalhadores da saúde incluírem a QV como estratégia de intervenção, considerando seus vários aspectos: percepção subjetiva, relações sociais, renda etc, fatores que auxiliam a detecção de aspectos que necessitam especial atenção. É essencial que os trabalhadores da saúde compreendam os aspectos econômicos, territoriais e culturais que influenciam na saúde das pessoas idosas, rompendo paradigmas biomédicos e avançando para uma visão mais ampliada, pautada por exemplo, no modelo biopsicossocial, conforme preconiza a Organização Mundial da Saúde (FARIAS; BUCHALLA, 2005). Concordamos com Bombardelli *et al.* (2017, p. 93) quando afirmam: “explorar a qualidade de vida da população idosa e os domínios afetados com o avançar da idade é fundamental para elaboração de políticas públicas e planejamento de programas voltados para atenção a pessoa idosa”. Nesse sentido, é de extrema importância que os

serviços públicos de saúde estejam disponíveis nas localidades rurais, próximos das pessoas idosas, para o devido acesso, como veremos no próximo item (Tabela 4).

Tabela 4 – Acesso à serviços de saúde na localidade rural

Quais serviços de saúde você tem acesso?	Sim	Não	Não respondeu
UBS com Estratégia de Saúde da Família (ESF)	86%	8,1%	5,9%
UBS Convencional	48,7%	24,6%	26,7%
Hospital	32,6%	41,9%	25,4%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Observa-se na tabela acima que a grande maioria - 86% - afirma ter em sua localidade uma Unidade Básica de Saúde (UBS) com Estratégia de Saúde da Família (ESF). No entanto, quanto às UBS Convencionais, o acesso diminui a menos da metade dos entrevistados – 48,7%. Convém destacar que as UBS com ESF contam com equipe que acessa os domicílios das pessoas idosas, especialmente, os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Tal estrutura de serviço é diferenciada e favorece o acesso à saúde (BRASIL, 2012). Observou-se que seis dos sete distritos pesquisados possuem uma ESF dentro do território. A exceção se restringe ao de São José da Reserva em que o serviço de saúde está situado há uma distância de, aproximadamente, 15 km e, neste caso, a unidade de saúde é uma UBS Convencional.

No que diz respeito aos hospitais, quase a metade das pessoas idosas respondeu não ter acesso – 41,9%. Essa porcentagem (32,6%) que tem acesso está relacionada à utilização do Hospital Beneficente Monte Alverne, situado no distrito de Monte Alverne, que é um recurso de saúde mantido pela iniciativa privada, muito procurado pelas pessoas idosas da região. O hospital é referência no tratamento de ouvido, nariz e garganta para 13 municípios do Vale do Rio Pardo e uma

população de cerca de 340 mil habitantes. Através do Sistema Único de Saúde (SUS) são oferecidos procedimentos cirúrgicos em otorrinolaringologia, consultas, exames, diagnósticos e procedimentos ambulatoriais (GAZ, 2018)

Observa-se nas falas das pessoas idosas entrevistadas a sua relação com os serviços de saúde distritais:

Posto de saúde é aqui perto! Me dou bem com as meninas daqui! (Homem - 60 anos – Rio Pardinho).

Tem o posto de saúde aqui em cima que a gente pega, primeiro era a cada trinta dias, agora é a cada sessenta dias, a médica vai lá e examina (Homem, 67 anos – Rio Pardinho).

Também é bom porque tem bastante atendimento, tem um posto, tem o SUS, muito bom então, o atendimento de saúde é bom sim, não posso me queixar (Mulher - 73 anos – Rio Pardinho).

Não tem enfermeira não tem nada ninguém e aí as pessoas ganham uma injeção às vezes tá doente, tem que ir lá pra Santa Cruz pra fazer (Homem, 67 anos - São José da Reserva).

Os três primeiros relatos demonstram que o fato de possuir uma Estratégia da Saúde ou Unidade Básica inserida na comunidade onde residem facilita o acesso aos serviços de saúde, por parte das pessoas idosas. Os mesmos referem satisfação em poder usufruir e ser bem atendido. O último relato evidencia a carência e a dificuldade em contatar o serviço que, como referido anteriormente, localiza-se distante do distrito.

Os dados acima possibilitam o questionamento sobre a maneira como a questão da saúde da pessoa idosa tem sido pensada no meio rural. As UBS com ESF indicam acesso à saúde garantido (contato com ACS, enfermagem e medicina da família) e as UBS Convencionais não (equipe mais especializada, porém, mais desfalcada).

Outro ponto importante de discutir é a escolaridade da pessoa idosa. Com frequência, as pessoas idosas que residem no

meio rural são menos escolarizados (RODRIGUES *et al.*, 2014) e, portanto, têm maiores dificuldades para a identificação dos serviços de saúde de que necessitam, o que os faz mais propensos aos riscos do adoecimento. Ainda, de acordo com Ferreti *et al.* (2017), as pessoas idosas rurais tendem a ter menor acesso às informações sobre saúde e podem ter dificuldades de comunicação com os profissionais, o que os deixa mais vulneráveis aos problemas da saúde e para entender as morbidades que podem os acometer, dificultando o processo de prevenção de doenças.

Conforme Santos, Lopes e Neri (2007), a educação cria oportunidades e a falta dela ocasionalmente estabelece barreiras quanto ao acesso à informação e, portanto, à qualidade de vida. Desse modo, torna-se necessário que o profissional da saúde identifique as demandas deste público especial, através da promoção de visitas domiciliares mais frequentes. Esta iniciativa permite a maior e melhor criação de vínculos e de confiança, através da utilização de uma terapêutica mais próxima e adequada, que facilite a adesão da pessoa idosa rural (RODRIGUES *et al.*, 2014).

Além do acesso aos serviços públicos, esta pesquisa levantou dados sobre saúde suplementar. As tabelas 5 e 6 mostram a porcentagem de pessoas idosas que possuem planos de saúde e quais utilizam, respectivamente.

Tabela 5 – Planos de saúde

Possui algum plano de saúde?	Frequência	Porcentagem
Sim	89	37,7%
Não	146	61,9%
Não respondeu	1	0,4%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Tabela 6 – Qual plano de saúde

Qual	Porcentagem válida
Sindicato	28,1%
Prodent Med	27,0%
Unimed	25,8%
Unimed do Sindicato	11,2%
IPE	4,5%
Outros	3,3%
Total	100,0%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

As tabelas 5 e 6 destacam que menos da metade (37,7%) das pessoas idosas possuem plano de saúde. Contudo, o dado mais evidente nessas tabelas é que a maioria não possui plano de saúde, o que nos leva a considerar que essa porcentagem de pessoas idosas (61,9%) utiliza exclusivamente os serviços públicos do SUS. Tais dados reafirmam o evidenciado nas falas das pessoas idosas, anteriormente apresentadas: na maioria dos distritos rurais pesquisados, os serviços de saúde pública estão bem estruturados e oferecem atendimentos em diversos âmbitos da saúde.

Assim, faz-se importante realçar que os órgãos de saúde (públicos e privados) atentem para as condições de vida e de saúde da população idosa que vive no campo, pois é de conhecimento que a pessoa idosa rural pertence a uma população mais vulnerável às dificuldades intrínsecas ao envelhecimento (devido ao trabalho pesado na agricultura por longos períodos de tempo) e, ainda, pelas dificuldades que são maiores em razão da distância dos serviços disponíveis, geralmente, alocados nos centros urbanos (PINTO *et al.*, 2014).

Pedreira *et al.* (2016) referem que um bom indicador para avaliar as condições de vida e de saúde das pessoas idosas é a autopercepção. Esse aspecto se mostra essencial, porque considera os aspectos subjetivos para determinar o estado de saúde do indivíduo e, além disso, é um meio importante para compreender a saúde das pessoas idosas e, também, uma ferramenta de grande

valia para a elaboração de estratégias de ação de prevenção e terapêuticas para esta população. Nesse sentido, a Tabela 7 demonstra a autopercepção de saúde das pessoas idosas rurais pesquisadas:

Tabela 7 – Autopercepção de saúde

Considera que sua saúde é:	Percentual total
Excelente	2,1%
Muito boa	10,6%
Boa	39,6%
Razoável	40,4%
Ruim	6,4%
Não respondeu	0,9%
Total	100%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A maioria dos entrevistados avalia positivamente sua saúde: 52,3% referiu sua saúde como boa, muito boa ou excelente, seguido de 40,4% como razoável e apenas 6,4% como ruim. Em relação a este tema, destacam-se as seguintes falas das pessoas idosas:

Tendo a casinha da gente e tendo o que comer... Saúde, graças a Deus, isso eu tenho bastante, e o resto vai levando (Homem, 67 anos - São José da Reserva).

A saúde tá mais ou menos (Mulher, 65 anos - Alto Paredão).

Ah... a gente vive bem! A gente tem espaço, tem tempo né? Só que a saúde da gente já não ajuda muito, né? Meus joelhos já não deixam mais, agora começou a minha mão [...]. (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Porque sempre os médicos falam, o melhor médico é tu mesmo. Eu sempre me cuido, mas a gente tem que se cuidar melhor ainda, por causa de problema que a gente tem (Homem, 67 anos - Monte Alverne).

Às vezes, se tivesse cuidado um pouquinho melhor a gente não ia sofrer tanto da coluna. Faltou cuidado com a saúde (Homem, 67 anos - Monte Alverne).

Tem saúde, mas como eu disse: o atendimento ajuda a gente porque... se não, eu não sei como a gente já estava... porque o atendimento que ajuda a gente com a idade (Mulher, 73 anos - Rio Pardo).

Pode-se constatar que, de uma maneira geral, as pessoas idosas reconhecem a própria situação de saúde como adequada. Talvez, o percentual de respondentes que afirmam que a saúde é razoável (40%) podem estar se referindo às questões naturais, próprias do processo de envelhecimento que, inevitavelmente trazem dificuldades relacionadas ao funcionamento do corpo. Convém, neste ponto, evidenciar os dados que apareceram quanto ao gênero.

Na Tabela 8 apresenta-se a autopercepção de saúde dos homens e mulheres participantes deste estudo:

Tabela 8 – Autopercepção de saúde por gênero

Considera que sua saúde é:	Homens	Mulheres
Excelente	0,8%	1,3%
Muito boa	3,4%	7,2%
Boa	11%	28,4%
Razoável	13,6%	26,7%
Ruim	1,3%	6,4%
Não respondeu	0%	1,3%
Total	30,1%	69,9%

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A análise da Tabela 8 aponta que, no grupo feminino, a maior parte das entrevistadas considera sua saúde boa, muito boa ou excelente e uma minoria a considerou ruim (5,1%). Em relação aos homens, também a maioria refere que sua saúde é boa, muito boa ou excelente, embora em percentuais bem inferiores ao grupo feminino. Pelos números encontrados nesta pesquisa, é possível afirmar que a população idosa masculina está pouco presente nos espaços da comunidade destinados à saúde. A adesão dos homens às atividades de prevenção e promoção de saúde no meio

rural de Santa Cruz do Sul é consideravelmente pequena quando comparada ao número de mulheres que frequentam e/ou utilizam as unidades de saúde local.

No tocante à autopercepção de saúde e às diferenças de gênero é interessante descrever a percepção dos próprios entrevistados neste sentido, conforme extraído da pesquisa:

Olha, eu acho que as mulheres... Têm umas aí que vão mais longe, que não tem muito problema de saúde. Que nem o meu caso, eu já tive dois câncer, melanoma né, mas fui operado e foi feito na hora certa. Ela aí [referindo à esposa] tem problema, às vezes, de dor nas pernas, inchaço... uma coisa ou outra. Mas, eu acho que é tudo igual. (Homem, 67 anos – Rio Pardinho).

Eu acho que o homem fica mais ali jogando “pife” ou não dá bola pra saúde e a mulher... já não! A mulher já sai... se tem alguma dor já vai para o médico. (Mulher, 68 anos – Alto Paredão).

Sabe que o homem enfraquece, a mulher enfraquece, isso começa a pesa um pouco. (Homem, 67 anos – Rio Pardinho).

As falas revelam o que anteriormente foi discutido: as mulheres têm melhores cuidados com a saúde do que os homens, mesmo que os problemas afetem os dois gêneros. Diante do exposto, é possível perceber que há diferenças entre os gêneros e é essencial que as mesmas sejam compreendidas. Sabe-se, através de diversos estudos, que mesmo nos espaços urbanos os homens apresentam a tendência de buscar o serviço de saúde somente quando os problemas já estão agudos. No meio rural, esta situação se agrava; o acesso à saúde e a procura por estes espaços pode ser ainda menor (BURILLE; GERHARDT, 2014). Importante destacar que este fato se deve, não somente por empecilhos próprios do meio rural, mas também em razão daquilo que é culturalmente considerado masculino no campo, como a força e o trabalho. Assim, para muitos destes homens a ausência de saúde (ou a doença) podem significar o fim do trabalho, o que acarreta prejuízos diretamente no sentimento de pertencimento à um

grupo, cujas características são historicamente definidas (BURILLE; GERHARDT, 2014).

Considerações finais

Este capítulo se propôs a apresentar os dados da pesquisa quanto aos aspectos de Qualidade de Vida e Saúde, reportados pelas pessoas idosas participantes. Observou-se que o envelhecimento no meio rural, nos distritos pesquisados, apresenta aspectos singulares que necessitam ser contextualizados e, por isso, não podem ser generalizados a outras regiões.

Quanto à Qualidade de Vida, as pessoas idosas manifestaram-se positivamente, afirmando que a vivência no campo acrescenta benefícios às suas vidas. Dentre essas vantagens, destacam-se a tranquilidade, as relações com familiares e vizinhança e possibilidade de realizarem atividades que os satisfazem e que estão ligadas ao meio rural.

Em relação ao acesso à saúde, constatou-se que se trata de uma população que depende em sua maioria dos serviços públicos de saúde, ofertados no Sistema Único de Saúde e que a maior parte dos entrevistados tem acesso em seu distrito, por meio das equipes de Estratégia de Saúde da Família. Observou-se que na maioria dos locais pesquisados, os serviços de saúde pública estão bem estruturados e oferecem atendimentos em diversos âmbitos da saúde. No entanto, para a maior parte dos entrevistados sua renda não é suficiente para aquisição de complementos à saúde, o que pode comprometer a qualidade de vida dessas pessoas. Dessa forma, destaca-se a importância de as equipes de saúde estarem alertas a essas questões.

Portanto, pode-se inferir que, no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, existe acesso aos serviços de saúde e de qualidade para as pessoas idosas. Isto posto, reforça a necessidade de os profissionais de saúde manterem-se atentos às condições especiais deste público, criando vínculos de confiança e troca de saberes de modo a atender adequadamente as pessoas idosas

rurais, promovendo, portanto, uma terapêutica adequada e de fácil adesão. Da mesma forma, a busca por informações sobre a renda das famílias, as redes sociais informais e formais de apoio e as dificuldades encontradas por eles em relação ao acesso à saúde, possibilita ampliar ações mais efetivas e centradas nas necessidades dessa população. Estes aspectos enfatizam a conveniência de um trabalho humanizado e atento às peculiaridades de cada população, com vistas a tornar mais acessíveis questões como a saúde, os cuidados cotidianos e a prevenção.

Assim como neste capítulo percebemos diferenças em como os entrevistados se relacionam com seus cuidados de saúde e acesso aos serviços disponibilizados nos distritos, é importante notar que a categoria gênero aparece de forma significativa em vários contextos trazidos nos resultados da pesquisa; desta forma o próximo capítulo vai aprofundar as questões de gênero que apareceram em nossos resultados de pesquisa.

Referências

ALCÂNTARA, A. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A. O.; CAMARANO, A. A.; GIACOMIN, K. C. (Org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 323-342.

BALTES, P. B. Envelhecimento cognitivo: potencialidade e limites. *Gerontologia*, v. 2, p. 23-44, 2004.

BOMBARDELLI, C. *et al.* Qualidade de vida de idosos residentes em município com características rurais do interior do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 88-94, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbagg/v20n1/pt_1809-9823-rbagg-20-01-00085.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019.

BRASIL. *Política Nacional do Idoso*. Brasília, DF: Senado Federal, 1994.

BRASIL. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF: Senado Federal, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa*. Brasília, DF: 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília, DF: 2012.

BURILLE, A.; GERHARDT, T. E. Doenças crônicas, problemas crônicos: encontros e desencontros com os serviços de saúde em itinerários terapêuticos de homens rurais. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 664-676, 2014. Disponível em: <<https://www.scielosp.org/article/sausoc/2014.v23n2/664-676/>>. Acesso em: 18 out. 2019.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S.; MELLO, J. L. Como vive o idoso brasileiro? In: CAMARANO, A. A. (Org.). *Os novos idosos brasileiros. Muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 25-73.

DAGIOS, P.; VASCONCELLOS, C.; EVANGELISTA, D. H. R. Avaliação da qualidade de vida: comparação entre idosos não institucionalizados participantes de um centro de convivência e idosos institucionalizados em Ji-Paraná/RO. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 469-484, 2015. Disponível em: ><http://www.seer.ufrgs.br/index.php/VerEnvelhecer/article/view/41571/35451><. Acesso em: 7 out. 2019.

DEPONTI, R. N.; ACOSTA, M. A. F. Compreensão dos idosos sobre os fatores que influenciam o envelhecimento saudável. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 33-52, 2010. Disponível em:<<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/9520/10908>>. Acesso em: 7 out. 2019.

FARIAS, N; BUCHALLA, C.M. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: conceitos, usos e perspectivas. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 187-193, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepid/v8n2/11.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2019.

FERNÁNDEZ-BALLESTEROS, R. *et al. Evaluación e intervención psicológica en la vejez*. Barcelona: Martínez Roca, 2002.

FERRETI, F. *et al.* Análise da qualidade de vida em idosos praticantes e não praticantes de exercício físico regular. *Estudos*

Interdisciplinares sobre o Envelhecimento, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 729-743, 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/RevEnvelhecer/article/view/41384/36683>>. Acesso em: 15 out. 2019.

FERRETTI, F. *et al.* Aspectos que influenciam no acesso do idoso com Alzheimer aos serviços de saúde nos meios rural e urbano: olhar do cuidador. *Saúde & Transformação Social*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 18-28, 2017. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/viewFile/4242/4960>>. Acesso em: 28 out. 2019.

GARBACCIO, J.L. *et al.* Envelhecimento e Qualidade de Vida de idosos residentes em zona rural. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, v. 71, n. 2, p. 776-784, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s2/pt_0034-7167-reben-71-s2-0724.pdf>. Acesso em: 28 out. 2019.

IBGE. *CENSO demográfico 2010: Banco de dados agregados do IBGE*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 11 out. 2019.

KANE, R. A.; KANE, R. L. *Evaluación de las necesidades en los ancianos*. Guía práctica sobre los instrumentos de medición. Madrid: Fundación de la Caja de Madrid, 2003.

MARKETING, C. Hospital Beneficente Monte Alverne agora é de utilidade pública. *GAZ [online]*, Santa Cruz do Sul, 19 jun. 2018. Disponível em: <<http://www.gaz.com.br/conteudos/regional/2018/06/19/122703>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

MEIRA, S. S. *et al.* Considerações acerca das condições de vida de idosos no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais – Brasil. *Serviço Social em Revista*, Londrina, v. 17, n. 1, p. 159-177, 2014. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/17711>>. Acesso em: 7 out. 2019.

MORAIS, E. P.; RODRIGUES, R. A. P.; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 374-383, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v17n2/21.pdf>>. Acesso em: 29 out. 2019.

OMS – Organização Mundial da Saúde. *Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade em Saúde*. Lisboa, 2004

PEDREIRA, R. B. S. *et al.* Autopercepção de saúde entre idosos residentes em áreas rurais. *Revista Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-119, 2016. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/28676>>. Acesso em: 28 out. 2019.

PINTO, L. L. T. *et al.* Nível de atividade física habitual e transtornos mentais comuns entre idosos residentes em áreas rurais. *Revista Brasileira Geriatria Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 819-828, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S180998232014000400819&script=sci_abstract&tln_g=pt>. Acesso em: 7 out. 2019.

QUEIROZ, M. S. *Representações sobre saúde e doença: agentes de cura e paciente do SUS*. Campinas: Editora Unicamp, 2011.

RODRIGUES, L. R. *et al.* Perfil sociodemográfico, econômico e de saúde de idosos rurais segundo o indicativo de depressão. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 278-285, 2014. Disponível em: <<https://revistas.ufg.br/fen/article/view/20782/16963>>. Acesso em: 28 out. 2019.

SANTOS, G. A.; LOPES, A.; NERI, A. L. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil Vivências, Desafios e Expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo SESC, 2007, p. 65-90.

TAVARES, V. O. *et al.* Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 93-108, 2011. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725>>. Acesso em: 28 out. 2019.

TAVARES, D. M. S. *et al.* Idosos Octogenários nos contextos urbano e rural: comparação socioeconômica, morbidades e qualidade de vida. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 156-163, 2015. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/5961>>. Acesso em: 28 out. 2019.

TAVARES, D. M. S. *et al.* Preditores da Qualidade de Vida de Idosos Urbanos e Rurais. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 29, n. 4, p. 361-371, 2015. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/search/search>>. Acesso em: 28 out. 2019.

Gênero e envelhecimento no meio rural

Introdução

Para discutir as questões de gênero no meio rural, inicialmente é importante conceituar o que entendemos por esse termo, visto que o mesmo passou por diversas rupturas, continuidades e ressignificações ao longo da história. Estas mudanças foram baseadas nas discussões vigentes, muitas originadas através do próprio movimento feminista, que enfatiza as desigualdades e desacordos entre homens e mulheres (STOLKE, 2004).

Neste caso, utilizamos o conceito de gênero preconizado pela Psicologia Social, que o define como aquilo que diferencia socialmente as pessoas, levando em consideração os padrões histórico-culturais atribuídos para homens e mulheres. Por ser um papel social, o gênero pode ser construído e desconstruído, ou seja, pode ser entendido como algo mutável.

O conceito de gênero tem sua base nas diferenças biológicas, em que o feminino é rotulado como sensível, romântico e emocional (FISKE, 2000). Ademais, há uma construção social sexuada do conceito, visto que a socialização feminina foi realizada, por um longo período da história, no âmbito privado, com a responsabilização pelas tarefas domésticas e o cuidado com os filhos (ANTUNES, 1999). Dessa forma, o gênero precisa ser analisado como uma categoria atravessada por marcadores identitários que produzem explorações como orientação sexual, raça/etnia, geração, relações urbano-rurais, poder aquisitivo, capital cultural, escolaridade, dentre outros.

Enquanto essa representação do gênero feminino vai sendo compartilhada coletivamente, vai atribuindo-lhe materialidade, que pode ser vista não apenas no comportamento, socialização e valores internalizados pelos indivíduos, mas na estruturação jurídica e organizacional da sociedade, nos mecanismos de controle social e nas políticas (DURKHEIM, 1986).

Portanto, gênero é uma categoria de análise que permite compreender como ocorreu a construção social, cultural, histórica, temporal e espacial dos perfis e comportamentos considerados masculinos ou femininos. Dessa forma, os discursos sobre a relação entre os sexos não são neutros, pois os papéis normativos são representações construídas socialmente, e por isso, repletas de relações de poder e significados (POSSAS, 2004).

Corroborando esta ideia, Butler (2015, p. 29) refere que o gênero não deve ser compreendido como um substantivo, mas sim como um fenômeno inconstante e contextual, um ponto de convergência entre conjuntos de relações culturais e históricas. Machado (2004), coloca que o gênero funciona como uma estratégia de reafirmação das normas que delimitam o corpo, criando existências impossíveis e inaceitáveis. O que por consequência produz um desejo de adequar-se às normas, ou seja, como se os corpos carregassem uma essência desde o nascimento. Fato que, contribui para a hierarquização dos modos de estar no mundo, produzindo relações de poder.

Gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Resulta que se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2015, p. 20).

Nesta perspectiva, faz-se importante salientar as especificidades em relação ao gênero na velhice, pois o processo de envelhecimento é distinto entre homens e mulheres e, segundo Araújo *et al.* (2013), se expressa nos comportamentos, na

expectativa de vida, nas vivências em relação à sexualidade e mesmo nas atividades cotidianas.

No que se refere ao processo de envelhecimento da população brasileira, existem diferentes realidades a serem analisadas. A primeira e mais considerável é as desigualdades entre as velhices do meio urbano e rural. De acordo com os dados de 2015, apresentados na Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2016), do total da população idosa, isto é, aqueles com 60 anos de idade ou mais, 84,7% viviam em áreas urbanas e 15,3% encontravam-se no espaço rural.

Se analisarmos a quantidade de pesquisas dos distintos contextos, constatamos que a maioria dos estudos são realizados no meio urbano, o que, por consequência, deixa as pessoas idosas residentes no meio rural à margem das pesquisas. Além disso, as extremas diferenças entre as áreas urbanas e rurais contribuem para a desigualdade no que se refere às condições e ao acesso a uma série de itens básicos para a qualidade de vida, como educação, saúde e lazer, por exemplo (ARRUDA; MAIA; ALVES, 2018).

As discrepâncias entre o rural e o urbano ultrapassam os aspectos quantitativos e dimensionais, pois apontam “para uma realidade onde predomina a pobreza, isolamento, baixos níveis educacionais, residências mais precárias, limitações de transporte, problemas crônicos de saúde e distância dos recursos sociais e de saúde, dentre outras” (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008, p. 382).

Ademais, também existem diferenças entre os gêneros nos contextos rurais e urbanos. Alcântara (2016) refere que nos centros urbanos há uma maioria de mulheres com mais de 60 anos e no meio rural a predominância é masculina. Neste contexto, Camarano (2016) comenta que desde 1970 as mulheres têm sido as responsáveis pelo aumento da concentração das pessoas idosas nas áreas urbanas. Além disso, a autora reforça que os ganhos de longevidade são maiores para as mulheres do que para os homens.

Apesar de diversos estudos considerarem que no campo a predominância é masculina, em Santa Cruz do Sul (SCS)

constatamos um panorama diferente. No município, 48,41% das pessoas idosas rurais são homens e 51,59% são mulheres, segundo a Síntese de Indicadores Sociais de 2016 (IBGE, 2016). Confirmando-se, portanto, a ascendência feminina em relação ao masculino no meio rural de SCS.

A construção de papéis do que é considerado masculino e feminino ainda ocorre de forma diversa para o contexto rural e o urbano. O espaço rural possui realidade específica, distinta do território urbano. A vida no campo apresenta peculiaridades relacionadas a produção de trabalho, as manifestações sociais, religiosas e culturais. Desse modo, discutir gênero é importante por permitir analisar processos de subjetivação, ou seja, comportamentos da vida cotidiana dessas pessoas idosas.

Para Zanello, Fiuza e Costa (2015), só houve interesse em buscar diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre homens e mulheres, quando estas diferenças tornaram-se politicamente importantes. Ou seja, mudanças sociais trazidas pelo desenvolvimento do capitalismo, nas quais as pessoas podiam vislumbrar possibilidade de mobilidade social, disponível para todos, menos para as mulheres.

Nesse contexto, é importante salientar que desde a década de 1950, com o feminismo de Simone de Beauvoir, até a atualidade, a discussão sobre gênero não esteve mais atrelada a rigidez das diferenças biológicas entre homens e mulheres, e sim às diferenças entre o biológico e o social.

Sendo assim, o termo gênero passou a servir como categoria de análise para se investigar a construção social do feminino e do masculino, que se relaciona com determinadas regras, normas e papéis coletivos. Ao feminino destinam-se os ideais de domesticidade, uma vida destinada ao casamento e a maternidade. Ao masculino a virilidade, a capacidade laborativa e a liberdade. Portanto, gênero/sexo tem como função constituir indivíduos concretos. Ser homem e ser mulher nesse sentido, seria uma forma de assujeitamento (SWAIN, 2011).

Neste contexto, se torna necessário verificarmos como as pessoas idosas vivem, ou seja, se a questão de gênero interfere nos modos de vida desses indivíduos e de que forma impacta no processo de envelhecimento, tomando como sujeitos da pesquisa a pessoa idosa residente no meio rural.

Nesse sentido, ao serem questionados sobre aspectos relacionados ao gênero, as pessoas idosas rurais do município de Santa Cruz do Sul apresentaram considerações direcionadas aos processos de trabalho, aos cuidados com a saúde e a representação social de velhice, que serão discutidos a seguir.

Trabalho e Gênero

Os seres humanos dedicam boa parte de sua vida ao trabalho. Por essa razão o trabalho se configura como categoria sociológica central na sociedade em que vivemos. O trabalho pode ser considerado um elemento vital para a construção da identidade, pois influencia na forma como as pessoas se conhecem e são reconhecidas, portanto, é um elemento central no desenvolvimento da autoestima do sujeito (FARSEN *et al.*, 2018).

Ao pensarmos a identidade das pessoas idosas rurais, esbarramos na representatividade do trabalho em suas vidas. O meio rural é um espaço de vida, isto é, onde se vivem particularidades, caracterizando dessa forma, uma referência identitária. Tendo em vista essa caracterização identitária, a pesquisa revelou que as pessoas idosas rurais dos distritos de Santa Cruz do Sul dedicaram suas vidas às atividades agrícolas, pois 85,5% dos entrevistados afirmaram que a profissão exercida na maior parte da vida estava ligada à agricultura. Além disso, através das falas percebemos a representatividade do trabalho para essa pessoa idosa como algo positivo:

[...] Ah isso é tudo de bom pra mim! Se eu pudesse trabalhar até o último momento eu fazia porque aí acho que isso faz bem pra gente, para os outros [...] (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

O trabalho também assume um sentido simbólico ao ser representado como mantenedor da saúde física e psíquica, visto como uma forma de ocupação e de elaboração das dificuldades vivenciadas. Ferraz, Alves e Ferreti (2017) dizem que a ausência do trabalho na velhice pode ser substancialmente responsável pela redução da qualidade de vida e de envelhecimento. Fato que fica evidente nos fragmentos a seguir:

[...] O trabalho pra mim é tudo! Eu acho que isso ajuda a gente manter bem a saúde, a cabeça também, né! Porque passar por tudo que eu passei, então trabalhando esquece dos problemas, né, então, acho que é fundamental para manter a cabeça ocupada como serviço, com o trabalho! Trabalhar é a melhor coisa que eu acho pra gente! [...] (Mulher, 72 anos - Rio Pardiniho).

[...] Ah assim, o trabalho faz bem pra mim, porque ficar só sentado, que nem tem dias que eu não tenho nada pra fazer, se eu tivesse um dia bom, se eu tivesse um trabalho pra fazer eu não pensaria essas bobagens, o trabalho ajuda a gente se desenvolver, esquecer os problemas, então, muitos dias de chuva quando não tem nada pra fazer aí tu fica botando coisa na cabeça, isso ajuda envelhecer, né?! [...] (Homem, 79 anos - Alto Paredão).

Outra questão que merece destaque no que se refere ao trabalho para as pessoas idosas rurais são as relações de gênero, fortemente marcadas por desigualdades de poder. Ploner, Sais e Strey (2008) dizem que a construção daquilo que é masculino ou feminino compreende forças que estão arraigados não só no corpo, mas nos sentimentos, no olhar para si e para o outro, que se produzem em função de uma ideologia.

Brumer (2004) corrobora esta ideia ao defender que as mulheres no meio rural ocupam uma posição subordinada, visto que seu trabalho aparece como ajuda, mesmo quando elas trabalham tanto quanto os homens. Dessa forma, aos homens é reservado o reconhecimento público do trabalho que produz lucro e subsistência, e para a mulher resta o anonimato e a invisibilidade do conjunto de atividades que realiza (HERRERA, 2013).

O trabalho doméstico dentro do contexto sócio-histórico do rural brasileiro é produzido, segundo Paulilo (2004), enquanto um

espaço de responsabilidade feminina. No meio rural as relações de trabalho apresentam um recorte marcadamente de gênero, em que as mulheres são responsáveis pelas atividades ligadas a reprodução sexual e familiar e os homens pelas atividades agrícolas, compreendidas como responsáveis pela sobrevivência econômica e social da família.

Santos e Garcia (2015) ressaltam que este poder dado e adquirido pelos homens remonta a raízes históricas. Embora a representação feminina tenha um papel importante na constituição da família, suas atividades são consideradas “leves” e quando possuem remuneração, os valores são baixos. Tais constatações são exemplificadas na fala das pessoas idosas:

[...] Eu acho que é diferente porque o homem sofre mais aqui por causa do trabalho da roça, então eu acho que ele sofre mais que a mulher, eu acho que o homem envelhece primeiro que a mulher. [...] (Mulher, 67 anos - Alto Paredão).

Percebe-se que a fala supracitada considera que o trabalho masculino é mais fatigante do que o feminino. Mesmo que ambos trabalhem na agricultura, o homem, por ser considerado o responsável pelo trabalho braçal, apesar de não ser o único que o desenvolve, é visto como tendo seu processo de envelhecimento mais afetado pelo trabalho do que a mulher. Em contrapartida, o trecho seguinte denota uma percepção das múltiplas funções femininas e as mudanças no envelhecimento:

[...] a gente sofre mais...tinha que trabalhar na roça e cuidar da casa tudo, quintal, horta...essas coisas...mais os filhos, meu marido não me ajuda em quase nada! As crianças eram comigo! Meu Deus...á os homens envelhecem e vão jogar carta e a gente não, a gente é mais reservada [...] (Mulher, 94 anos - Monte Alverne).

O trecho evidencia que o trabalho para essas idosas rurais é caracterizado de forma assimétrica, pois o papel da mulher no meio rural esteve por muito tempo destinada à reprodução, isto é, ao ato de ser mãe, o que por consequência a introduziu no trabalho doméstico, limitando sua atuação em outras esferas. O trabalho doméstico passa a ser visto como responsabilidade da

mulher, sendo que a realização do mesmo pelo homem é entendida como ajuda. Além disso, a mulher também realiza trabalho na agricultura, que soma-se ao trabalho doméstico realizado. Com o envelhecimento e a aposentadoria, diversas famílias cessam com a produção para além da subsistência, restando o trabalho doméstico da mulher, para o qual não tem aposentadoria.

Isto fica evidenciado na fala seguinte, que denota a continuidade da responsabilização feminina pelo trabalho doméstico mesmo após a aposentadoria, cabendo ao homem a tarefa no contexto externo.

[...] Trabalho, faço uns trabalhos pequenos só limpo o pátio, caiu umas folhas aí de manhã o primeiro serviço é tomar banho, tomar café e depois ali é varrer o pátio ali se a esposa está em casa, ela faz o serviço de dentro de casa. [...] (Homem, 72 anos - Monte Alverne).

Neste contexto, apesar de a sociedade reconhecer que a mulher tem um papel fundamental na vida familiar, na comunidade e na sociedade como um todo, e da conquista da garantia de muitos dos direitos da mulher, os principais impedimentos para a mudança de paradigmas são as relações de poder patriarcais perpetuadas culturalmente, que continuam atribuindo ao homem o papel de provedor e responsável pelas decisões, enquanto a mulher é relegada ao segundo plano, e na maioria das vezes nem são consultadas para a tomada de decisões (FORLIN; MIRALES, 2014).

Todavia, muitas mulheres não demonstram ter consciência dessa desigualdade, tomando-a como algo natural e intrínseco à vida doméstica, apesar das queixas quanto ao excesso de trabalho. Além disso, as que tem uma vida pública mais ativa, não compreendem o processo de perpetuação das desigualdades e acham que a decisão da participação ou não dos espaços públicos é uma opção pessoal e não uma limitação de gênero (GARCIA, 2004).

Somente após as articulações de movimentos feministas na década de 1980, que culminaram na Constituição de 1988, é que as

mulheres passaram a vislumbrar melhorias em relação ao reconhecimento de suas atividades. Mesmo assim, “o direito abstrato não basta para definir a situação concreta da mulher; esta depende em grande parte do papel econômico que representa” (BEAUVOIR, 1975, p. 114). Portanto, as mulheres continuam buscando a efetivação da garantia de direitos.

A garantia do benefício previdenciário é um relevante exemplo dessas conquistas (KRETER; STADUTO, 2013). No que se refere a aposentadoria, 97,9% da amostra relatou que recebe o benefício, sendo que as idosas rurais representam 69,9% dos entrevistados e 69,1% delas estão aposentadas.

Kreter e Staduto (2013) salientam que o trabalhador rural, mais especificamente a mulher idosa rural, passou a assumir um novo status dentro do contexto familiar após o benefício da aposentadoria, ou seja, deixa de ser dependente e passa ser provedora do seu núcleo de origem. O autor coloca ainda que, antes da constituinte, as mulheres do campo eram nitidamente desconsideradas, visto que a aposentadoria por idade era concedida a partir dos 65 anos e apenas ao chefe da família. Dessa forma, aquelas mulheres que optaram por vida conjugal, perdiam seus direitos previdenciários, e mesmo as que possuíam carteira de trabalho, recebiam o benefício com valor diferenciado.

A importância dos proventos da aposentadoria também é evidenciada através da fala:

[...] tudo que a gente tem a gente fez trabalhando...só que naquela época era tudo mais sofrido, filho pequeno...aí depois a gente se aposentou, aí as coisas começaram a melhorar, todo mês fico esperando, dizem que é pouco, mas imagina se não tivesse! A gente se vira com o aposento [...] (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

É diante deste contexto patriarcal, que as mulheres lutam pelo seu espaço, com base na tomada de consciência dos seus direitos e na formação de movimentos sociais do campo, como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), que busca o reconhecimento e a valorização das trabalhadoras rurais (MATOS; SILVA, 2019). Dessa forma, as mulheres do MMC rompem

paradigmas machistas e dão início a construção de uma identidade coletiva, que “é construída a partir do momento que esta mulher se insere na luta política, pois, ao se identificar em um grupo, o movimento passa a desenvolver uma consciência de classe” (LUSA, 2009, p. 128).

Relações sociais e Saúde

Alcântara (2016) refere que o processo de envelhecimento no meio rural necessita ser pensado através dos modos de vida e da qualidade do envelhecer. Além disso, o fato das pessoas idosas residirem em áreas rurais faz com que suas vulnerabilidades sejam naturalmente acentuadas (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008, p. 376). O contexto cultural fortemente enraizado em tabus relacionados a questões de saúde e masculinidade faz com que os homens evitem procurar ajuda nos serviços de saúde e participem menos dos grupos de convivência, como evidenciado no fragmento a seguir:

[...] Eu acho que homem se cuida menos, né, porque meu marido é assim, ele não se cuida muito bem! [...] (Mulher, 63 anos - Rio Pardinho).

Ao mesmo tempo, há um simbolismo de masculinidade em que o homem tem de ser forte, enquanto a mulher pode ser mais frágil e por isso tem ‘o direito de se cuidar’. Nesse sentido, buscar ajuda para problemas de saúde significaria ao homem assumir uma fragilidade que é relegada ao gênero feminino:

[...] Bom, eu vejo na mulher assim, porque se ela se cuida, ela tem mais direito de se cuidar que o homem. Né? Ela tem mais facilidade [...] (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Ao mesmo tempo, para as pessoas idosas que participam de grupos no contexto comunitário, considera-se que estes proporcionam suporte social que possui implicação positiva para a saúde, contribuindo no enfrentamento e recuperação de

enfermidades, estresses e experiências difíceis da vida. Fato exemplificado através da fala:

[...] E esse grupo (de hipertensos) que eu estou gostando. Se tem a gente vai, se choveu ou se faz frio, a gente vai porque é uma coisa que a gente precisa. [...] (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Outra questão que merece destaque ao se tratar de relações sociais é o fato das pessoas idosas rurais de SCS apontarem as visitas em amigos, vizinhos e parentes como alternativas de lazer, representando 36%. Tal procura aos amigos e vizinhos é justificada pela redução do número de membros nos domicílios rurais, associada às mudanças ocorridas na estrutura das famílias, ou seja, a queda da fecundidade e ao êxodo dos integrantes dos núcleos rurais (MAIA; MENEZES, 2014).

[...] Aqui em casa é só nós dois...aí temos dois filhos, estão bem! Estudaram e depois fizeram faculdade, a guria trabalha na Justiça do trabalho e o guri em um banco, foi por tempos gerente lá... os dois estão muito bem! Vem nos visitar sempre quando dá, mas a gente sabe que eles têm a vida deles, os compromissos, né?! [...] (Homem, 79 anos - Rio Pardinho).

[...] Poder enxergar as pessoas, conviver com as pessoas, os idosos todos juntos assim. [...] (Mulher, 74 anos - Rio Pardinho).

Portanto, estando somente o casal na propriedade rural, se faz necessário a manutenção das relações de vizinhanças. Reis *et al.* (2017), salientam que o suporte social possui implicação positiva para a saúde, no enfrentamento e recuperação de enfermidades, estresses e experiências difíceis da vida, por exemplo. Já Alvarenga *et al.* (2013), pontuam que os sistemas de suporte social são importantes meios de suprir demandas psíquicas e emocionais, contribuindo dessa forma, para o bem-estar e a qualidade de vida dos sujeitos.

Ao serem questionados sobre a participação em grupos ou associações, as pessoas idosas rurais de Santa Cruz do Sul apontaram participação nos grupos da terceira idade com

percentual de 21,7%, seguido por clube de mães que representam 14,4%, sendo que 40,3% afirmaram participar de grupos diversos dentro da categoria “outros”. Um fato a ser analisado nestes dados diz respeito a representatividade dos grupos de terceira idade no meio rural do município, que pode ser evidenciado por meio do fragmento abaixo:

[...] tem os bailes de idosos, a gente participa da Bela Terceira Idade ali em baixo é tão bonito as vovozinhas velhas dançando ali. [...] (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Machado *et al.* (2015) referem que a inserção em grupos de Terceira Idade contribui para o empoderamento das pessoas idosas, já que desenvolvem ações interativas, cujas experiências são compartilhadas, ou seja, estes grupos passam a ser espaços para expor angústias e dividir alegrias. Assim, uma característica marcante dos grupos de terceira idade é a expressiva participação de mulheres e a baixa adesão do homem nesta faixa etária. Fato que também define as características das pessoas idosas rurais de Santa Cruz do Sul.

Isso fica evidente nos questionamentos da pesquisa que se referem à solidão, visto que 37,3% das mulheres afirmaram nunca se sentirem sozinhas, enquanto que 32,7% referiram que às vezes, sempre, raramente ou frequentemente se sentiam sozinhas. Já as pessoas idosas do sexo masculino, 14,4% disseram nunca se sentirem sozinhos, enquanto que 14,9% responderam que se sentem sozinhos às vezes, sempre, raramente ou frequentemente. Percebe-se que o índice de mulheres que não se sentem sozinhas é superior, enquanto que nos homens o maior índice é entre os que se sentem sozinhos.

Entretanto, deve-se levar em consideração que o número de mulheres é maior, em razão da amostra ser composta por 70% de mulheres e apenas 30% por pessoas idosas do sexo masculino. O fato dos homens afirmarem solidão pode ser justificado pela baixa adesão social, representada pela participação em serviços de saúde e por grupos e associações dos distritos rurais.

Representações sociais do envelhecimento para homens e mulheres

Moscovici (2012) ressalta que as representações sociais são ferramentas mentais que operam na própria experiência, moldando o contexto em que os fenômenos estão enraizados, e não são apenas registros de dados ou sistematização de fatos. Pereira de Sá e Arruda (2016) destacam a importância das representações sociais como teoria do senso comum centrada na realidade social. Sendo assim, investigar as representações sociais presentes em determinado contexto é compreender os processos de socialização dos indivíduos, isto é, vislumbrar um conjunto de ideias, valores e costumes que caracterizam a identidade coletiva dos sujeitos.

As representações sociais são elementos simbólicos, ou seja, descrevem acontecimentos vivenciados. É importante destacar que um dos objetivos da pesquisa se referia a investigar as representações sociais sobre envelhecimento para as pessoas idosas rurais dos distritos de Santa Cruz do Sul.

Nesse contexto, é importante pontuarmos que a velhice é sabidamente heterogênea. Há pessoas que envelhecem com boa qualidade de vida e saúde, com poucas patologias, com autocuidado satisfatório, bons níveis de controle de estresse e satisfação com a vida. Em oposição, há outras que experimentam inatividade, fadiga, comorbidades e sintomas depressivos, que comprometem a qualidade de vida na velhice (GARBACCIO *et al.*, 2018).

Dessa forma, ao questionarmos se o processo de envelhecimento acontece da mesma forma para homens e mulheres, obtivemos algumas considerações. A primeira delas é a constatação de que o homem tende a se cuidar menos e por essa razão sua saúde é mais debilitada em relação às mulheres idosas rurais.

[...] tem tantas viúvas e viúvo é difícil de ter. Os homens morrem antes das mulheres, eu acho que a gente se cuida menos. Aqui na localidade tá cheio de viúva e viúvo tem um, ou dois. O homem falta cuidar, tem uns que gostam de beber, fumar (Homem, 79 anos - Monte Alverne).

[...] pelo menos lá em casa, né, ontem o marido ele estava mais doente, né, daí fico com pena dele, ele fazer as coisas e não pode [...]. (Mulher, 74 anos - Rio Pardinho).

[...] Bom, eu vejo na mulher assim, porque se ela se cuida, ela tem mais direito de se cuidar que o homem, né? Ela tem mais facilidade. Ela não fica só em casa... Então ela não fica ali, sentada numa cadeira na frente de casa igual os homens [...]. (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

A qualidade de vida também foi apontada como indicativo de envelhecimento, ou seja, a forma como cada sujeito vivencia as etapas da vida interfere no seu envelhecer. Tavares *et al.* (2011), nos dizem que o tipo de vida adotado pelo indivíduo afeta diretamente o seu processo de envelhecimento, bem como os riscos socioeconômicos e biológicos ao longo da vida são determinantes no processo de envelhecer. Tal constatação condiz com as falas das pessoas idosas entrevistados.

[...] isso vai depender muito é da tua situação que tu te propôs pra tua vida inteira, né?! Se tu te cuidou tu vai longe e se não se cuidou tu pode morrer antes que a mulher né?! Como que se diz?! Sempre andar na linha né?! A alimentação é fundamental, né?! Então, é mais ou menos isso aí né?! O principal é a alimentação, né?! Porque hoje em dia tudo é envenenado né?! Então, independente de ser mulher ou homem tem que tem uma alimentação natural, né?! Sem supermercado [...]. (Homem, 83 anos - Rio Pardinho).

Tal fala evidencia que a busca por hábitos saudáveis, ao longo da vida, interfere na forma como os sujeitos envelhecem. Entretanto, quando a pessoa idosa afirma que o envelhecimento depende da situação que cada um se propôs ao longo da vida, destacando a alimentação como fator predominante, ele está reafirmando que a prática de atividades saudáveis é mediadora na prevenção e na superação de desordens físicas e psicológicas, independentemente de sexo (FERREIRA, 2011).

Por fim constataram-se falas direcionadas a negação do envelhecimento, isto é, pessoas idosas rurais dizendo que para a mulher é pior envelhecer, enquanto que há mulheres idosas rurais

afirmando que o processo de envelhecimento para homens é mais sofrido.

[...] “eu acho que o homem envelhece primeiro que a mulher. Os homens são mais preguiçoso pra levantar [...]. (Mulher, 68 anos - Alto Paredão).

[...] É talvez sim eu posso pegar como referência em casa porque a minha esposa também está com 70 agora e ela está sentindo um pouco mais, ou pelo menos manifesta mais né, começa a cansar mais, se esquecer um pouco mais alguma coisa [...]. (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Tais depoimentos revelam uma espécie de rejeição ao “velho”. Segundo Beauvoir (1990), esse comportamento é uma recusa em reconhecer o velho que seremos, ou seja, é preciso que esse processo não aconteça conosco. Dessa forma, buscamos justificativas. Compreender o processo de envelhecimento, portanto, torna-se uma das etapas mais difíceis da vida, refletida na dificuldade de nos reconhecermos como velhos. Sendo assim, “o velho sempre é o outro”, pois essa metamorfose nem sempre é aceita ou percebida. A perspectiva levantada aqui será ampliada no capítulo final deste livro que trata das representações sociais sobre a velhice e o processo de envelhecimento para as pessoas idosas do meio rural.

Considerações Finais

O processo de envelhecimento no meio rural ocorre de forma diferente do que no meio urbano, principalmente pelas dificuldades de acesso aos serviços de saúde, assistência social, entre outros. Contudo, a ocultação do trabalho da mulher rural torna a temática um desafio para a sociedade, principalmente por ser esta que perpetua as desigualdades de gênero e a submissão feminina ao masculino.

É preciso pensar o gênero segundo uma análise reflexiva. As discussões sobre gênero devem levar em conta o contexto histórico, cultural e social no qual determinadas alocações são

proeminentes, visto que, apesar das desigualdades entre homens e mulheres serem constantes, as especificidades dos discursos são particulares a cada época e sociedade, portanto, mutáveis.

Dessa forma, considera-se que o processo de envelhecimento no meio rural possui nuances e tonalidades próprias, que são características atribuídas pela perpetuação de referenciais patriarcais sobre os papéis atribuídos a homens e mulheres.

Além disso, há um processo de simbolização do envelhecimento que é compreendido e vivenciado de formas tão diversas quanto são os indivíduos, sendo impossível abarcar todos os sentidos simbólicos atribuídos a esta fase da vida humana. Destarte, os modos de ser e estar no mundo de cada indivíduo, influenciam sua forma de vivenciar o envelhecimento, sendo fundamental investigar as representações e símbolos atribuídos a este processo e as formas de autopercepção e reconhecimento dos sujeitos diante do ser 'velho', bem como outros significados como o ser trabalhador perante a sociedade. Para dar continuidade a essa discussão sobre a categoria trabalho e sua importância para os moradores do campo, o próximo capítulo irá aprofundar a temática do trabalho e da aposentadoria.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A. O; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, K. C. (Org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 323-342.

ALVARENGA, M; OLIVEIRA, M.A; DOMINGUES, M.A.R.C; AMENDOLA, F; FACENDA, O. Rede de Suporte Social do Idoso atendido por Equipes de Saúde da Família. *Ciência & Saúde Coletiva*, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 1-11, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v16n5/a30v16n5.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, A. A.; QUEIROZ, A. B. A.; MOURA, M. A. V.; PENNA, L. G. Representações sociais da vida sexual de mulheres no climatério atendidas em serviços públicos de saúde. *Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 114-122, jan-mar 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tce/v22n1/pt_14.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ARRUDA, N. M.; MAIA, A. G.; ALVES, L. C. Desigualdade no acesso à saúde entre as áreas urbanas e rurais do Brasil: uma decomposição de fatores entre 1998 a 2008. *Cadernos de Saúde Pública, Campinas (SP)*, v. 34, n. 6, p. 01-14, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2018000605003&script=sci_abstract&tlng=tp>. Acesso em: 23 dez. 2019.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. São Paulo: DIFEL, 1975.

BRUMER, Anita. Gênero e Agricultura: A situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, jan./abr., 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-026X2004000100011&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 26 nov. 2019.

BUTLER, Judith P. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão de identidade*. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S; FERNANDES, D; Brasil: envelhecer antes e pós PNI. In: ALCÂNTARA, A. O; CAMARANO, A. A; GIACOMIN, K.C. (Org.). *Políticas Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 63-103.

COSTA, C.; FROEHLICH, J. M.; CARPES, R. H. Masculinização rural: uma abordagem a partir da regionalização por sistemas agrários no Rio Grande do Sul. *R. bras. Est. Pop.*, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, p. 465-483, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v30n2/07.pdf>>. Acesso em: 1 jan. 2020.

DURKHEIM, Èmile. *Sociologia e Filosofia*. Rio de Janeiro/São Paulo: Forense, 1986.

FARSEN, T. C.; *et al.* Qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho: sinônimos ou conceitos que se diferenciam? *Interação em*

Psicologia, v. 22, n. 1, p. 31-41, 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/48288>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

FERRAZ, L.; ALVES, J.; FERRETI, F. A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. *Saúde & Transformação Social*, v. 20, n. 4, p. 15-31, 2017.

FERRAZ, L.; *et al.* Homem idoso que trabalha no campo: vulnerabilidades individuais, sociais e programáticas. *Revista Gênero e Direito*, v. 7, n. 1, p. 1-19, 2018. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ged/article/view/38689/19647>>. Acesso em: 18 dez. 2019.

FERREIRA, H. G.; BARHAM, E. J. O envolvimento de idosos em atividades prazerosas: revisão da literatura sobre instrumentos de aferição. *Rev. bras. geriatr. Gerontol*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 579-590, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232011000300017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 22 dez. 2019.

FISKE, John. *Shopping for Pleasure: Malls, Power and Resistance*. The Consumer Society Reader. New York: The New Press, 2000.

FORLIN, V.; MIRALES R. *Relações de Gênero e Geracionais na Agricultura Familiar*. 6º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais (Anais). Toledo-PR, 2014. Disponível em: <http://cac-php.unioeste.br/eventos/Anais/servico-social/anais/RE_RELACOES_GENERO_GERACIONAIS_AGRIC_FAMILIAR.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GARBACCIO, J.L; TONACO, L.A.B; ESTEVÃO, W.G; BARCELOS, B.J. Envelhecimento e qualidade de vida de idosos residentes da zona rural. *Revista Brasileira de Enfermagem*. São Paulo. v. 71, n. 2, p 776-784, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reben/v71s2/pt_0034-7167-reben-71-s2-0724.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

GARCIA, Maria Franco. *A luta pela terra sob enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema*. Tese (Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista). Presidente Prudente, 2004.

GOMES, G. C.; CORDEIRO, R. de L. M. As mulheres idosas sertanejas no contexto rural: como se configura o debate na psicologia. *18^o Redor* (Anais). Universidade Federal Rural de Pernambuco, 2014. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/view/2194/658>>. Acesso em: 30 out. 2019.

HEREDIA, Beatriz Maria Alasia de. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA, Presidente Prudente*, v. 9. n. 8. p. 01-28, jan/jun, 2006. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/1443-4191-1-PB.PDF>>. Acesso em: 30 nov. 2019.

HERRERA, Karolyna Marin. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *Seminário Internacional Fazendo Gênero 10* (Anais). Florianópolis, 2013. Disponível em: <[http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendo generofinal.pdf](http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373328660_ARQUIVO_ArtigoFazendo%20generofinal.pdf)>. Acesso em: 25 nov. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e Pesquisas/Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 36. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, 2016.

LUSA, Mailiz Garibotti. *Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas – Uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social, Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

KRETER, A; STADUTO, J. A mulher e a previdência rural no Brasil. In: *Congresso da Sociedade de Economia, Administração e Sociologia Rural*. v. 51, n. 2 p. 236-248, 2013. Disponível em: <<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/389>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

MACHADO, A. R. N.; SANTOS, W. S; DIAS, F. A; TAVARES, D. M. S; MUNARI, D. B. Potencializando um grupo de terceira idade de uma comunidade rural. *Rev. esc. enferm. USP*, v. 49, n. 1, p. 96-103, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v49n1/pt_0080-6234-reeusp-49-01-0096.pdf> Acesso em: 15 dez. 2019.

MACHADO, D. A.; ARAÚJO, M. F. Violência doméstica: quando o homem é a vítima. In: ARAÚJO, Maria de Fátima; ATTIOLI, Olga C. (Orgs.). *Gênero e violência*. São Paulo, SP: Arte e Ciência, 2004.

MATOS, S. P. de; SILVA, R. P. da. Mulheres agricultoras e movimentos sociais: uma luta por igualdade. In: BALESTERO, Gabriela Soares. (Org.). *Gênero em perspectiva: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Dictio Brasil, 2019, p. 56-77.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2012.

MORAIS, E. P. de; RODRIGUES, R. A. P; GERHARDT, T. E. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto - Enfermagem*, v. 17, n. 2, p. 374-383, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000200021&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 dez. 2019.

PAULILO, Maria Inez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 229-52, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000145&pid=S0103-2003201300030000100023&lng=en>. Acesso em: 14 out. 2019.

PLONER, K; SAIS, A; STREY, M. Psicologia e relações de gênero: Questões de gênero em grupos de terceira idade. *Ética e paradigmas na psicologia social. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 299-313, 2008. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/qfx4x/pdf/ploner-9788599662854-24.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2019.

POSSAS, Lídia Maria Vianna. Vozes Femininas na Correspondência de Plínio Salgado. In: GOMES, Ângela Castro. *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

REIS, R. D; PEREIRA, E. C; PEREIRA, M. I. M; SOANE, A. M. N. C; SILVA, J. V. Significados, para os familiares, de conviver com um idoso com sequelas de Acidente Vascular Cerebral (AVC). *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*. Rio de Janeiro, v. 21, n. 62, p. 641-650, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-32832016005027102&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 dez. 2019.

STOLKE, Verena. La mujer es puro cuento: la cultura del género. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 77-105, 2004.

SWAIN, Tânia Navarro. Diferença sexual: uma questão de poder. *I Simpósio de Gênero e Literatura da Universidade Federal do Ceará (Anais)*, Ceará, 2011. Disponível em: <<http://www.tanianavarros.com.br/brasil/diferenca%20sexual.htm>>. Acesso em: 12 set. 2019.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos. Idosos Octogenários nos contextos urbano e rural: comparação socioeconômica, morbidades e qualidade de vida. *Revista Enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/5961>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

TAVARES, Vivian Oliveira *et al.* Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos Contextos*. Porto Alegre, v. 12, n. 10, p. 94-108. Disponível em: <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/download/8725/6427>>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ZANELLO, Valeska; FIUZA, Gabriela; COSTA, Humberto Soares. Saúde mental e gênero: facetas gendradas do sofrimento psíquico. *Fractal: Revista de Psicologia*, v 2, n. 27, p. 238-246, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922015000300238&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 31 dez. 2019.

Trabalho, aposentadoria e renda no meio rural

Introdução

O trabalho possui caráter central e essencial no desenvolvimento do ser humano ao longo da história. Essa centralidade possui configurações distintas dependendo do contexto onde o trabalho é realizado, de forma que a relação que se faz com o trabalho agrícola é muito distinta da estabelecida com o da indústria ou de serviços, por exemplo. A importância deste aspecto na vida das pessoas, como já ressaltado, deve ser levado em conta quando se reflete sobre a realidade e o modo de vida de uma população.

Antunes (2005) aborda a centralidade e a importância do trabalho, considerando este como uma categoria sociológica chave para compreensão do indivíduo. O autor relaciona os sentidos do trabalho com os sentidos da vida, afirmando que somente é possível um trabalho com sentido, quando a vida fora dele também tiver sentido. Moreira (2012), entende que é através do trabalho que os sujeitos constroem os ideais de si mesmos e do mundo externo. Também afirma que o trabalho pode ser compreendido como a relação do ser humano com a natureza, por meio da qual busca apropriar-se dos elementos do meio, de forma a torná-lo útil à vida, satisfazendo suas necessidades.

Quanto à história do trabalho rural, este inaugura o termo *camponês*, difundido no Brasil dos anos 1950, para referir-se ao trabalhador não assalariado, que não era proprietário de terras, ou seja, uma outra categoria social. Este sujeito era visto apenas pelo seu papel econômico, através da sua atividade e não através de

suas relações e interações sociais. Com o passar do tempo, as relações de trabalho no meio rural foram sofrendo transformações e foi surgindo a figura do trabalhador rural remunerado, chegando ao formato que conhecemos hoje (CAAL, 2013).

Neste meio tempo, chegou-se a imaginar que as populações rurais desapareceriam totalmente, devido ao êxodo rural e às inovações tecnológicas, no entanto observa-se que, atualmente, estas inovações é que permitem uma maior aproximação do rural com o urbano. Destaca-se que a cidade e o campo são formas concretas de materialização de um modo de vida, o urbano e rural são representações sociais, categorias construídas no imaginário social. A relação entre cidade e campo é vista historicamente através da divisão do trabalho intelectual e manual (RIBEIRO, 2017).

Cabe lembrar que, em nosso país, compreende-se como cidade os perímetros urbanos das sedes municipais, territórios e populações urbanizadas. Anteriormente, a área rural costumava dominar a maior parte dos territórios em geral, onde as pessoas produziam seus próprios alimentos, recursos e fontes de renda através da agricultura (NAVARRO, 2001). Com o expressivo aumento da área urbana, o cenário passou a se modificar para as pessoas que viviam em áreas rurais, especialmente após a instauração do Decreto Lei nº 311, de 02 de março de 1938, que determina que a zona urbana é considerada dividida em municípios e distritos, desconsiderando a área rural.

No Brasil existem atualmente cerca de 25 milhões de pessoas envolvidas no trabalho rural, que não está desenvolvido de forma homogênea entre as regiões, e que se expressa em várias formas de relação econômica. Destes 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras, aproximadamente 4,8 milhões são assalariados, dos quais 3,2 milhões trabalham em situação de informalidade (IBGE, 2009). Algumas classificações encontradas são: posseiros, parceiros, pequenos proprietários, arrendatários, assalariados permanentes, assalariados temporários e não remunerados (CAAL, 2013). No entanto, segundo a Cooperativa Agroindustrial

Alegrete Ltda. (CAAL) (2013), apesar de nosso desenvolvimento tecnológico e social, ainda são encontrados casos de trabalho escravo ou análogo a tal, mas que têm sido combatidos tanto pelo poder público, quanto pelos empresários rurais, que cumprem com suas obrigações e se relacionam com os trabalhadores como parceiros.

A migração dos moradores das áreas rurais para as áreas urbanas em busca de melhores condições de vida provocou um impacto social e econômico, levando ao aumento da pobreza e exclusão social, sobretudo nas áreas rurais. Para Zago (2016, p. 61) a “migração seletiva vem assumindo proporções importantes nas regiões de predomínio da agricultura familiar, como o sul do país”. O autor também refere que uma mudança importante que o meio rural brasileiro sofreu foi decorrente “das políticas de modernização capitalista da agricultura que privilegiaram os grandes e médios produtores rurais em detrimento da pequena propriedade” (ZAGO, 2016, p. 63).

Esse fato refletiu no grande número de pessoas com 60 anos ou mais vivendo sozinhas em suas propriedades rurais, e mantendo a propriedade como forma de subsistência. Tal constatação também foi evidenciada pelos dados desta pesquisa, quando revelam que dos 236 entrevistados, 149 (43,1%) vivem apenas com o (a) companheiro (a) e 26 pessoas vivem sós (7,5%).

As pessoas idosas nas zonas rurais correm o risco de encarar o isolamento social e sentimentos de solidão, em particular quando sofrem com mobilidade reduzida e ausência de redes sociais. Viver em meio rural pode ser tanto uma ajuda quanto um obstáculo para estas pessoas idosas que desejam estabelecer relações sociais e viver numa área com características comunitárias. Por um lado, estas pessoas idosas geralmente beneficiam-se de morar em locais com uma grande parcela de outros residentes mais velhos que podem ser uma fonte de assistência não-familiar, apoio emocional e amizade. Este é particularmente o caso em bairros densos e bem integrados com

boas redes comunitárias, onde condutas de apoio recíproco são comuns (BERNARD; PERRY, 2013).

Mas também há regiões rurais onde existem poucas oportunidades e atividades sociais para conhecer outras pessoas. Com o crescimento da imigração de pessoas mais jovens para fora, existe o risco de desaparecerem comércios locais, centros comunitários e outros serviços. Esses encerramentos aumentam o risco de as pessoas mais velhas tornarem-se socialmente isoladas, tendo um impacto negativo sobre a sua qualidade de vida geral (BERNARD; PERRY, 2013). O isolamento e a solidão não afetam igualmente todas as pessoas idosas. As mulheres que vivem sozinhas correm maior risco de serem afetadas, estando mais propensas à viuvez em idade avançada. Aqueles que são novos numa comunidade e não têm relações familiares locais podem ter dificuldades em se integrar socialmente e encontrar fontes informais de apoio. Esta pode ser uma luta ainda maior para as pessoas idosas que estão em grupos minoritários que podem enfrentar altos níveis de discriminação em áreas rurais mais tradicionais. Por exemplo, pessoas com doenças mentais ou físicas podem ser mais facilmente estigmatizadas por considerarem difícil o convívio social (BOCKER *et al.*, 2012).

Contextos de aposentadoria, renda e trabalho no meio rural

A aposentadoria rural tem contribuído para a elevação da renda no campo, bem como para a erradicação da pobreza, desempenhando um importante papel social (BELTRÃO *et al.*, 2004). Missio e Portela (2003, p. 34) falam da melhora na qualidade de vida dos beneficiários, oportunizando que a pessoa idosa desfrute da sua vida, explicando que, para quem não tem renda mensal fixa, fator muito comum nas áreas rurais, a aposentadoria “traz o status de independência”.

Este processo foi possível a partir das discussões e pressões dos movimentos sociais que, na Constituição de 1988, auxiliaram para a criação da previdência rural, uma proteção social que contribuiu

para a volta e o incentivo de produção e trabalho nessas áreas. A aposentadoria rural é uma política pública que garante a concessão da aposentadoria aos 55 anos para as mulheres e aos 60 anos para os homens que trabalharam no campo, renda que tem contribuído para a permanência das pessoas idosas neste território (SAKAMOTO, 2013; ALCÂNTARA, 2011).

Assim, embora possa parecer um valor pequeno, a aposentadoria lhes confere dignidade, uma vez que, de acordo com estes interlocutores, eles haviam sido privados de uma das necessidades básicas vitais, isto é, comer. Foi frequente ouvir dos aposentados rurais sobre a satisfação em que se encontram ao compararem o presente com o passado, visto que, hoje, o “aposento” garante o sustento de toda a família, ao passo que, no passado, inexistia esse benefício (ALCÂNTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016, p. 336).

Os dados encontrados na pesquisa evidenciam que a maior parte das pessoas idosas entrevistadas recebe aposentadoria, conforme se observou nos resultados; 97,9% são aposentados ou pensionistas e apenas 2,1% pessoas de mais idade, são trabalhadores não aposentados.

Este benefício possui um importante papel na vida da pessoa idosa, pois aposentadoria é sinônimo de descanso, da possibilidade de interromper as atividades laborais, de que os nossos deveres com a sociedade e o Estado foram cumpridos. No entanto, esta é uma ideia enraizada e difundida na cultura do senso comum, pois antigamente não havia necessidade de continuar trabalhando após se aposentar, mas que difere da realidade encontrada nos dias atuais (CAEFER; BULLA, 2003). As seguintes falas, das pessoas idosas entrevistados neste estudo, evidenciam suas percepções a respeito da aposentadoria em suas vidas:

Benefício da aposentadoria mesmo é pouco. Mas a gente sabe né, fim do mês, pode receber e vai... e vai levando (Homem, 78 anos - Monte Alverne).

A única coisa que eu sempre pensei, foi trabalhar, cuidar para gente conseguir se aposentar! Isso eu sempre botei na cabeça, isso a gente tem que cuidar. E consegui!

Pra ter uma vida mais tranquila, né, pra não ficar correndo atrás, depois com idade, trabalhar pra sobreviver” (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Ah o trabalho é para continuar a vida da gente, vai produzindo, vai né e enquanto o cara pode trabalhar tá bom, na hora que não dá mais para trabalhar, ainda bem a gente tem essa chance de se aposentar né, aí pra viver a gente tem daí” (Homem, 67 anos - São José da Reserva).

Como se observa, a aposentadoria rural se apresenta como um marcador importante, tanto para os beneficiários do campo quanto para toda a estrutura econômica dos municípios rurais (BITENCOURT; DALTO, 2016). Com a regularidade do benefício, o aposentado rural consegue adquirir bens com maior facilidade, devolvendo à pessoa idosa o sentimento de credibilidade e utilidade, elevando sua autoestima. A certeza de que todo mês receberão algum dinheiro representa um alívio no cotidiano dessas pessoas, em razão também dos declínios da saúde na velhice, tendo, portanto, maior amparo para cuidarem de si (OLIVEIRA; AQUINO, 2017). O benefício também representa independência para as pessoas idosas, que dessa forma não dependem mais da ajuda dos filhos e familiares, pelo contrário, agora podem ajudar os membros mais jovens da família e até mesmo arcar com os custos da moradia (BARROS, 2014).

Tradicionalmente, o discurso a respeito do envelhecimento diz que a pessoa idosa é provida por sua família nos aspectos econômicos, físicos e psicológicos. Atualmente, percebe-se uma modificação desta realidade devido a diversos fatores que têm prejudicado a estabilidade das famílias. A partir daí se estabelece a necessidade de que as pessoas idosas contribuam significativamente com o orçamento, muitas vezes tornando-se os principais provedores. No meio rural, esta contribuição da pessoa idosa com o orçamento familiar pode ser ainda mais significativa, destacando aí o papel exercido por sua aposentadoria (ROHDE; LASTA; AREOSA, 2017).

Conforme apontam os dados da nossa pesquisa nos distritos rurais, 86,9% das 236 pessoas idosas recebem até dois salários

mínimos por mês, sendo que apenas 5% não contribui financeiramente para as despesas da residência, revelando assim, uma maioria de aposentados, pessoas idosas que contribuem ativamente para o núcleo econômico familiar. Esta realidade já foi evidenciada em outra pesquisa realizada por Areosa (2015), que diz que a partir da “ampliação do desemprego e o incremento de várias formas de precarização da mão-de-obra, as famílias acabam dependendo mais da pessoa idosa que passa a contribuir com os benefícios previdenciários ou com a renda do trabalho, na renda familiar” (p. 174).

Tabela 1 – Renda mensal estimada

Renda mensal	Frequência	Porcentagem válida
Entre um e dois salários mínimos	108	45,8
Até um salário mínimo	97	41,1
Entre dois e três salários mínimos	21	8,9
Entre três e quatro salários mínimos	3	1,3
Mais de quatro salários mínimos	3	1,3
Não respondeu	3	1,3
Total	236	100

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A previdência rural faz com que as pessoas idosas assumam um papel de responsabilidade em relação aos demais familiares, com frequência caracterizando situações de dependência financeira destes para com a pessoa idosa. Os motivos desta dependência são múltiplos como, por exemplo, desemprego, baixa remuneração, filhos fora do casamento, divórcio (TAVARES *et al.*, 2011).

Neste sentido, cabe ressaltar a importância da aposentadoria rural para as pessoas idosas que vivem nestes espaços, entendendo que ela tem um papel muito significativo no orçamento familiar. A aposentadoria, apesar de em muitos casos não conseguir, sozinha, garantir a pessoa idosa do campo todo o seu sustento e provimento das necessidades, é sinônimo de

dignidade, uma vez que representa uma segurança diante dos tempos difíceis, de que o alimento não irá faltar (ALCÂNTARA, 2016).

Tabela 2 – Responsabilidade das pessoas idosas rurais em relação às despesas familiares

Responsabilidades em relação às despesas familiares	Frequência	Porcentagem válida
Divido as despesas	172	73,2
Único responsável pelas despesas	40	17,0
Maior responsável pelas despesas	11	4,7
Não contribui financeiramente	9	3,8
Ajuda quando pode	3	1,2
Não respondeu	1	0,1
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Em dezembro de 2018 uma reportagem do Portal de Notícias G1 apontava que pelo menos 21% da população idosa que já se aposentou continua ativa no mercado de trabalho, conforme uma pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e do Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil). Segundo o levantamento, 47% dos aposentados que ainda trabalham estão nesta situação por necessidade financeira – ou seja, o valor do benefício do INSS não é suficiente para pagar suas contas. Destes, 45% são das classes A/B e 48% das classes C/D/E, ou seja, todas classes sociais estão atingidas, e as mais precarizadas são as com menor renda.

Ainda pode-se pensar que contribuir financeiramente com o núcleo familiar se constitua, para a pessoa idosa, como uma obrigação gerada pelo receio quanto às consequências que o envelhecimento possa trazer para sua saúde e autonomia. Tendo em vista essa “obrigação” percebida pela pessoa idosa, e a dependência financeira dos demais membros da família, pode se estabelecer uma situação onde apenas o dinheiro da

aposentadoria não seja suficiente, fazendo que a pessoa idosa permaneça ou retorne ao mercado de trabalho para complementar sua renda (TAVARES *et al.*, 2011).

Os resultados também revelaram que 35,6% das pessoas idosas não possui dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades básicas. Conforme a Tabela 3, sobre para o que os entrevistados sentem falta de dinheiro, percebe-se que mais de uma resposta foi dada, sendo que as necessidades de saúde (64,5%), lazer (13,2%) e moradia (11,8%) foram as opções mais citadas pelos participantes.

Tabela 3 - Necessidades para as quais não possui dinheiro suficiente

Para o que falta dinheiro?	Frequência	Porcentagem válida
Saúde	98	64,5
Lazer	20	13,2
Moradia	18	11,8
Alimentação	10	6,6
Transporte	3	2,0
Vestuário	2	1,3
Todas as alternativas	1	0,7
Total	152	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A fala a seguir, apesar de evidenciar a necessidade de controle sobre os gastos e importantes limitações financeiras, sinaliza para a abertura de novas possibilidades para estas pessoas idosas, inclusive a de planejar-se para o lazer, como viajar:

Olha, eu gostaria de eu poder pegar, eu e a esposa ali, e sair a viajar por aí, mas sabe como é, a aposentadoria da gente cada ano tá regredindo, então tu tem que pensar, vou tal mês, ou vou para a praia e não vou pra tal lugar, a gente fica naquele freio de mão puxado, não pode expandir muito, tu tá ali com o cartão de crédito e não pode gastar, porque depois tem que pagar e nós aqui abrimos o passo conforme o dinheiro alcança né... (Homem, 67 anos - Rio Pardinho).

Cabe lembrar que o momento da aposentadoria pode representar, além da possibilidade de descanso e de complemento de renda, a perda do trabalho e da identidade de trabalhador, acarretando na necessidade de uma reestruturação, e estabelecimento de novos sentidos e papéis sociais. Ao se aposentar, a pessoa precisa elaborar o luto pela perda da identidade profissional, que é muitas vezes sua maior fonte de reconhecimento e aceitação no meio social.

Assim, a exclusão da pessoa idosa do meio produtivo pode gerar impactos negativos (depressão, solidão e desvalorização, por exemplo), podendo ser este momento desencadeador de sofrimento psíquico. No campo muitas vezes, mesmo recebendo a aposentadoria rural, as pessoas continuam trabalhando, pois, o sentimento de identidade está intimamente entrelaçado com o trabalho na roça. As falas a seguir exemplificam esta realidade:

Eu trabalhei por vinte e dois anos em engenho de arroz lá em Uruguaiana, trabalhei vinte e dois anos numa firma só, me aposentei e trabalhei em três firmas, mas daí quando eu parei eu senti aquele baque né, da agitação do dia a dia, então tem que se ocupar, tu não pode ficar sentado em cima do sofá porque daí a morte pega (Homem, 67 anos - Rio Pardinho).

Ah assim, o trabalho faz bem pra mim, porque ficar só sentada, que nem tem dias que eu não tenho nada pra fazer, se eu tivesse um dia bom, se eu tivesse um trabalho pra fazer eu não pensaria essas bobagens, o trabalho ajuda a gente se desenvolver, esquecer os problemas, então, muitos dias de chuva quando não tem nada pra fazer aí tu fica botando coisa na cabeça, isso ajuda envelhecer, né?! (Mulher, 64 anos - Alto Paredão).

Ferraz, Alves e Ferreti (2017) explicitam que a permanência da pessoa idosa no mercado de trabalho dá-se tanto para obtenção de renda extra para melhoria das condições de vida, quanto pela manutenção do papel social e para manter-se ativo.

A partir deste contexto, em que as pessoas idosas permanecem mais no campo, e os jovens têm mais incentivo para lá também permanecerem, foram criados novos métodos de incentivo à produção agrária e novas técnicas de produção. Isso

faz com que a zona rural deixe de ser representada de uma maneira primitiva, se tornando agora um lugar de interesse e enfoque das indústrias e abre as portas para outros meios de produção, não somente a agrícola (ALCÂNTARA, 2011).

Em outra pesquisa realizada em Foz do Iguaçu/PR, os entrevistados alegaram que o trabalho possui um papel estruturante, extremamente importante em suas vidas, ou seja, para todos eles, o trabalho ocupa uma posição central, seja para complementar suas rendas, ocupação de tempo, ou participação contínua na sociedade. Os autores destacam, como um fator comum a todos os colaboradores a respeito do trabalho, o fato de se sentirem ativos, independentes e autônomos (DERROSSO; OLIVEIRA, 2018).

A realidade encontrada na pesquisa que realizamos no meio rural de Santa Cruz do Sul está em consonância com estes resultados, conforme se observa nos trechos das entrevistas realizadas:

Trabalhar a gente tem que trabalhar, tem que plantar de tudo um pouco pra não comprar no mercado, tem que ter leite em casa, tem que ter. E nós, o que tem de alimentação, a gente tem que ter de tudo um pouquinho, né?" (Homem, 83 anos - Rio Pardinho).

O trabalho foi pra mim tudo. É tu ter coragem de levantar hoje, ontem, anteontem, com geada, com frio e com chuva e tu ir para a parada de ônibus e para o trabalho e voltar, chegar em casa e encontrar teus filhos esperando a mãe, isso para mim é tudo, é trabalho e é gratificante" (Mulher, 71 anos - Alto Paredão).

Os temas relacionados à pessoa idosa inserida no mercado de trabalho possuem alguns pontos e contrapontos a serem considerados. A capacidade e desempenho da pessoa idosa não se altera conforme envelhece, salvo os que possuem idade realmente mais avançada, e ainda assim, vai depender da função que ele exercia (LACOMBE, 2011 apud CAMARANO, 2016). Por outro lado, a pessoa idosa pode enfrentar algumas dificuldades relacionadas ao seu ambiente de trabalho, como por exemplo,

pouca flexibilidade, aversão à mudança, não entendimento ou relutância em usar ou aprender novas tecnologias, responder a um superior mais novo *etc.* (LACOMBE, 2011 apud DERROSSO; OLIVEIRA, 2018).

Uma reportagem do G1 (2018) chama atenção para outra dura realidade que é a da exclusão dos profissionais com mais idade do mercado de trabalho. A faixa etária mais excluída do mercado formal é também a que mais sofreu com o fechamento de vagas com carteira assinada, segundo o CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). Em agosto de 2018, enquanto a faixa etária até 39 anos criou mais de 140 mil vagas, 37 mil postos foram fechados para pessoas acima de 50 anos (LAPORTA, 2018). Assim, mais uma vez, fica evidente a importância do trabalho agrícola, desenvolvido nas pequenas propriedades onde o fator idade não é, a princípio, excludente e onde as pessoas que possuem mais idade podem seguir nas suas atividades enquanto a saúde permitir, garantindo a subsistência.

Ferraz, Alves e Ferreti (2017) afirmam que a não vinculação a uma atividade laboral pode ser substancialmente responsável pela redução da qualidade de vida no processo de envelhecimento. Isso ocorre, pois o trabalho faz com que a pessoa idosa mantenha seu papel social e a ocupação. As mesmas autoras afirmam que a quantidade de pessoas idosas que permanecem trabalhando após a aposentadoria é maior no meio rural do que nas cidades, e isso se dá tanto pelo tipo de ocupação exercida neste local (atividades para o consumo próprio, como cuidar da horta, criar e cuidar de pequenas plantações) quanto pela forte identificação com o fazer do campo e pela cultura do trabalho neste contexto.

No Brasil, a participação da pessoa idosa no mercado de trabalho, quer seja pela renda extra necessária para uma boa condição de vida, quer pela importância do papel social atribuído ao trabalho e manter ativo nessa fase da vida. O trabalho para as pessoas idosas rurais está representado pela continuidade do seu papel na família, pela renda extra, além da aposentadoria, e por um status de manter ativo, com vigor e força para o trabalho

braçal. Também cumpre um papel de sociabilidade, visto que, essa população, em sua maioria, sente prazer em realizar as atividades cotidianas (FERRAZ; ALVES; FERRETI, 2017). Para Robazzi (2009), o trabalho pode ser um elemento importante para gerar qualidade de vida, desde que proporcione prazer à pessoa idosa. Contudo, pode se apresentar como agravante quando às situações de trabalho são degradantes. As pessoas idosas trabalhadoras rurais têm um cotidiano exaustivo de trabalho e estão expostos a diversos fatores de risco ocupacionais, tendo sua condição laboral agravada pela falta de uso de equipamentos adequados e pelas debilidades físicas inerentes à condição do envelhecimento humano.

Além desses aspectos, que colocam as pessoas idosas em situação de vulnerabilidade individual, estes estão expostos a vulnerabilidade social na medida que têm pouco acesso aos serviços de saúde e de outros recursos sociais presentes na comunidade urbana. Igualmente, estão em vulnerabilidade, uma vez que não há políticas e ações públicas direcionadas a pessoas idosas, enquanto trabalhador rural. Dentro desse contexto, é válido destacar que a Política Nacional de Saúde do Trabalhador não cita situação de proteção e cuidados específicos para o trabalhador idoso. O Ministério do Trabalho também não abrange questões referentes ao trabalhador rural idoso, fazendo com que estes estejam sem amparo legal, o que os tornam socialmente vulneráveis (FERRAZ; ALVES; FERRETI, 2017).

Considerações Finais

Ao se mapear a realidade das pessoas idosas nos sete distritos rurais estudados, observou-se um contexto em que estas pessoas almejam pelo benefício da aposentadoria rural, entendendo-a enquanto estabilização financeira, enquanto uma renda fixa que permite planejamento quanto às suas despesas, o que muitas vezes não é possível com o trabalho na agricultura, que é transitório, sazonal.

Além disso, tal benefício vem desempenhando, em muitos casos, a função de manutenção da casa e dos demais membros da família, além de possibilitar à pessoa idosa sua permanência no campo, diferente do que acontecia em período anterior à aposentadoria rural, em que a pessoa idosa, quando incapaz de continuar realizando suas atividades laborais com o mesmo vigor e intensidade, passava a depender financeiramente dos filhos e outros familiares, que com muita frequência haviam migrado para o contexto urbano.

Ainda, observa-se uma forte ligação com o trabalho, continuando a exercê-lo, ainda que por vezes em menor intensidade, mesmo após a aposentadoria. Segundo os dados encontrados, que corroboram com a literatura já existente, isto acontece devido à necessidade ou desejo de complementar a renda ou, ainda, pela apropriação da identidade de trabalhador rural, em um contexto sociocultural que valoriza tal comportamento. E isso nos leva a pensar sobre a relação com as políticas públicas existentes e os direitos de cidadania, o que será tratado no próximo capítulo.

Referências

ALCÂNTARA, A. Envelhecer no contexto rural: a vida depois do aposento. In: ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A.A; GIACOMIN, K.C. (Org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: IPEA, 2016, p. 323-342. Disponível em:<<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2019.

ALCÂNTARA, A.; CAMARANO, A.; GIACOMIN, K. *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Pol%C3%ADtica-Nacional-do-Idoso-velhas-e-novas-quest%C3%B5es-IPEA.pdf>>. Acesso em: 22 de out. 2019.

ANTUNES, R. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2005.

AREOSA, S. V. C. Idosos Provedores: a importância dos recursos da aposentadoria para as famílias brasileiras. *Barbarói*, v. 2, n. 45, p. 173-184, 2015. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/issue/view/364>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

BARROS, V. M. A. de. *A aposentadoria rural e as mudanças nos modos de vida dos idosos que vivem no campo: em análise os municípios de Piranga e São Miguel do Anta*, Minas Gerais. Dissertação (Pós-graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural Viçosa, 2014. Disponível em: <<http://www.posextensaorural.ufv.br/wp-content/uploads/2016/03/Vanessa-Aparecida-Moreira-de-Barros.pdf>>. Acesso em: 9 jan. 2020.

BELTRÃO, K. *et al.* A Constituição de 1988 e o Acesso da População Rural Brasileira à Seguridade Social. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). *Os novos idosos brasileiros muito além dos 60?* Rio de Janeiro: IPEA, 2004, p. 321-351. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/Arq_29_Livro_Completo.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

BERNARD, S.; PERRY H. Loneliness and social isolation among older people in North Yorkshire. *Social Policy Research Unit: York*, 2013. Disponível em: <<https://www.york.ac.uk/inst/spru/research/pdf/Lone.pdf>>. Acesso em: 16 jan. 2020.

BITENCOURT, R. O. M. de; DALTO, F. A. S. A internalização da Previdência Social Rural na autonomia e no consumo dos idosos: um estudo de caso. *Revista de Estudos Sociais*, Mato Grosso, v. 18, n. 37, p. 42-57, 2017. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/3161>>. Acesso em: 13 jan. 2020.

BOCKER, E. *et al.* Rural older adults' mental health: status and challenges in care delivery. *Rural Remote Heal*, Queensland v. 12, n. 4, 2012. Disponível em: <<https://www.rrh.org.au/journal/article/2199>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CAAL - Cooperativa Agroindustrial Alegrete Ltda. *A importância do Trabalhador Rural*. 2013. Disponível em: <<http://www.caal.com.br/Noticia/a-importancia-do-trabalhador-rural>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

DERROSSO, G.; OLIVEIRA, M. A Inserção de Idosos no Mercado de Trabalho de Foz do Iguaçu. *Revista Ciências Humanas - Educação e Desenvolvimento Humano-UNITAU*. Taubaté, v. 11, n 1, edição 20, p. 47 - 61, 2018. Disponível em: <<http://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/428/249>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FERRAZ, A.; ALVES, J.; FERRETI, F. A vulnerabilidade ocupacional do idoso no meio rural. *Saúde & transformação social*, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 1-14, 2017. Disponível em: <<http://incubadora.periodicos.ufsc.br/index.php/saudeetransformacao/article/view/4165/4963>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2009*. Ministério do planejamento, orçamento e gestão: Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45767.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2020.

LAPORTA, T. G.1. GLOBO. *Economia*, 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/12/11/21-dos-idosos-que-se-aposentaram-continuam-trabalhando-mostra-pesquisa.ghtml>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos avançados*. São Paulo, v. 15, n. 43, p. 83-100, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 dez. 2019.

MISSIO, M.; PORTELLA, M. Atenção aos idosos rurais no contexto da família: um desafio para a equipe do programa saúde da família. *Boletim da Saúde*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 25-36, 2003. Disponível em: <<http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1249/atencao-aos-idosos-rurais-no-contexto-da-familia:-um-desafio-para-a-equipe-do-programa-saude-da-familia>>. Acesso em: 10 dez. 2019.

OLIVEIRA, R. P.; AQUINO, J. R. A previdência rural e sua importância para as famílias pobres no Nordeste: resultados de um estudo de caso no Rio Grande do Norte. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 48, n. 1, p. 115-130, 2017. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1697>. Acesso em: 2 jan. 2020.

RIBEIRO, I. M. Representações sociais da ruralidade brasileira na revista *Globo Rural* (1985-2015). Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186131>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

ROBAZZI, M. L. do C. C. *et al.* Acidentes e agravos à saúde dos idosos nos ambientes de trabalho. *Revista enfermagem UERJ*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 13, p. 309-14, 2009. Disponível em: <<http://www.facenf.uerj.br/v17n3/v17n3a02.pdf>> Acesso em: 2 jan. 2020.

ROHDE, J. R.; LASTA, E. C.; AREOSA, S. V. C. Como vivem idosos do meio rural no interior do RS. *VI Jornada de Pesquisa em Psicologia - PSI UNISC: pesquisa e tecnologia na psicologia atual* (Anais). p. 1-12, Santa Cruz do Sul: EDUNISC. Disponível em: <http://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/jornada_psicologia/article/view/17696/4570>. Acesso em: 25 nov. 2019.

SAKAMOTO, C.; MAIA, A. G. *Os impactos das mudanças na estrutura das famílias sobre a distribuição de renda: uma comparação entre áreas urbanas e rurais no Brasil*. Belém. 2013. 51 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000927432>>. Acesso em: 9 dez. 2019.

TAVARES, D. *et. al.* Perfil sociodemográfico, capacidade funcional e qualidade de vida de homens idosos residentes na zona rural. *Revista de Enfermagem e Atenção à Saúde*, v. 1, n. 1, p. 16-29, 2012. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revista_electronica/index.php/enfer/article/view/313>. Acesso em: 9 dez. 2019.

_____. Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 93-108. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527168008.pdf>>. Acesso em: 2 jan. 2020.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 61-78, jan-mar. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v21n64/1413-2478-rbedu-21-64-0061.pdf>> . Acesso em: 16 out. 2019

Contexto rural e cidadania

Introdução

O envelhecimento da população brasileira tem se tornado uma realidade incontestável e observa-se que os governantes e a sociedade brasileira não a consideram como um fato prioritário e emergente. A possível causa para isso reside na inexistência de uma discussão consistente que inclua a efetivação dos direitos da pessoa idosa na agenda política nacional (BERZINS; GIACOMIN; CAMARANO, 2016).

Por outro lado, o entendimento sobre o caráter heterogêneo da velhice ganha cada vez mais espaço (CAMARANO; PASINATO, 2004). Em um país de proporções continentais como é o caso brasileiro, em que a população com mais de 60 anos responde a 14,6% (IBGE, 2018), é fundamental que possamos criar entendimentos distintos sobre os diversos públicos e atores contidos dentro desta categoria. A esse respeito, destacamos as características da população idosa no meio rural, objeto da pesquisa realizada. Tavares *et al.* (2015) afirmam que o processo de envelhecer nos contextos urbano e rural tem suas semelhanças, porém, na área rural pode-se encontrar algumas dificuldades significativas como: acesso às políticas públicas de saúde e assistência social, baixa escolaridade, habitações mais precárias, restrição ao uso de transporte público e acesso à informação.

Concordamos com Rauth e Py (2016, p. 61) quando afirmam que é fato que a temática do envelhecimento começa a ter visibilidade e que existem bons programas e serviços em alguns municípios em diferentes regiões do país. Mas “no que diz

respeito à política social nacional para a velhice, esta cresceu no discurso, mas estancou na prática. Em alguns casos recuou, sobretudo quando se trata de questões referentes à pobreza econômica e à seguridade social”.

Enquanto isso na escala nacional, importantes instituições da sociedade civil têm ameaçada a sua capacidade representativa de discutir sobre o exercício pleno da Cidadania, que outrora jamais teve dimensão tão fundamental. Igualmente, compreender essa perspectiva quando pensamos nas pessoas idosas que vivem no meio rural é um exercício seminal de prática reflexiva para construção e elaboração de políticas públicas adequadas para esses indivíduos.

Assim, este capítulo propõe-se a fazer uma discussão dividida em três tópicos após esta breve introdução. Primeiro, iremos trabalhar alguns balizadores que norteiam a visão sobre os conceitos de cidade e campo. Também, realizamos um diálogo sobre a questão da cidadania na velhice e a cidadania no meio rural a partir das reflexões trazidas por Amartya Sen¹ sobre o Desenvolvimento como Liberdade. Após as exposições de cunho teórico, nos propomos a discorrer a partir de dados secundários, sobre a realidade das pessoas idosas que vivem no território onde se realizou o trabalho da pesquisa empírica. Em seguida, nosso esforço se direciona para caracterizar a região do estudo e realizar uma discussão sobre os dados produzidos à luz do Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul

¹ Amartya Kumar Sen nasceu em Santiniketan, na Índia, em 1933. Dentre suas obras e conquistas científicas, ficou mundialmente conhecido por ter sido o primeiro acadêmico de um país subdesenvolvido a ganhar o Prêmio Nobel de Economia. Seu legado científico está na contribuição aos estudos acerca do desenvolvimento e economia. Um de seus maiores feitos científicos diz respeito ao índice criado em parceria com o paquistanês Mahbub ul Haq na década de 1990. Este índice, nomeado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), aponta para a necessidade de medir o desenvolvimento dos países considerando não apenas os fatores econômicos, mas também os sociais.

Balizadores conceituais: Cidade/Campo, Urbano/Rural

A compreensão adequada sobre conceitos de rural ou campo, cidade e urbano, é fundamental para que possamos instrumentalizar o leitor ao entendimento da problemática deste capítulo. Porém, antes de adentrarmos os referidos conceitos, devemos discorrer sobre o que é território.

Raffestin (1993) afirma que a concepção de território incorpora o jogo de poder entre os atores que atuam num espaço. Deste modo, ele surge como resultado de uma ação social que, de forma concreta e abstrata, se apropria de um espaço tanto físico como simbólico, denominado como um processo de construção social. Ainda, podemos nos referir à distinção feita por Pecqueur (2000) sobre dois tipos de territórios. O primeiro deles seria o “território dado”, originado a partir de decisões político-administrativas. O segundo, trata do chamado “território construído”, que é formado a partir de um encontro de atores sociais, em um dado espaço geográfico a fim de identificar e resolver uma questão comum.

Nesse sentido, ao se retomar o conceito de território enquanto resultado de uma ação social, direcionamos a discussão para a perspectiva de atuação do indivíduo especialmente a pessoa idosa, no contexto da formação territorial, bem como sua contribuição para o desenvolvimento da região em que está inserido. Desse modo, passamos a analisar dois campos distintos em que acontece tal construção territorial: o urbano e o rural.

Discutir estes elementos implica em entrar em um campo ainda permeado por visões dicotômicas que, por vezes, relaciona o rural ao atraso e o urbano ao progresso, como se fossem territórios distintos e independentes. Apesar disso, acreditamos na inter-relação e mútua capacidade de influência do rural sobre o urbano e vice e versa, conforme preconiza Girardi (2008). A medida que reconhecemos esta relação torna-se impossível dissociar rural e urbano. Por outro lado, é fundamental considerar os distintos modos de vida dos indivíduos que compõem estes

tecidos, principalmente considerando o caráter heterogêneo da velhice (CAMARANO, 2004) e sua influência na formação do espaço geográfico, o qual admitimos ser, também, um todo heterogêneo.

Apesar de as expressões “cidade” e “urbano” acolherem distintas e amplas definições optamos por adotar a linha de pensamento oferecida por Lencioni (2008) que percebe a cidade conforme seu sentido semântico original, tornando substantivo o adjetivo Urbano. A partir daí “ao falarmos em cidade, no Brasil, estamos nos referindo a um aglomerado sedentário que se caracteriza pela presença de mercado (troca) e que possui uma administração pública” (LENCIONI, 2008, p. 17). Segundo a autora, tanto o conceito de cidade quanto o de urbano se relacionam a um contexto histórico. O urbano, neste caso, é pensado a partir de uma ideia que o vincula à sociedade capitalista industrial (LÉFÈBVRE, 1990; LENCIONI, 2008).

Para o entendimento de rural, optamos por fazer uso da indicação de Girardi (2008, p. 76) que compreende o espaço rural em relação ao urbano sendo caracterizado pelo seu “menor grau de artificialização, densidades mais tênues, contato direto com a natureza e tempos mais longos”. Essa representação em torno do espaço rural pode ser observada nas falas abaixo, dos participantes do estudo realizado com as pessoas idosas:

Aqui é diferente, sabe, aqui no meio rural a gente tem que ter mais movimento, trabalha, aí tu tem criação, tu tem que plantar pasto, tu tem que trata os bicho, tem tudo isso. Então aqui a vida é um pouquinho mais leviana, mais tranquila como se diz. Não tem tanta preocupação... (Homem, 78 anos - Monte Alverne).

Eu acho que está bom porque, o que a gente vai fazer aqui né, é mais sossegado, a gente faz o que quer, o que não quer não faz, a minha irmã as vezes fala de sair daqui e ir embora para cidade mas eu não quero sair daqui (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

Importante notar que para fins desta pesquisa estamos atentos ao fenômeno de valorização do meio rural como local de residência e trabalho, nas regiões que possuem relações com a

agropecuária e estão distantes dos meios urbanos (GIRARDI, 2008).

Após clarear os conceitos que permeiam as palavras rural, cidade e urbano, nosso próximo passo se dá no sentido de conectar a questão da cidadania a este debate. Faz-se, entretanto, primordial que possamos estabelecer um entendimento sobre este último termo e verificar de que maneira isto impacta em nossa atuação em sociedade, especificamente na realidade da pessoa idosa que vive no contexto rural.

Cidadania

Segundo Faleiros (2007), a cidadania é considerada como o reconhecimento do sujeito de direito num Estado de direito, em que a participação dos indivíduos é ativa. Assim, ser Cidadão é estar identificado culturalmente com um território, usufruir dos direitos e cumprir os deveres estabelecidos em Lei (BRASIL, 1988).

O caráter multidimensional da Cidadania aparece inicialmente na obra “Cidadania, classe social e status”, do sociólogo britânico T. H. Marshall (1967), publicado em 1967. O autor sugere que as bases do que conhecemos como cidadania tenham se dado na Inglaterra, a partir de um processo lento, gradual e que cada um dos seus elementos constituintes (direitos civis, políticos e sociais) formou-se em momentos distintos e em termos cronológicos, em séculos diferentes. Assim, segundo esta concepção, os direitos civis se desenvolvem no século XVIII, os políticos no século XIX. Os direitos sociais por sua vez, foram conquistados somente 200 anos depois dos civis, no século XX. A visão de Marshall (1967) sobre essa sequência é de que não se trata apenas de uma ordem cronológica, mas também lógica. A sua argumentação considera a realidade da Inglaterra e baseia-se no seguinte raciocínio: o direito de votar e a participação no governo do seu país, por exemplo, é conquistado a partir do momento em que acontece o exercício dos direitos civis, nas liberdades civis. A partir da participação do cidadão, se tornou

possível a eleição de operários e a criação do partido trabalhista que foram, na concepção de Marshall (1967), responsáveis pela constituição dos direitos sociais.

Na obra “Cidadania no Brasil: o longo caminho”, publicada em 2002, quinze anos após o fim da Ditadura Militar, José Murilo de Carvalho destaca a relevância que o termo cidadania passou a ter na vida dos brasileiros após o processo de democratização das instituições. Carvalho situa o fenômeno da Cidadania como complexo e historicamente definido e traz como exemplo o fato de que o exercício de certos direitos não gera automaticamente o gozo de outros.

O trabalho de Carvalho (2002) aborda a cidadania a partir de uma visão multidimensional, ancorada em três pilares, do mesmo modo que Marshall (1967): direitos civis, políticos e sociais. Com esta perspectiva, o autor defende que cidadão pleno seria aquele que gozasse destas três dimensões dos seus direitos. A figura dos cidadãos incompletos, caracterizada pelos indivíduos que gozam apenas alguns destes direitos, bem como a dos não-cidadãos, aqueles que não se beneficiaram de nenhum dos direitos, também aparece na obra do autor. Vejamos um pouco mais sobre o que se considera dentro de cada uma destas dimensões:

Direitos Civis: são os direitos fundamentais da vida, à propriedade, à igualdade perante a lei e estão ancorados na garantia da existência de uma justiça independente, eficiente e que seja acessível a todos. É a partir dos direitos civis que são expressas as garantias de escolha dos indivíduos, como o trabalho. Também se tornou possível a manifestação do pensamento ou o respeito da inviolabilidade do lar, por exemplo.

Direitos Políticos: referem-se à participação dos cidadãos no governo da sociedade em que vivem. É um direito que se restringe a uma parcela populacional e é expresso através da capacidade de se fazer demonstrações políticas, de organizar partidos e de votar ou ser votado.

Direitos Sociais: seu objetivo é garantir a participação na distribuição da riqueza coletiva. Esses direitos compreendem o

direito à educação e a um trabalho digno, um salário justo, direito à saúde e aposentadoria, por exemplo. Conceitualmente os direitos sociais estão baseados na ideia da justiça social.



Figura 01: As três dimensões da Cidadania segundo José Murilo de Carvalho (2002). Elaborado pelos autores.

É possível estabelecer uma aproximação entre as dimensões da cidadania, trabalhadas na obra Carvalho (2002) e as liberdades instrumentais, apontadas por Sen (2000) na obra *Desenvolvimento como Liberdade*. De modo a sustentarmos com mais propriedade esta aproximação, faz-se necessário colocar luz na teoria articulada por Amartya Sen, o que faremos a seguir.

A visão de Sen (2000) sobre o Desenvolvimento traz um conceito mais amplo, interdisciplinar, que não se restringe apenas a aspectos econômicos. A partir disso, rompe com visões predominantemente economicistas de desenvolvimento. O autor faz uma distinção fundamental entre crescimento, que implica uma mudança quantitativa, e desenvolvimento, no qual percebe-se uma mudança qualitativa. Vale retomar aqui a origem etimológica da palavra cidadania que remete ao termo *civitas*, que contém em si os demais conceitos de cidade, Estado e cidadão. No caso dos romanos, eram considerados cidadãos as pessoas livres (BARROS, 2008).

A investigação sobre o papel que a liberdade exerce na expansão das capacidades de escolhas individuais e coletivas, num campo político, social e econômico é um eixo central da obra de Amartya Sen (2000). Para ele, a expansão da Liberdade é tanto meio, expresso através das liberdades instrumentais, quanto o fim do desenvolvimento, manifestado enquanto liberdades constitutivas.

Sen (2000) entende que dispor de mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e influenciar o mundo. Portanto, seguindo esta lógica, é por meio da percepção dos indivíduos, enquanto atores sociais, que as transformações se tornam possíveis, uma vez que diante de um leque de oportunidades e a partir de suas capacitações, conseguem agir para estabelecer funcionamentos desejáveis ou para manter determinada condição de vida – para si e coletivamente. Eis que surge então, o conceito do Agente, que seria definido como todo aquele que ocasiona uma mudança no ambiente com sua atuação livre e racional baseado na sua participação ativa nas ações econômicas, sociais e políticas ocorridas em seu território e na oportunidade de ocasionar tais mudanças e realizações de acordo com seus próprios valores e objetivos.

O conceito de liberdade pode ser dividido em constitutivo (fim do desenvolvimento) e instrumental (meio do desenvolvimento). O autor descreve que as liberdades constitutivas estão ligadas à ideia de liberdade substantiva, pela qual o desenvolvimento envolve a expansão também de outras liberdades humanas: “como, por exemplo, ter condições de evitar privações como fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão *etc.*” (SEN, 2000, p. 55).

Já as liberdades instrumentais abarcam o “modo como diferentes tipos de direitos, oportunidades e intitamentos (*entitlements*) contribuem para a expansão da liberdade humana em geral e, assim, para a promoção do desenvolvimento” (SEN, 2000, p. 57). Por definição, as liberdades instrumentais contribuem

para a capacidade geral de a pessoa viver mais livremente, mas ainda pode ser complementar às outras. Estas diferentes formas de liberdade, segmentadas em cinco tipos, que buscamos aproximar das dimensões de cidadania expressas na obra de Carvalho (2002) são:

1. Liberdades políticas: refere-se a liberdade para determinar quem deve governar, fiscalizar e criticar as autoridades bem como liberdade de expressão política, por exemplo.

2. Facilidades econômicas: seriam as liberdades para os indivíduos valerem-se de recursos econômicos com fins de consumo, produção ou troca.

3. Oportunidades sociais: aqui expressam-se as disposições que influenciam diretamente na vida dos indivíduos como acesso à saúde e educação por exemplo, campos fundamentais para que ele possa exercer uma participação em atividades econômicas e públicas.

4. Garantias de Transparência: este tipo de liberdade instrumental tem um papel inibidor de corrupção, da irresponsabilidade financeira e de transações ilícitas. Refere-se à confiança e às necessidades que as pessoas têm para lidar uns com os outros de forma clara e transparente.

5. Segurança protetora: este conceito se faz necessário para proporcionar o que Sen (2000) chama de rede de segurança social, impedindo que a população seja reduzida à miséria, que poderia ocasionar a fome e a morte.

O eixo conector entre os dois autores se dá a partir da condição de agente (SEN, 2000) que é alcançada à medida que são ampliadas as capacidades reais das pessoas que as desfrutam. Assim, a dimensão dos direitos civis pode ser relacionada às garantias de transparência; a dimensão dos direitos políticos conecta-se ao direito das liberdades políticas, e os direitos sociais estariam associados às liberdades instrumentais de usufruir das oportunidades sociais e da rede de segurança protetora. As facilidades econômicas não teriam associação direta com a proposta de Carvalho (2002).

Interessante notar que as pessoas idosas brasileiras são reconhecidas e tem seus primeiros direitos sociais assegurados (RAUTH; PY, 2016) com a universalização da seguridade social, expressa na Constituição Cidadã de 1988. É a partir deste momento que é introduzido o conceito de seguridade social, o que implicou que a rede de proteção social deixasse de estar em um contexto social-trabalhista e assistencialista e pudesse assumir uma conotação de direito de cidadania. Isto possibilitou que o Brasil se tornasse um dos pioneiros na América Latina no sentido de garantir renda para a população com mais de sessenta anos (CAMARANO; PASINATO, 2004).

Faleiros (2016) por sua vez, destaca quatro paradigmas de políticas no processo construção da cidadanização da velhice: o filantrópico, o securitário, o da seguridade e o do envelhecimento ativo e participativo. No caso brasileiro, dois importantes instrumentos são considerados marcos na atenção às necessidades das pessoas idosas, considerando o envelhecimento sob a ótica participativa e ativa. É neste contexto que, a partir do entendimento do envelhecimento como um direito personalíssimo, torna-se dever do Estado a criação de políticas públicas com vias de garantir a chegada a esta fase da vida, em condições de dignidade, constituídas em períodos distintos: a Política Nacional do Idoso (BRASIL, 1994) e o Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

O direito à cidadania da pessoa idosa está evidenciado nas disposições preliminares do Estatuto, em seu artigo 3º:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2003).

O olhar para as pessoas idosas carentes e do meio rural aconteceu, entretanto, alguns anos antes da celebração do Estatuto do Idoso, com a criação de dois tipos de benefícios não

contributivos: as aposentadorias para os trabalhadores rurais e a Renda Mensal Vitalícia (RMV). Esta última, também contemplava pessoas com deficiência, necessitados urbanos e rurais. A aposentadoria por invalidez do trabalhador rural ficou definida em 75% do salário mínimo, enquanto os outros benefícios limitavam o valor a 50% do salário mínimo (ALCANTARA; CAMARANO; GIACOMIN, 2016). No entanto, os direitos voltados à população idosa ainda necessitam de maior evidência, principalmente diante do enfraquecimento das instituições democráticas. Para ilustrar o que mencionamos acima, citamos um trecho do documento Nota Pública do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDI (BRASIL, 2019b) sobre a publicação do Decreto 9.893/2019 (BRASIL, 2019a), que dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Trata-se de uma nota de repúdio ao referido Decreto que, segundo a nota:

(...) restringe a representação governamental somente a uma pasta ministerial, retirando de órgãos governamentais relevantes e instituições da sociedade civil de reconhecida representatividade e pertinência temática, a possibilidade de discutir, trabalhar e deliberar sobre assuntos afetos à população idosa, subtraindo deste Conselho Nacional o exercício de sua atuação efetiva na implementação da melhora da qualidade de vida das pessoas idosas residentes em nosso país.

Ao abordar essas questões, nos perguntamos como as pessoas idosas do meio rural têm possibilidades de usufruir e exercer seus direitos e cidadania, já que, como referido anteriormente, o contexto relacionado ao campo possui uma série de restrições. Para responder a isso, no próximo item faremos uma caracterização da região do estudo e uma análise dos dados obtidos com a pesquisa realizada.

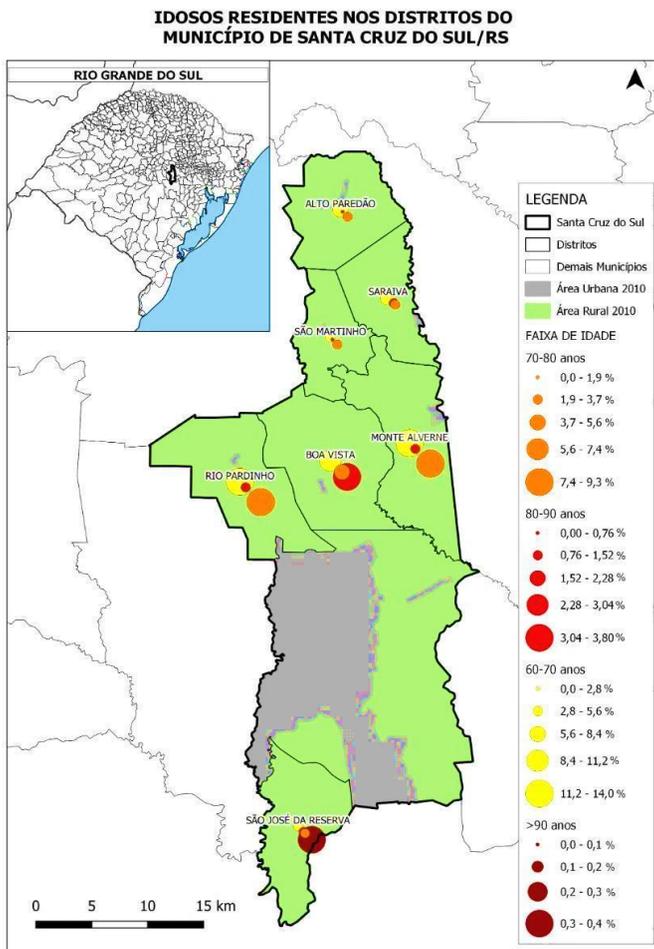
No campo da saúde, o município é sede da 13ª Coordenadoria Regional de Saúde, sendo referência para 12 municípios. A estrutura de atendimento à população municipal é contemplada por: Unidades Básicas de Saúde (UBS) com

Estratégias de Saúde da Família² (ESF), em que é possível usufruir dos serviços de consultas médicas e outros tipos de atendimento especializados em enfermagem. Nesses locais, os Agentes Comunitários de Saúde realizam trabalhos de educação em saúde, promoção de cuidados e prevenção de doenças. Além disso, o território conta com a infraestrutura de três hospitais: Hospital Monte Alverne, Hospital Santa Cruz e Hospital Ana Nery, estes dois últimos constituindo-se como os principais centros de saúde e referência em oncologia para as regiões do Vale do Rio Pardo. Além disso, também é sede do Centro Regional de Especialidades Médicas (CREM), que atende à demanda dos municípios integrantes do Consórcio Intermunicipal de Serviços do Vale do Rio Pardo (CISVALE). Além de uma completa rede de serviços em educação, saúde e assistência social, Santa Cruz do Sul tem núcleos de atendimento da Delegacia da Polícia Federal, Justiça Federal, Receita Federal além de órgãos da Previdência Social, Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS) e mais de 20 agências bancárias (SANTA CRUZ DO SUL, 2019).

No campo da educação, Santa Cruz do Sul contempla quatro instituições particulares, localizadas na área urbana e 66 públicas (tanto da rede estadual como municipal). Conta ainda com 23 instituições de ensino superior (BRASIL, s/d) que atuam em sua maioria na modalidade ensino à distância. A Universidade de Santa Cruz do Sul, local onde foi gerada essa pesquisa, é a maior instituição de ensino superior do município e atua tanto com ensino presencial quanto à distância: oferece cerca de 80 cursos de graduação, técnicos, especializações e programas de mestrado e doutorado. Existem, ainda, Polos educacionais do Senai e Sesc,

² As Estratégias de Saúde da Família (ESF) compõem a Política Nacional de Atenção Básica e objetivam a reorganização da atenção básica no País, de acordo com preceitos do SUS. Cada equipe de Saúde da Família (eSF) tem sob responsabilidade, no máximo, 4.000 pessoas, sendo que a média recomendada pelo Ministério da Saúde é de 3.000 pessoas, respeitando critérios de equidade para essa definição.

com a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes que também integram a rede educacional do município.



Fonte: Mapa temático pela Arquiteta e Urbanista Helena Vogt, 2019.

A figura acima representa a distribuição da população idosa, por faixa etária, nos sete distritos que compõem a área rural de Santa Cruz do Sul, considerando a divisão territorial do Censo Demográfico de 2010. Para facilitar a leitura das informações, elas foram organizadas visualmente, de modo que cada cor representa uma faixa etária e o tamanho da esfera indica uma maior representação deste grupo etário no referido território.

Ao pensar no significado das oportunidades sociais citadas por Sen (2000), observa-se que as disposições que influenciam diretamente na vida do indivíduo, como acesso à saúde e educação por exemplo, são campos fundamentais para que ele possa exercer uma participação em atividades econômicas e públicas. Desse modo, veremos, a partir da discussão dos dados da pesquisa, se as pessoas idosas do meio rural estão contempladas com essas oportunidades, de modo que possam exercer plenamente sua cidadania.

Contexto rural e Cidadania no Vale do Rio Pardo: resultados da pesquisa

Neste item, são apresentados e discutidos os dados da pesquisa que foram considerados relevantes para pensar as questões de cidadania que envolvem as pessoas idosas rurais. Abaixo, são mostrados dados quantitativos através de tabelas com percentuais, referentes aos dados de Escolaridade, Aposentadoria, Participação em Grupos e Associações e conhecimento do Estatuto do Idoso. Dentre as inúmeras informações obtidas com a realização da pesquisa, esses foram eleitos pelo fato de representarem os mais importantes em termos de cidadania e como esta impacta na vida das pessoas idosas.

A maioria das pessoas idosas da amostra (61,9%) têm apenas até quatro anos de estudo, como foi apresentado no capítulo introdutório sobre a caracterização da amostra. Corroborando com esses dados, outras pesquisas (MORAIS; RODRIGUES; GERHARDT, 2008; WAJNMAN, OLIVEIRA, OLIVEIRA, 2004) também demonstram a baixa escolaridade do público que possui idade acima dos 60. Quanto mais longo, menos anos de estudo possui. Esse fenômeno, mesmo sendo também uma característica de pessoa idosa do meio urbano, acentua-se no meio rural.

Como a educação cria oportunidades em termos de conhecimento e acesso às informações disponíveis, a falta dela ocasionalmente estabelece barreiras quanto aos direitos de cidadania e outros. Na visão de Pinheiro (2012), as fontes de

privação de liberdades individuais, como o analfabetismo ou a falta de educação, podem ser consequência tanto da falta de oportunidades quanto de processos inadequados ou, ainda, de ambos. Isto indica que algumas ações em termos de políticas públicas devem ser realizadas, para que tenham reflexo futuro na população jovem que habita esse contexto, de forma a expandir suas capacidades de escolhas individuais e coletivas no campo político, social e econômico (SEN, 2000). Além disso, ela é o caminho para que as futuras gerações possam modificar suas concepções sobre o envelhecimento, ainda carregadas por preconceitos, o que possibilita reconhecer as pessoas idosas como cidadãos ativos e participativos (SANTOS; LOPES; NERI, 2007; FERREIRA, 2019).

Os efeitos da baixa escolarização restringem as pessoas idosas ao acesso aos direitos que, não necessariamente, estão mais disponíveis. Neste sentido, verificou-se que usufruem dos serviços de saúde pública³, devido ao fato de existir uma Unidade Básica de Saúde com Estratégia de Saúde da Família e ações dos Agentes Comunitários de Saúde, na maioria dos distritos,. Outro direito contemplado é o da Previdência Social, que possui um significado importante para as pessoas idosas, por serem trabalhadores estritamente do meio rural. Não obstante, talvez esse último seja o maior benefício das pessoas idosas rurais em termos de cidadania pois, em sua maioria, a renda gira em torno dos proventos da aposentadoria. As tabelas 1 e 2 demonstram essa realidade:

Tabela 1: Aposentadoria

Você é aposentado	Frequência	Porcentagem válida
Sim	231	97,9
Não	5	2,1
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

³ A discussão dos dados referentes às questões de saúde será realizada em capítulo específico.

Tabela 2: Fontes de renda atuais

Fontes de Renda	Frequência	Porcentagem válida
Aposentadoria	230	64,4
Pensão	49	13,7
Trabalho rural	36	10,1
Ajuda de filhos e parentes	17	3,9
Produção rural	10	2,8
Aluguéis	8	2,2
Terras arrendadas	5	1,4
Outros	5	1,5
Total	357	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Nas tabelas acima, verifica-se que 97,9% das pessoas idosas da amostra são aposentados, da mesma forma que 64,4% tem como maior fonte de rendimentos aqueles provenientes da aposentadoria. Como mencionado anteriormente, a Previdência Social foi um dos primeiros direitos conquistados através da Constituição de 1988 e através dela a proteção social dos trabalhadores foi unificada e, além disso, as conquistas dos trabalhadores rurais oportunizaram a eles uma aposentadoria com antecedência de cinco anos em relação aos urbanos (BRASIL, 1988). Podemos entender o benefício da aposentadoria rural como o direito de usufruir daquilo que Sen (2000) chama de Segurança Protetora. Isso significa o acesso a uma rede de segurança social capaz de impedir que as pessoas idosas do meio rural vivam em condições que poderiam ocasionar a fome e a morte. Do mesmo modo, o acesso a esta rede oportuniza a expansão das suas capacidades de acessar outras liberdades instrumentais essenciais, como as facilidades econômicas, por exemplo.

Importante destacar que o benefício de aposentadoria especial rural vigente foi criado pela Constituição Federal de 1988 e posteriormente regulamentado pela Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991 (BRASIL, 1991). A contribuição do trabalhador rural à previdência se dá por meio de um percentual aplicado ao valor da comercialização de sua produção e realizado através de contribuição

ao INSS ou por meio da seguridade especial, que desvincula a aposentadoria da contribuição compulsória. Contudo, nem o valor e nem o número de contribuições são condições de acesso aos benefícios da Previdência. Os requisitos, por sua vez, são o tempo de trabalho rural que equivale a comprovação de 15 anos e a idade de 60 anos para homens e 55 anos para mulheres, sem restrições em relação ao número de benefícios por família. Além disso, um dado interessante é que quase todos os benefícios dos trabalhadores rurais são de valor igual ao piso previdenciário que é o salário mínimo (BRASIL, 2017).

Contemporaneamente, há uma discussão que questiona os valores destinados à aposentadoria rural. Neste sentido, as informações obtidas através do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) de agosto de 2017 mostra que a população que contribui para a Previdência tem sido menor do que a que recebe os benefícios. Esse fato ocorre devido ao processo de envelhecimento progressivo no país (BRASIL, 2017). Em termos de aposentadoria rural, os dados demonstram que em 2015 a população residente rural acima de 55 anos era de 6,2 milhões. No entanto, o número de aposentados rurais foi de 9,3 milhões. Isso demonstra que o número de aposentados é maior do que o número de residentes no meio rural, o que faz o poder público questionar a veracidade das provas que o trabalhador apresenta para comprovar as atividades no campo. De acordo com a Secretaria da Previdência Social, 87% dos benefícios concedidos às aposentadorias rurais ocorreram por via judicial, sendo que, a segunda região mais contemplada é o Rio Grande do Sul, perdendo apenas para o Nordeste, que engloba 60% da extrema pobreza no meio rural (MARANHÃO; VIEIRA FILHO, 2018).

Os privilégios para concessão de aposentadoria aos trabalhadores do meio rural estão relacionados ao tipo de atividade que os expõem a maiores riscos à saúde, caracterizada pela maior penosidade do trabalho, o que os prejudica, de certa forma, a alcançar a idade necessária para obtê-la. Esse aspecto também inclui o início da trajetória laboral, que ocorre precocemente (VALADARES; GALIZA, 2017). Desse modo, as decisões judiciais

que favorecem os trabalhadores rurais estão fundamentadas a partir de provas testemunhais e de comprovação de atividade no campo, diferentemente do trabalhador urbano que precisa atestar sobre o tempo de contribuição ao sistema previdenciário (RANGEL *et al.*, 2009).

A reflexão dessas informações nos leva à ideia de que, mesmo sendo a conquista da aposentadoria um dos únicos e principais direitos alcançados pelas pessoas idosas rurais, observa-se que os mesmos têm lutado e usufruído desses recursos de maneira ampla e os reivindicam, inclusive judicialmente, quando necessário. Talvez, por estarem privados de outras liberdades instrumentais que expandem suas capacidades cidadãs, esta acaba ganhando maior valorização por parte dessa população.

O próximo conjunto de resultados aborda as oportunidades sociais (SEN, 2000) usufruídas pelos camponeses santacruzenses com mais de sessenta anos. Ou seja, a participação das pessoas idosas em grupos e associações que dizem respeito ao convívio em grupos específicos (clube social, sociedade de damas, grupo de mulheres) e outros ligados a questões comunitárias e sociais (associação de moradores, da comunidade, de agricultores *etc*). Esses dados estão dispostos, de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 3: Participa de algum grupo ou associação?

Grupo ou associação	Frequência	Porcentagem válida
Clube social	46	10,9
Associação de moradores	42	9,9
Sociedade de damas	28	6,6
Sindicatos	26	6,1
Partido político	5	1,2
Associação da comunidade	3	0,7
Grupo de mulheres	3	0,7
Associação de agricultores	2	0,5
Total	155	36,6

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

De uma maneira geral, em relação à participação de associações, grupos e/ou sindicatos, observamos que aproximadamente 70% das pessoas idosas fazem parte de algum grupo, principalmente com intuito de lazer⁴. Logicamente, todos os grupos em que as pessoas idosas estão inseridas tem o intuito de trabalhar as questões de cidadania. Contudo, os que estão demonstrados na tabela acima foram selecionados devido a inserção em grupos voltados especificamente às discussões que poderíamos chamar de cidadãs, que envolvem decisões coletivas e que não contemplam a dimensão do entretenimento. Assim, observa-se que 36,6% da amostra participa desses grupos, o que revela um interesse das pessoas idosas em manifestar-se ativamente e usufruir de seus direitos civis e políticos, como descrito anteriormente por Carvalho (2002). Os sindicatos e associações que reúnem líderes comunitários e reconhecem as pessoas idosas como participantes com poder decisório, permite a integração dessas atividades em diversos níveis criando espaço para o exercício da cidadania, construção de novos papéis sociais, estimulando a participação social e a vivência com dignidade (SANTOS; CUNHA; ALMEIDA, 2018).

Atualmente, muitos estudos vêm sendo realizados com o objetivo de compreender a inserção de pessoas idosas em grupos. Também, são múltiplas as alternativas que buscam inserir esses indivíduos em diferentes espaços sociais, visando seu reconhecimento enquanto cidadãos. No estudo de Rizzolli e Surd (2010) verificamos que, mesmo em um grupo de convivência, existem esforços para contemplar as questões de cidadania. Na referida pesquisa, foram realizadas 20 entrevistas semiestruturadas, sobre a percepção das pessoas idosas sobre os grupos que participavam. As pessoas idosas revelaram, entre outras opiniões, que se sentem reconhecidas e valorizadas, tanto por familiares como pela sociedade em geral. Diante disso, percebe-se a importância que

⁴ As informações sobre a inserção de idosos em grupos de lazer será abordada de forma mais aprofundada em outro capítulo deste livro.

os grupos exercem na vida destas pessoas, pois ali a pessoa idosa tem a possibilidade de encontrar estímulo para uma vida social sadia, desenvolver sua cultura e ter momentos de lazer. Os encontros têm impacto na aceitação das pessoas idosas pela sociedade, pois nesses espaços aprendem lições de cidadania, de participação e de como colaborar para o bem comum. Esses aspectos possibilitam a pessoa idosa a compreensão de que o fato de possuírem uma idade avançada não interfere no exercício de sua cidadania. Os programas sociais e grupos voltados as pessoas idosas, apesar de terem denominações e projetos diversos, possuem propósitos comuns, como o de promover o resgate da cidadania, incentivar a autoexpressão e reinserção social. Também, podem ser considerados como um meio importante para elevar estes sujeitos à condição que Sen (2000) chama de agente, conforme mencionamos anteriormente.

Outro estudo realizado num Centro de Referência de Assistência Social em Lagoa Seca, interior da Paraíba, objetivou analisar a compreensão das pessoas idosas dos direitos garantidos no Estatuto do Idoso (CORDEIRO, 2012). Para a realização do mesmo, foi aplicado um instrumento pelos assistentes sociais que atuam nos grupos de convivência do referido Centro. Foram entrevistados nove pessoas idosas e observou-se que, em sua maioria, eles conheciam o Estatuto do Idoso. Esse aspecto foi demonstrado devido ao fato de terem discutido a referida legislação no grupo do Centro de Assistência Social. Neste sentido, verificamos a importância do trabalho dos profissionais de diversos âmbitos em divulgar e dar acesso às pessoas idosas sobre as legislações que os contemplam, visando garantir o acesso aos direitos por meio do planejamento e da execução de atividades de trabalho com grupos, com oficinas reflexivas, propiciando a compreensão dos direitos sociais que amparam as pessoas idosas, bem como a dimensão de discussão e reflexão coletiva.

A esse respeito, devido às transformações na dinâmica populacional do país, ao que se refere ao fenômeno do envelhecimento, mudanças ocorreram desde a Constituição de 1988 em termos de legislações que conferem às pessoas idosas direitos de

cidadania. Desse modo, não poderíamos deixar de mencionar aqui, algumas dessas determinações legais, já que uma das questões realizadas aos participantes foi a respeito do Estatuto do Idoso.

A Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) foi um marco ao tratar a pessoa idosa e o processo de envelhecimento como um problema social, avançando, para além da assistência previdenciária e assegurando a proteção na forma de assistência social. Além disso, ela traz em seu Capítulo VII, artigo 230 a responsabilidade do Estado, família e sociedade de amparar as pessoas idosas assegurando sua participação ativa na sociedade, de maneira digna. A partir da Carta Magna, outras conquistas foram garantidas nos termos da lei, a exemplo da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) (BRASIL, 1993) que menciona, entre outros benefícios, a garantia de um salário mínimo à pessoa idosa que esteja impossibilitada de prover seu sustento, nem mesmo a partir de sua família.

Outras leis que incluem as pessoas idosas também foram instituídas, a saber: a Política Nacional do Idoso, Lei no. 8,842/1994 que cria o Conselho Nacional do Idoso e os subsídios para garantir sua autonomia, assim como sua integração e participação efetiva como instrumento de cidadania. Em 1999, citamos a Política Nacional de saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) (BRASIL, 1999), reformulada em 2006, que determina que os órgãos e entidades do Ministério da Saúde elaborem ou readéquem seus projetos, atividades e serviços para a pessoa idosa em conformidade com as diretrizes e responsabilidades impostas pela lei.

Após essas legislações estarem concretizadas, em 2003 nasce o Estatuto do Idoso, sancionado através da Lei 10.741 de 2003 (BRASIL, 2003), com o intuito de reconhecer a dignidade e cidadania da pessoa idosa, garantindo-lhe direitos específicos. Ainda, possui o objetivo de promover a inclusão social das pessoas idosas e responsabilizar o Estado, a família, a sociedade e o poder público para garantir esses direitos. Munidos dessa pequena síntese, apresentamos os dados referentes ao conhecimento do Estatuto do Idoso, nas tabelas 4 e 5:

Tabela 4: Você conhece o Estatuto do Idoso?

Você conhece o Estatuto do Idoso?	Frequência	Porcentagem válida
Não	117	49,6
Já ouvi falar, mas tenho dúvidas	81	34,3
Sim	37	15,7
Não respondeu	1	0,4
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Tabela 5: Se conhece, já fez uso do Estatuto?

Se conhece, já fez uso do Estatuto?	Frequência	Porcentagem válida
Não respondeu	118	50,0
Não	103	43,6
Sim	15	6,4
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

A pesquisa realizada com as pessoas idosas no contexto rural demonstrou, na tabela 4, que 50,6% das pessoas idosas pesquisadas não conhecem o Estatuto do Idoso e 34,3% somente ouviram falar. Os que relatam ter conhecimento do Estatuto, representam 15,7% da amostra. Em relação à tabela 6, a respeito do uso do Estatuto, a maioria 50% não respondeu a essa questão e 43,6% referiram não ter feito uso. Os 6,4% que disseram ter utilizado os benefícios do referido Estatuto, o fizeram para acesso prioritário em filas e para confecção da carteirinha do idoso. Esses dados demonstram o pouco conhecimento que as pessoas idosas dos distritos rurais de Santa Cruz do Sul possuem a respeito de seus direitos específicos.

Outros estudos também demonstram a informação precária que as pessoas idosas têm recebido a respeito de seus direitos. Silva (2013) intencionou em sua pesquisa descrever o conhecimento de

peças idosas atendidas pela Estratégia Saúde da Família (ESF) sobre o Estatuto do Idoso, através de um estudo transversal e observacional em que foram entrevistados 402 pessoas idosas, de 30 Estratégias da Família de Porto Alegre. Os participantes responderam a um questionário sobre seu conhecimento sobre o Estatuto do Idoso, composto de perguntas abertas e fechadas. Os resultados do estudo indicaram que, em relação ao Estatuto do Idoso, 71,9% não o conhecia e dos que relataram conhecê-lo, apenas 33,8% já haviam assistido a alguma palestra. Dos que tem conhecimento, que representaram 49,4%, apenas 12,1% afirmaram ter feito uso do mesmo para reivindicar algum direito, associado ao acesso preferencial na utilização de serviços e em filas de bancos e casas lotéricas, de maneira semelhante a pesquisa aqui apresentada. Além deste, podemos destacar as pesquisas de Mafra e Reis (2012) com 26 pessoas idosas, 13 institucionalizados e 13 não institucionalizados em Santa Fé do Sul, interior de São Paulo, que também constataram o desconhecimento das pessoas idosas sobre seus direitos e o Estatuto do Idoso nas duas realidades. O estudo de Santos, Campos, Bonioli e Santos (2018) que buscou identificar as crenças de pessoas idosas sobre o Estatuto do Idoso, também confirmou a hipótese de que as pessoas idosas, em grande parte, desconhecem o Estatuto. Foram aplicados questionários em 100 pessoas idosas de ambos os sexos do Estado do Rio de Janeiro, nos Municípios de Duque de Caxias, Rio de Janeiro e Teresópolis. O dado que mais chama atenção na pesquisa é que 69% declararam nunca ter participado de algum encontro em que o Estatuto do Idoso fosse explanado e que 54% dos entrevistados nunca utilizaram seus direitos.

Também, o estudo de Silva, Mafra e Fontes (2017) revelou que na cidade de Viçosa, interior de Minas Gerais, onde a porcentagem de pessoas idosas (11,04%) é superior à média nacional que é 10,8% (MAFRA, et. al., 2014), a pesquisa realizada com 08 pessoas idosas participantes de um projeto comunitário demonstrou que todos os participantes afirmaram já terem “ouvido falar” do Estatuto do Idoso, mas disseram que não

conheciam todos os direitos e benefícios previstos nesta Lei, pelo motivo de nunca terem tido contato direto com o mesmo, seja por meio de cartilha ou outro material educativo/informativo. Dos vários direitos garantidos, as pessoas idosas afirmaram ter conhecimento apenas dos direitos relacionados a gratuidade do transporte público, a garantia de acesso à rede pública de saúde e a prioridade no atendimento em qualquer órgão público ou privado que presta atendimento à população.

A conclusão a que estas pesquisas chegaram, e que concordamos também em nosso estudo, é de que apesar do Estatuto do Idoso ser uma Lei com mais de 10 anos de regulamentação no país, ainda existem pessoas idosas que não tem conhecimento dos seus direitos específicos e por consequência, não conseguem vivenciá-los na prática. Essa falta, que ocorre tanto no meio rural como no urbano, faz com que as pessoas idosas, de um modo geral, fiquem mais suscetíveis a que seus direitos sejam violados, o que os coloca mais expostos a condições de vulnerabilidade e risco social. Pensando especificamente no contexto rural, como o acesso a bens e serviços pode ser mais restrito, a escassez de informações pode prejudicar essas pessoas que acabam tendo restringida a conquista de seus direitos de cidadania à Previdência Social, como demonstraram os dados apresentados neste capítulo. Finalizamos com uma fala de uma idosa que demonstra o afastamento da comunicação entre outros setores e serviços, que poderiam os aproximar das informações sobre seus direitos de cidadania:

Eu acho que o meio rural é um lugar muito abandonado, a gente só tem o posto de saúde ali, então eu acho que tinha que ter, sei lá, uma coisa aqui pros idoso se distrair, se juntar, conversar né, uma coisa assim (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

Considerações Finais

Este capítulo discutiu teoricamente as noções de espaço urbano e rural e a concepção de cidadania, composta pela

construção dos direitos civis, políticos e sociais. Também, apresentou a dimensão do Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen (2000), aproximando-a da ideia de cidadania para Carvalho (2002). Também, descreveu as características da região onde foi realizada a pesquisa com as pessoas idosas, nos sete distritos rurais do município de Santa Cruz do Sul.

Os dados da pesquisa evidenciam a privação de liberdades instrumentais (SEN, 2000) importantes para o contexto do desenvolvimento de um território sob a perspectiva da cidadania plena (CARVALHO, 2002) como, por exemplo, um perfil das pessoas idosas com baixa escolaridade e rendimentos provenientes da aposentadoria. Por outro lado, a privação de oportunidades sociais como a educação, não impediram aos participantes de reivindicar seu direito à Previdência Social, que possui especificidades para a população do meio rural.

Contudo, parece que a conquista da aposentadoria é um dos únicos direitos que as pessoas idosas do campo buscam se beneficiar. Obviamente, não podemos deixar de mencionar a saúde que possui uma peculiaridade na região estudada: existem Unidades Básicas de Saúde com Estratégias de Saúde da Família localizadas nos distritos rurais, o que favorece essa aproximação.

Importante destacar na discussão apresentada, que as pessoas idosas desconhecem o Estatuto do Idoso, o que impossibilita efetuar seu uso em seu auxílio próprio. O que se observou é que a pessoa idosa não tem acesso à legislação e, portanto, a falta de informação pode se apresentar como uma barreira para acessar e se efetivar os direitos previstos na referida Lei.

Esse aspecto configura-se uma realidade preocupante em termos de cidadania. A partir dos direitos discriminados no Estatuto, o conhecimento das pessoas idosas não pode estar limitado ao transporte público, saúde e atendimento preferencial. Os dados apontados nesta pesquisa corroboram com os de outras, anteriormente mencionadas, que confirmam o fato de que, apesar do Estatuto do Idoso datar de 2003, a parcela de pessoas idosas que o desconhece é grande e pode estar associada à baixa

escolaridade. Assim, faz-se necessário a ampla disseminação desse instrumento legal pois, se os assegurados dos direitos desconhecem seu conteúdo, sua existência se torna ineficiente (SILVA *et al.*, 2013).

Ainda dentro da discussão de direitos, outro direito importante que é assegurado às pessoas de mais idade pelo Estatuto da pessoa idosa é o apoio social formal e informal que será tratado no capítulo a seguir.

Referências

ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016.

BARROS, Alice Monteiro de. Cidadania, Relações de Gênero e Relações de Trabalho. *Rev. Trib. Reg. Trab.* 3ª Reg., Belo Horizonte, v. 47, n. 77, p. 67-83, jan./jun. 2008.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva; GIACOMIN, Karla Cristina; CAMARANO, Ana Amélia. A Assistência social na política nacional do idoso. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). *Política Nacional do Idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 107-134.

BRASIL. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. *Lei nº 8213 de 24 de julho de 1991*. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 1991.

_____. *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993*. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, DF, 1993.

_____. *Lei nº. 8.842, de 4 de janeiro de 1994*. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF, 1994.

_____. *Portaria nº 1.395, de 10 de dezembro de 1999*. Brasília, DF, 1999.

_____. Ministério da Saúde. *Estatuto do Idoso*. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2003.

_____. Ministério da Economia. *Instituto Nacional do Seguro Social INSS*. 2017. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/orientacoes/perguntas-frequentes>>. Acesso em: set. 2019.

_____. *Decreto nº 9.893, de 27 de junho de 2019*. Dispõe sobre o conselho nacional dos direitos da pessoa idosa, 2019a.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Nota pública do conselho nacional dos direitos da pessoa idosa – CNDI sobre a publicação do decreto 9.893/2019, s/d*. Disponível em: <<https://sbgg.org.br/wp-content/uploads/2019/07/NOTA-PÚBLICA-CNDI-9893-2019KGLLSMLS.pdf>>. Acesso em: nov. 2019.

_____. Ministério da Educação. *Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior*, Cadastro e-MEC. s/d. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/emec/nova>>. Acesso em: 9 de out. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia; PASINATO, Maria Tereza. O envelhecimento populacional na agenda das políticas públicas. In: CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?*. Rio de Janeiro: Ipea, 2004. p. 253-292.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo Caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CORDEIRO, Elizabeth de Melo. *A compreensão dos idosos do grupo "Alegria de viver", do Centro de Referência de Assistência Social de Lagoa Seca/PB, sobre os direitos garantidos do estatuto do idoso*. 2012. 33 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Campina Grande, 2012.

FALEIROS; Vicente de Paula. *Cidadania: Os idosos e a garantia de seus direitos*. In: NERI, Anita Liberalesso (org). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na Terceira Idade*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, Edições Sesc SP, 2007, p. 153-167.

_____. A Política Nacional do Idoso em questão: passos e impasses na efetivação da cidadania. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 537-569.

FERREIRA, Adriana Aparecida. *Gestão do Fundo do Idoso: análise acerca dos desafios pelo Conselho Municipal do Idoso*. 2019. 131 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019.

GIRARDI, Eduardo Paulon. *Tipologia entre o rural e o urbano*. 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/caracteristicas_socioeconomicas_d.htm>. Acesso em: 16 out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico 2010: banco de dados agregados do IBGE*. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2016*. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Estudos e Pesquisas: informação demográfica e socioeconômica, n. 36. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. *Banco de dados sobre estimativas da população*. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2008/piramide/piramide.shtm>. Acesso em: 20 nov. 2019.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal - análise dos resultados*. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Acesso_Internet_Televisao_e_Posse_Telefone_Movel_2016/Analise_dos_Resultados.pdf>. Acesso em: 19 out. 2019.

LÉFÈBVRE, Henry. *O direito à cidade*. São Paulo: Ed. Moraes, 1990.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *GEOSP: Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 12, n. 1, p. 109-123, 2008.

MAFRA, Adriana Luiz Sartoreto; REIS, Janaina Guimarães. Conhecimento dos idosos sobre seus direitos garantidos no estatuto do idoso-estudo comparativo entre idosos institucionalizados e não institucionalizados. In: *Anais do I Simpósio Sul-Matogrossense de Saúde Pública e I Encontro de Saúde Mental de Escolares e Universitários: uma abordagem multidisciplinar*. Três Lagoas, UFMS, 2019.

MAFRA, S. C. T. et. al. Políticas públicas e o processo de envelhecimento: o caso de Viçosa, Minas Gerais. In: BIFANO, A. C. S.; TEIXEIRA, T. S. (org.). *Políticas públicas e sua efetivação local*. 1. ed. Viçosa: UNIEDHS, 2014, p. 177-199.

MARANHÃO, R. L. A.; VIEIRA FILHO, J. E.. *Previdência Rural no Brasil*. Texto para discussão. IPEA: Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2404.pdf>. Acesso em: 8 out. 2019.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Zahar, 1967.

MORAIS, Eliane Pinheiro de; RODRIGUES, Rosalina Aparecida Partezani; GERHARDT, Tatiana Engel. Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 374-383, 2008.

PECQUEUR, Bernard. *Le développement local: pour une économie des territoires*. Syros, 2000.

PINHEIRO, Maurício Mota Saboya. *As liberdades humanas como bases do desenvolvimento: uma análise conceitual da abordagem das capacidades humanas de Amartya Sen*. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Ipea, nov. 2012.

RAFFESTIN, Claude. O que é território. In: _____. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993, p. 143-158.

RANGEL, Leonardo Alves et al. *Conquistas, Desafios e Perspectivas da Previdência Social no Brasil vinte anos após a promulgação da*

Constituição Federal de 1988. Políticas Sociais: acompanhamento e análise, Brasília, v. 1, n. 17, p. 41-94, 2009.

RAUTH, Jussara; PY, Ligia. A história por trás da lei: o histórico, às articulações de movimentos sociais e científicos, e às lideranças políticas envolvidas no processo de constituição da política nacional do idoso. In: ALCÂNTARA, Alexandre de Oliveira; CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla Cristina (org.). *Política nacional do idoso: velhas e novas questões*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016, p. 51-62.

RIZZOLLI, Darlan; SURD, Aguinaldo César. Percepção dos idosos sobre grupos de terceira idade. *Rev. bras. geriatr. gerontol.*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 225-233, ago. 2010.

SANTA CRUZ DO SUL. Prefeitura Municipal. *Página da Internet*. Disponível em: <<http://www.santacruz.rs.gov.br/home>>. Acesso em: 5 out. 2019.

SANTOS, Élmiton Nobre *et al.* Crenças de idosos em relação ao Estatuto do Idoso. *Lex Humana*, Petrópolis, v. 10, n. 2, p. 14-40, dez. 2018. Disponível em: <<http://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/1585>>. Acesso em: 10 out. 2019.

SANTOS, Geraldine Alves dos; LOPES, Andréa; NERI, Anita Liberalesso. Escolaridade, raça e etnia: elementos de exclusão social de idosos. In: NERI, Anita Liberalesso. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Perseu Abramo, Edições SESC SP, 2007, p. 65-79.

SANTOS, Rosilane; CUNHA, Ana Carolina Castro Pereira; ALMEIDA, Maria Weila Coêlho. Perfil dos idosos participantes do Grupo dos Mais Vividos do Serviço Social do Comércio (SESC) do Distrito Federal, Brasília, Brasil. *Arq. Bras. Ed. Fís.*, Tocantinópolis, v. 1, n. 2, p. 55-68, ago./dez. 2018.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Anelise Crippa. *Estatuto do idoso: análise do conhecimento dos idosos atendidos pela estratégia saúde da família*. 2013. 145 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Gerontologia

Médica) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SILVA, Emília Pio da; MAFRA, Simone Caldas Tavares; FONTES, Adriana Fausto Rodrigues. A pessoa idosa e o “conhecimento prático” e sua práxis na efetividade de direitos e deveres. In: *Anais do I Seminário Nacional: família e políticas sociais no Brasil*, Viçosa, out. 2017.

TAVARES, Darlene Mara dos Santos *et al.* Preditores da qualidade de vida de idosos urbanos e rurais. *Revista Baiana de Enfermagem*, Salvador, v. 29, n. 4, p. 361-371, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Alisson_Bolina/publication/314549975_PREDITORES_DA_QUALIDADE_DE_VIDA_DE_IDOSOS_URBANOS_E_RURAIIS/links/58ca9d7f92851c7262994345/PREDITORES-DA-QUALIDADE-DE-VIDA-DE-IDOSOS-URBANOS-E-RURAIIS.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

VALADARES, Alexandre Arbex; GALIZA, Marcelo. *Previdência rural entre dúvidas e certezas: o que é possível dizer sobre a expectativa de sobrevivência dos segurados especiais?* Nota técnica n. 42 (Disoc), Ipea, jul. 2017. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8037/1/NT_Previd%c3%aancia_2017.pdf>. Acesso em: 15 out. 2019.

WAJNMAN, Simone; OLIVEIRA, Ana Maria H. C. de; OLIVEIRA, Elzira Lúcia de. Os idosos no mercado de trabalho: tendências e consequências. In: CAMARANO, Ana Amélia. *Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?* 1. ed. Rio de Janeiro: Ipea, 2004, p. 453-480.

Suporte social e rede de apoio à pessoa idosa

Não é possível analisar o envelhecimento populacional isoladamente, mas sim por meio de suas ramificações e de uma avaliação ampla, que contemple, além do contexto histórico, os valores que pautam as condições e o modo de vida de cada sociedade e, para além dos avanços em termos de legislação garantidora de direitos, as reais condições para que possam ser materializados, o que sintetiza o nível de sociabilidade.

As iniciativas materializadas até o presente momento destinam-se principalmente a garantir o bem-estar de pessoas idosas ativas. Visto que a dependência da pessoa idosa devido ao adoecimento pode acarretar a diminuição da independência e a perda progressiva da capacidade funcional. Essa diminuição da independência também deve ser pensada sobre o prisma da qualidade de vida, apesar do nível de complexidade desta situação específica; qualidade de vida compreendida como

[...] um evento que tem múltiplas dimensões, é multideterminado, diz respeito à adaptação de indivíduos e grupos humanos, em diferentes épocas e sociedades, e assim, sua avaliação tem como referência diversos critérios. Avaliar a qualidade de vida consiste em comparar as condições dispensáveis com as desejáveis. Os resultados são expressos justamente por índices de desenvolvimento, bem-estar, desejabilidade, prazer ou satisfação (NERI, 2001, p. 108).

Portanto, as pessoas idosas que apresentam uma diminuição da independência decorrente do adoecimento são consideradas vulneráveis, o que requer uma atenção redobrada quanto às suas condições de vida. Necessita-se, portanto, da realização de novos

estudos que referenciam a importância da proteção social e de um olhar atento a essa realidade (CAMARANO, 2004).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), os grupos de pessoas idosas em situação de vulnerabilidade são representados por aqueles que possuem as seguintes características: idade superior a 80 anos; moram sozinhos ou em instituições de longa permanência; estão isolados socialmente; não possuem filhos; tem limitações severas ou incapacidades e/ou dispõe de recursos financeiros escassos.

Há desta maneira, pensando-se na população cada vez mais longeva, um descompasso entre o aumento da expectativa de vida e o desenvolvimento do país. Precisa-se observar a realidade que não concebe a inserção da pessoa idosa como cidadão de direitos e não promove políticas públicas emancipatórias, políticas para manter a funcionalidade e a independência, ou as promove de modo tímido.

A vivência desta etapa da vida está condicionada a uma série de fatores que delimitam suas características e que podem ser bastante subjetivos. Protagonizar esse momento da existência humana com qualidade de vida pressupõe condições financeiras estáveis, acesso à saúde, alimentação e moradia adequadas, relações familiares e de lazer. Esses condicionantes são oportunizados pelo Estado, pela família e pelo próprio sujeito e tendem a influenciar na vivência desta etapa da vida. Evidencia-se pelos estudos já realizados e pelas contribuições de diferentes autores que a vivência da senectude (velhice) difere entre aqueles que possuíram ou que possuem condições de vida digna, através da constatação de que,

A idade constitui um dado importante, mas não determina a condição da pessoa, pois o essencial não é o mero transcurso do tempo, mas a qualidade do tempo decorrido, os acontecimentos vivenciados e as condições ambientais que a rodearam (MORAGAS, 2004, p. 18).

No Brasil, a proteção social para a pessoa idosa está garantida através da Constituição de 1988, no artigo 230, quando reconhece

como dever da família, da sociedade e do Estado a proteção das pessoas idosas, sendo assegurada a participação comunitária e a promoção de sua dignidade e bem-estar (BRASIL, 1988). No Estatuto do Idoso a proteção social é garantida através da prioridade de atendimento nos serviços públicos, no acesso gratuito a medicamentos, na proibição de reajustes em planos de saúde por idade e nos transportes urbanos e interestaduais. O marco político institucional que orienta as políticas sociais dirigidas a esse segmento da população é a Política Nacional do Idoso, que prevê a organização de Conselhos e a participação de organizações governamentais e não governamentais no atendimento e oferta de serviços (BRASIL, 1994).

A existência de políticas públicas voltadas à população a partir de 60 anos, destaca a materialização de conquistas como a Política Nacional do Idoso, PNI (BRASIL, 1994), que almeja assegurar os direitos desse contingente populacional, garantindo a sua participação efetiva no meio social, tendo como pilares a família, o Estado e a sociedade. O Estatuto do Idoso, assegurado pela lei federal 10.741/2003, privilegia a convivência com familiares, ao mesmo tempo em que se configura como um importante aparato regulador da negligência e dos maus-tratos. A materialização do Estatuto ainda se encontra distante de ser efetivada, em decorrência do desconhecimento da própria população em relação a sua existência e/ou ao seu conteúdo. Este fato foi constatado em nossa pesquisa quando 49,6% dos entrevistados revelaram não conhecer o Estatuto do Idoso, enquanto 34,3% somente ouviu falar sobre a existência deste, como foi tratado no capítulo anterior. Assim, apenas 6,4% indicaram usufruir do Estatuto quando utilizam o transporte público sem pagar ou nas filas preferenciais dos bancos.

Destaca-se a inexistência de legislação específica destinada às pessoas idosas acometidas por patologias, ao mesmo tempo em que, visualiza-se o início de um movimento de discussão entre diferentes setores para a criação de espaços voltados à formação de uma rede de suporte social à pessoa idosa dependente. A atual

normatização que garante a criação e a manutenção de Instituições de Longa Permanência formulada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) restringe a inclusão de pessoas idosas dependentes, mesmo sendo estes aqueles considerados mais vulneráveis. A sociedade civil, desta forma, questiona-se sobre as alternativas às pessoas idosas acometidas por patologias, e também sobre a rede de apoio necessária para o fortalecimento da família em um momento em que se sinaliza a importância do acompanhamento familiar e a manutenção de cuidados específicos.

Da mesma forma em relação à pessoa idosa independente que vive no meio rural, objeto de estudo desta pesquisa, questiona-se qual o suporte social e de apoio que possuem ao envelhecer nas propriedades rurais sabendo-se que a tendência é de os filhos saírem em busca de oportunidades na cidade.

Na década de 90, em virtude do aumento significativo e progressivo da expectativa de vida, a Organização Mundial da Saúde passou a utilizar o conceito de “envelhecimento ativo”, que pressupõe uma aproximação cada vez mais fidedigna com a qualidade de vida. O “envelhecimento ativo” pode ser compreendido enquanto “[...] o processo de otimização das oportunidades de saúde, participação e segurança, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, à medida que as pessoas ficam mais velhas” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Assim foi estabelecida uma concepção sobre saúde que abarcou muito mais que os fatores físicos, mas o sujeito idoso em sua totalidade e complexidade. Afinal como pensar saúde sem a compreensão dos aspectos biopsicossociais e dispensando uma atenção adequada quanto às condições de vida da população? Por isso ressalta-se a importância da terminologia “envelhecimento ativo”, quanto à consolidação de novas práticas que redimensionam a Política de Saúde do Idoso. Ainda se observa a quase total ausência da rede de suporte social voltada a pessoa idosa considerada dependente.

As discussões atuais sobre a rede de suporte social devem ser fomentadas por abordagens investigativas, que contemplem as pessoas idosas com e sem patologias, como forma de serem fornecidos subsídios para o conhecimento da realidade vivenciada pelos mesmos e por seus familiares. Configura-se como desafio na prática profissional o desenvolvimento de ações voltadas à pessoa idosa dependente em contrapartida a uma ausência de recursos e à precariedade dos meios existentes.

É muito importante o conceito de rede de apoio social que pode ser definida como “teias” de relações sociais que norteiam o sujeito e suas características (por exemplo, disponibilidade e frequência de contato com amigos e parentes) ou com grupos de pessoas com quem há contato ou algum tipo de participação social (por exemplo, grupos de apoio, associações, entidades religiosas). Esta rede se refere tanto a relações formais quanto informais e, através destas relações, os sujeitos recebem ajuda emocional, material e/ou de informação para enfrentarem situações que acabam gerando sofrimento físico, psicológico ou mesmo ambos (LAMPERT, 2009).

As relações formais são estabelecidas entre os sujeitos, serviços, profissionais, grupos de apoio e instituições e as informais se estabelecem entre os familiares, amigos, vizinhos, colegas, entre outros com quem se tenha uma maior proximidade ou envolvimento. E dentro desta rede de apoio também se encontram os espaços de lazer comunitários e as ações desenvolvidas na comunidade pelas diferentes religiões, fato que ficou muito marcado em nossa pesquisa na parte quantitativa, mas também nas falas dos entrevistados, como veremos neste capítulo.

Abala e colaboradores (2015), afirmam que a religiosidade é uma característica marcante da população brasileira: 95,0% da população têm uma religião, 83,0% consideram-na muito importante em suas vidas, e 37,0% participam de um serviço religioso ao menos uma vez por semana. Além disso, a OMS alterou o conceito de saúde buscando obter uma compreensão

mais dinâmica de bem-estar, reconhecendo a importância de fatores mentais, sociais e espirituais nessa questão.

Dentro dos fatores espirituais salienta-se a importância dada pelas pessoas idosas à religiosidade. Cria-se no imaginário uma definição de realidade convincente após a morte, essa crença propicia a possibilidade de uma vida mais saudável, o desenvolvimento de uma fé forte e resoluta, pode dar um suporte necessário para que se possa vivenciar um envelhecimento bem-sucedido, a fim de lidar da melhor forma possível com o sofrimento, desafios e transições ao longo da vida. Através da religiosidade, o indivíduo pode atribuir significado aos fatos, compreendendo os mesmos como parte de algo mais amplo. Tais fatos podem levar a um enriquecimento individual como equilíbrio e maturidade para lidar com as situações (ARAÚJO *et al.*, 2008).

Pesquisas recentes sugerem que a religiosidade pode estar ligada a melhor saúde física e emocional das pessoas idosas. Algumas atividades religiosas podem aumentar a motivação para realizar as atividades diárias. Ainda quanto mais longa é a vida média da população, mais importante se torna o conceito de religiosidade entre as pessoas idosas (GRANJEIRO *et al.*, 2017).

A nossa pesquisa revelou que as pessoas idosas que vivem nos distritos rurais do município estudado, em suas horas livres realizam muitas atividades ligadas a igreja, representando 42% das suas atividades. A importância da religião na vida das pessoas idosas de Santa Cruz do Sul é evidenciada tanto para homens, quantos para as mulheres. Fato exemplificado através das falas:

Porque se tu não tem uma religião tu acha que tu não é nada na vida, tu tem que ter a tua religião, tem que ter fé em Deus, porque acho que tu se sente muito mais forte, se tu tem uma religião e acredita em Deus... (Mulher, 63 anos - Alto Paredão).

Eu não gosto muito, nós vamos na igreja, temos uma religião, a gente procura se ocupa, sai dá uma passeada, mas é tranquilo (Mulher, 73 anos - Rio Pardinho).

A pessoa idosa busca na religião, na fé, um apoio para os males que enfrenta, seja a nível individual ou familiar, a mesma pode ajudar no enfrentamento dos problemas do cotidiano, a exemplo de doenças, crises afetivas, acidentes, desastres, e, ainda, na satisfação de desejos e necessidades (ASSIS, GOMES, ZENTARSKI, 2013).

Quando questionados sobre o que gostam de fazer em suas horas livres, foram compilados 21 itens com atividades variadas; devemos considerar que alguns entrevistados deram mais de uma resposta, e destas se destacam as atividades de ir à igreja/culto (22,2%), visitar amigos/parentes (18,7%), participar de passeios/visitas/bailes (17,5%), frequentar clubes e associações (11,3%), os demais 17 itens somam juntos 30,4%. Nas falas das pessoas idosas também é possível perceber a presença de atividades religiosas ligadas aos momentos de lazer e interação social:

Da sociedade de damas, da igreja eu participo muito, quando tem as coisas a gente ajuda muito também, né e visitar os doentes também, né, nós temos nosso grupo de oração, nosso grupo de ajuda, daí quando chega Natal a gente faz cestas para famílias pobres, a gente tem essas coisas, essas organizações... (Mulher, 66 anos - Alto Paredão).

Eu penso assim, quem que nós somos sem Deus? Nada. Eu escuto sempre, primeira coisa na televisão, é a missa e futebol. Uns gostam de novela, outros gostam de filme, mas minha preferência é missa, em primeiro lugar, me criei no hospital, fiquei sete anos lá com as freiras... (Homem, 68 anos - Monte Alverne).

A religiosidade também é compreendida como apoio espiritual, independentemente da religião frequentada ou da crença religiosa de cada indivíduo. O fenômeno religioso/espiritual surge como uma resposta do homem a uma busca incessante de sentido, é atraído a esse fator misterioso que o indivíduo é arrebatado e atraído pela religiosidade, e é nesse ponto que a mesma se torna importante na forma de ser de cada um.

O que é importante enfatizar não é o fato em si, de que independente da cultura, o fenômeno religioso sempre esteve presente, e manifestado de diferentes formas, na vida do ser humano. O que temos que analisar é como e de que maneira essa religiosidade implica nos hábitos e na saúde mental de cada um (ALVES; ASSIS, 2015).

A importância da religião para as pessoas idosas aparece nas entrevistas de forma muito significativa:

Religiosa sim, eu tenho fé, religiosa também porque a gente faz bastante pelas pessoas né, não vou dizer só pela igreja, mas pelas pessoas né. Não interessa que igreja é, principalmente a nossa e a Católica, nós somos Evangélicos de Confissão Luterana, e aqui tem uma que é luterana, e aí tem os católicos, a gente se dá bem. Eu acho que é muito importante tu fazer o bem, né... (Mulher, 66 anos - São José da Reserva).

Entre as pessoas entrevistadas para este estudo encontrou-se 55,7% que se dizem católicas, 41,7% evangélicas de confissão luterana e 2,6% referem pertencem a outras religiões.

Tabela 1: Religião referida pelos entrevistados nos 7 distritos rurais

Distrito	Católica	Evangélica luterana	Outras
Alto Paredão	22	1	0
São José da Reserva	2	14	0
Saraiva	13	11	0
São Martinho	18	1	0
Boa Vista	26	17	0
Rio Pardinho	17	35	4
Monte Alverne	33	18	3
Total	131	98	7

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Ao observar a distribuição das religiões nos distritos estudados, podemos perceber que à maioria dos entrevistados praticam a fé católica e a evangélica luterana. Constata-se ainda, que apenas nos

distritos de Rio Pardinho e Monte Alverne foram mencionadas a prática de outras religiões que com o percentual somado não chega à 3% da amostra, o que revela a grande preponderância das religiões hegemônicas e os fortes traços culturais.

Desde que a Organização Mundial de Saúde (OMS) reconheceu as dimensões psicossociais para saúde e qualidade de vida, alguns aspectos passaram a ser considerados quanto à avaliação e promoção de saúde, e na população idosa um desses tópicos é a religiosidade, a qual apresenta uma diversidade de implicações no processo de saúde/doença. Sendo assim a relação entre as diferentes dimensões da religiosidade e da saúde na pessoa idosa vem sendo um tema de grande interesse na área da Gerontologia. Dessa forma a religiosidade interfere de maneira positiva na saúde física e mental, o que favorece um envelhecimento bem-sucedido.

Muitas das pessoas idosas atribuem muita importância quando se trata de religiosidade, esse fator se mostra associado a uma melhor condição em sua qualidade de vida, bem-estar e interação social. Além disso, a religiosidade entra na vida das pessoas idosas como um suporte para enfrentar os efeitos da incapacidade funcional, pois serve de recurso para superar os problemas de saúde física e psicológica que as acometem. A participação em atividades sociais e de lazer também proporciona esses benefícios, porém a religiosidade vai além da participação social, pois a mesma está ligada diretamente à introspecção das pessoas idosas (AMORIM *et al.*, 2017).

Gosto da terceira idade, duas vezes ao mês o pastor fala e depois tem cafezinho, é o grupo da igreja. Desde que eu entrei na terceira idade sempre o pastor fala e depois tem as amigas que conversam, tem o cafezinho, isso anima a gente, eu estou gostando (Mulher, 73 anos - Rio Pardinho).

Quando se analisa a questão do lazer entre a população idosa é fundamental que se reconheça a heterogeneidade desse grupo social e, se considere todos os aspectos que dizem respeito a esses

sujeitos, bem como as divergências de opinião, como pode se observar nesta fala de uma entrevistada:

Aqui não tem lazer né, aqui o que a gente tem é uma festa né, quando tem um casamento, tem essas quermesses assim de comunidade né que começa em fevereiro né, daí a gente vai (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

Entre a população idosa urbana e rural se identifica a existência de uma diversidade de oportunidades e de possibilidades de acesso ao lazer que são determinadas por aspectos territoriais, sociais, familiares, econômicos, culturais, pela condição de saúde, de autonomia e de independência, pela conduta pessoal, entre outros fatores.

No que se refere ao lazer e à cultura da população idosa rural, constata-se que ainda há muitos desafios e a necessidade de se avançar na efetivação de ações concretas para esses segmentos sociais. Embora exista a compreensão de que a pessoa idosa não deve ser vista apenas como um sujeito que tem direito à cultura, mas como um protagonista no processo de produção cultural (BRASIL, 2010), o acesso aos bens culturais ainda não ocorre de forma igualitária para toda a população idosa.

Muito embora o acesso ao lazer e à cultura seja um direito de toda a população idosa brasileira, o que tem se observado é que, comumente as pessoas idosas que vivem no meio urbano são privilegiadas com essas oportunidades.

Com a Constituição Federal de 1988, o lazer ganha ênfase e passa a ser considerado como “um direito social” conforme consta no art. 6º. Entretanto, não foram especificadas na época as diretrizes que deveriam orientar as ações de lazer, estando o mesmo vinculado unicamente ao esporte, conforme pode se observar nitidamente através do art. 217. Este, por sua vez, trata do Desporto, onde está ressaltado que o Poder Público deverá incentivar o lazer “como forma de promoção social” (BRASIL, 1988).

Não existe uma única compreensão sobre o lazer, o que requer uma definição em termos conceituais sobre o que ele

significa. Em geral, os autores que tratam deste tema o relacionam com a possibilidade de realização do ser humano, com sentimentos de prazer e de convívio social. Pode-se dizer também que o lazer não deve ser um tempo de ocupação de forma imparcial, mas deve estimular o interesse dos sujeitos na perspectiva de obtenção de benefícios pessoais e sociais, pois, como ressalta Meister (2005, p. 24) “viver o lazer sabidamente é uma forma de viver os modos mais elevados do ser humano”.

No caso do Brasil, identifica-se que a população idosa vem assumindo novos papéis na sociedade em decorrência de transformações significativas nas dimensões econômica, social, familiar, no mundo do trabalho, entre outras. Algumas pessoas idosas trouxeram falas sobre o seu papel na comunidade e sua participação junto aos trabalhos sociais:

Mais ela (esposa), eu não vou muito não! Como que se diz?! Tudo assim sem atropelo, né! Sempre amigo de todos, o pessoal da igreja, da diretoria sempre vem aqui e pergunta ah como vamos fazer?! Porque tem pouca gente pra ajudar, pra trabalhar para sociedade hoje em dia, está difícil! (Homem, 78 anos - Rio Pardinho).

Como base na premissa da multiculturalidade do lazer, os estudos sobre o meio rural têm evidenciado que o trabalho e o lazer são determinados pela cultura dos sujeitos. Por outro lado, o tipo de lazer que se forma em determinadas regiões é formador de cultura (ALMEIDA FILHO, 2003). Para o homem do campo, em princípio, a forma natural de utilizar o tempo é herdada dos antepassados e a natureza, por exemplo, serve de indicativo para a realização de atividades cotidianas de trabalho como o plantio, a colheita e, até mesmo, é determinante para a hora de despertar ao amanhecer.

As falas dos entrevistados reforçam esses aspectos quando os mesmos dizem que:

A minha atividade de lazer é o trabalho (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Lazer pra mim é viver bem. Descansar, passear, gostar das coisas, mas... o trabalho tem que estar junto (Homem, 68 anos - Rio Pardinho).

Ah! Lazer tem bastante. Lazer é domingo a gente se encontrar com a família, fazer um churrasquinho, olhar jogo de futebol, adoro olhar jogo, não perco nenhum. Daí nós temos sociedade de damas, quarta-feira eu faço bingo para os idosos, eu digo os novos vão trabalhar, os velhinhos que não podem mais, vão se divertir aqui com nós daí é isso o esporte meu é domingo se reunir com os filhos, olhar o futebol, jogar bingo, até "pife" eu jogo e visitar as pessoas doentes, os vizinhos, tomar um chimarrão, isso a gente sempre faz! (Mulher, 68 anos - Alto Paredão).

Esses fatores podem ser explicados a partir de uma herança cultural da própria definição de cultura que existia na antiguidade, em que prevalecia uma relação direta entre o homem e a natureza. A cultura era considerada como o aprimoramento da própria natureza humana especialmente através da educação, do "cultivo" do corpo e do espírito. Ou seja, a cultura significava "[...] uma *segunda natureza*, que a educação e os costumes acrescentam à primeira natureza, isto é, uma *natureza adquirida*, que melhora, aperfeiçoa e desenvolve a natureza *inata* de cada um" (CHAUÍ, 2006, p. 107).

Considerações Finais

Observa-se que para a população que vive no meio rural o trabalho e o lazer estão diretamente ligados, chegando a se confundir em alguns momentos, diferentemente do que ocorre com a população urbana. Como ressalta Almeida Filho (2003, p. 84) "[...] o homem rural trabalha para viver incorporando o trabalho a sua vida, enquanto que o homem urbano vive para trabalhar, fazendo do mesmo uma obsessão".

Assim, no meio rural o trabalho acaba substituindo o que seriam momentos de prazer entre os adultos e, até mesmo o direito de brincar das crianças em alguns casos é substituído por atividades de trabalho. Em geral, o que se observa é que para o homem do campo não existe a separação entre o tempo para se dedicar ao trabalho, o tempo para se divertir, para as atividades familiares, religiosas ou sociais. Todas elas estão inter-relacionadas e constituem sua própria vida, pois, para o homem

do campo o trabalho pode se converter em uma diversão, assim como o apoio social pode vir da religiosidade ou dos grupos de convivência.

Outro aspecto verificado neste estudo é a importância das relações pessoais, principalmente as relações familiares que também são uma significativa fonte de apoio informal à essa população e, assim, o tema da família ganha espaço no próximo capítulo.

Referências

ALMEIDA F. J. *O Lazer do Meio Rural: Rompendo com o preconceito*. Maceió: Edições Catavento, 2003.

ALVES, D. G.; ASSIS, M. R. de. O desenvolvimento religioso e espiritual e a saúde mental: discutindo alguns de seus significados. *Conexões Psi*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 72-100. 2015. Disponível em: <<http://apl.unisuam.edu.br/revistas/index.php/conexoespsi/article/view/582>>. Acesso em: 15 de nov. 2019.

AMORIM, N. P. *et al.*; Associação da religiosidade com a capacidade funcional em idosos: Uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 5, p. 727-735, 2017.

ASSIS, C. L. de; GOMES, J. M.; ZENTARSKI, L. de O. F. Religiosidade e qualidade de vida na terceira idade: uma revisão bibliográfica a partir da produção científica. *Rever*. São Paulo, v. 13, n. 02, p. 119-148, 2013.

ARAÚJO, M. F. M. *et al.* O papel da religiosidade na promoção da saúde do idoso. *Revista Brasileira em promoção da saúde. Revista Brasileira em Promoção da Saúde*. Fortaleza, v. 21, n. 3, p. 201-208, 2008.

BRASIL. *Constituição*. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. Anais da 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. *Avaliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa: Avanços e Desafios*. Brasília, DF, 2010.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. *Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências*. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. *Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências*. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18842.htm>. Acesso em: 12 out. 2019.

CAMARANO, Ana Amélia. *Muito além dos 60: Os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *Cidadania Cultural: O Direito à Cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

COUTINHO, C. N. Notas sobre Cidadania e Modernidade. *Praia Vermelha - Estudos de Política e Teoria Social*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 145-165, 1997.

COUTO, B. R.; YASBEK, M.C.; SILVA E SILVA, M.O.; RAICHELIS, R. (Orgs.). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

CRESPO, Laura Varela. Os idosos e seus tempos de lazer em família: uma aproximação pedagógico-social. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 16, edição especial, p. 341-353, 2011. Disponível em <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/17913>>. Acesso em: 12 out. 2019.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LAMPERT, Simone Steyer. *Rede de apoio social, resiliência e marcadores imunológicos em idosos cuidadores de pacientes com demência*. 2009. 63f. Dissertação (Mestrado) – Gerontologia

Biomédica, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MEISTER, José Antônio Fracalossi. Lazer e prazer é só fazer. In: DORNELLES, B.; COSTA, G.J.C (Orgs.). *Lazer, realização do ser humano*. Uma abordagem para além dos 60 anos. Porto Alegre: Dora Luzzatto, 2005, p. 13-24.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Cadernos de atenção básica: envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Brasília: 2006.

MORAGAS, Ricardo. *Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida*. São Paulo: Paulinas, 2004.

NERI, Anita Liberalesso. *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: SESC, 2001.

Família: Relações, cultura e antepassados

Introdução

Na segunda metade do século XIX, o processo de modernização e o movimento feminista provocaram profundas mudanças na família e no modelo patriarcal, vigente até então, começando neste período o desenvolvimento da família conjugal moderna, na qual o casamento se dá por escolha dos parceiros, com base no amor romântico, tendo como perspectiva a superação da dicotomia entre amor e sexo com o surgimento de novas formulações para os papéis do homem e da mulher no casamento. A família dentro de uma concepção moderna é vista além de sua estrutura e função, sendo compreendida como um sistema relacional que deve ser estudado de maneira integral pelas instituições (VELÁSQUEZ, 2005).

No entanto, a existência de traços da família patriarcal na família conjugal moderna persistiu até o século XX, fundamentada inclusive na legislação. No Brasil, somente a partir da Constituição de 1988 o papel da mulher e do homem é assumido com igualdade, no que diz respeito aos direitos e deveres na sociedade conjugal (GUEIROS, 2002).

Destaca-se que a família pode ser apresentada sob três formatos básicos: a nuclear (conjugal) constituída pelo tripé pai-mãe-filhos, a “extensa” (consanguínea) que pode ser composta também por outros membros que tenham laços de parentesco e a “abrangente” que inclui os não parentes que coabitam na mesma residência. A estrutura familiar varia conforme a latitude, as épocas históricas, os fatores sociopolíticos, econômicos ou

religiosos, em um dado momento da evolução de determinada cultura (OSÓRIO, 2002).

Para Szymanski (2002) a composição familiar, sua visibilidade, as mudanças por que passa e o aceite por parte da sociedade exige que se leve em consideração as formas de viver em família e as relações interpessoais. É preciso olhar para esse agrupamento humano como um núcleo em torno do qual as pessoas se unem, primordialmente, por razões afetivas, possuindo um projeto de vida em comum, com trocas intersubjetivas, onde transmitem tradições entre as gerações, planejam o futuro, acolhem-se mutuamente, atendem as pessoas idosas e formam crianças e adolescentes.

Ao se falar em família é preciso considerar as mudanças que ocorrem na sociedade, como estão se construindo as novas relações humanas e como as pessoas estão cuidando de suas vidas familiares. As trocas intersubjetivas na família não podem ser vistas isoladamente. As mudanças que ocorrem no mundo afetam a dinâmica familiar como um todo e, de forma particular, cada família conforme sua composição histórica e o seu pertencimento social. Historicamente, as mudanças sofridas pela sociedade interferem consideravelmente na estrutura familiar. As condições econômicas e de trabalho influenciaram na redução do número de filhos e a entrada da mulher no mundo do trabalho originou a necessidade de uma reorganização da unidade familiar.

Cabe destacar que as famílias na década de 1970 eram consideradas extensas no Brasil e havia uma preocupação em relação ao planejamento familiar e ao crescimento populacional, no entanto houve uma mudança em sua configuração e consequentes percentuais que hoje faz com que não se consiga dar conta da reposição populacional.

No estado do Rio Grande do Sul, objeto desta análise, a média anual de crescimento da população no período de 2010 a 2015 foi de 0,10% segundo dados do governo do estado, e, em relação à taxa de fecundidade em 2010, a média de filhos por

mulheres era de 1,8, valor abaixo de reposição populacional que é de dois filhos (FUTURO RS, 2016).

Para Schwartz (2002), o espaço rural costuma aproximar as pessoas por facilitar a convivência, pois mesmo que os filhos se casem, eles constituem sua família morando nas proximidades da casa dos pais ou juntos deles. A rede de apoio familiar do meio rural tem sua organização distinta se compararmos ao meio urbano (BERTUZZI, 2012), pois as famílias rurais têm convivências entre várias gerações, o que colabora para o cuidado diário entre os membros da família enquanto dividem o mesmo espaço (MISSIO, 2003), situação que vem mudando em função da migração do campo para à cidade.

Esta diminuição no tamanho das famílias somada ao envelhecimento gradativo e crescente da população mais idosa, pensando-se na família como fonte de apoio social, pode trazer muitos desafios. Alguns destes desafios serão explanados neste capítulo e refletem os resultados que apareceram durante nossa investigação junto às pessoas idosas do meio rural do município de Santa Cruz do Sul/RS.

A família, os amigos e os vizinhos são elementos importantes no cuidado informal das pessoas idosas. O cônjuge é o elemento preferido pela pessoa idosa e quando este(a) está ausente, buscam ajuda nos(as) filhos(as), outros familiares e só na ausência destes, buscam os amigos. Hernandis (2005) argumenta que a família é a fonte de apoio mais importante, sobretudo para aqueles que possuem alguma dependência, e que a família e os amigos são considerados relações primárias que se caracterizam por serem relações emocionais, íntimas e desta forma serem relações mais duradouras.

Algumas falas representam a importância que as pessoas idosas entrevistadas dão às relações familiares em seu dia a dia:

Eu tenho uma prima que mora lá em Vera Cruz [...] ela se sente muito só, então, ela liga dizendo por favor não me esquece. Eu até falei com meu primo que nós temos que lá visitar ela, porque mês que vem ela faz 70 anos. Dia 03 de agosto ela está de aniversário, daí nós temos que ir lá! [...] Os parentes mais distantes é com ela que a

gente tem mais relacionamento. Porque a família já não é mais tão grande assim, então, nós somos entre 13 irmãos, mas cada um só tem um filho, vai diminuindo, mas assim a gente tem os que moram mais perto a gente se relaciona mais (Mulher, 69 anos – Rio Pardinho).

Eu me dou bem com todo mundo, com os meus irmãos tudo né, nós somos entre seis, aí eu e ela somos solteiras né, aí as crianças, os meus sobrinhos, esses aqui do meu irmão, eles se criaram aqui comigo. [...] Tenho duas irmãs que moram em Santa Cruz, nunca tive problema com os meus irmãos, nem com a vizinhança (Mulher, 63 anos – São José da Reserva).

Borges e Seidl (2012) falam sobre a importância do suporte familiar como determinante na saúde da pessoa idosa e dizem que as redes sociais que são formadas por amigos e familiares têm sido associadas ao enfrentamento eficaz da doença. Em seu estudo, os familiares, principalmente as esposas, são apontados como quem incentiva a busca por tratamento e seu monitoramento.

Em nosso estudo, o modelo de família estudada são descendentes de alemães, que vivem em distritos rurais, prioritariamente da subsistência da cultura do tabaco. Estas localidades tiveram seu surgimento através do progresso da colonização feita pelos colonos alemães. Estes vieram para a cidade de Santa Cruz do Sul/RS quando migraram da Alemanha para o Brasil no século dezoito, o que revela fortes traços culturais (SCHUCH, 2007).

A cultura alemã é muito forte nessa região, possuindo como um traço marcante a intenção em cultivar e propagar suas características entre seus descendentes, através da utilização da língua alemã, dos hábitos e costumes, como os mecanismos utilizados para manterem suas referências de origem. As comunidades criadas pelos alemães contavam com escolas, igrejas e clubes que, além de educarem as crianças de acordo com seus princípios (respeito aos mais velhos, comprometimento com o trabalho, seriedade e responsabilidade), auxiliavam na perpetuação de sua cultura. As mulheres, além de cuidarem da casa e educarem os filhos, auxiliavam seus maridos no trabalho da

lavoura, fazendo com que tivessem certos direitos nas decisões do marido, tendo uma posição mais igualitária na relação conjugal (ROCKENBACH; FLORES, 2004).

Neste estudo, das 236 pessoas idosas que responderam ao questionário, 215 possuem filhos, o que representa 91% da amostra, percentual extremamente significativo. Destes 24,9% residem atualmente com filhos, 9,3% com netos e bisnetos, porém o maior percentual vive apenas com o cônjuge/companheiro 44,8% e ainda existe um pequeno percentual (1,2%) que possui mãe e sogra vivendo junto no domicílio.

A tabela 1 a seguir mostra o percentual sobre as respostas com quem moravam os pesquisados, lembrando que essa é uma questão de múltipla escolha, permitindo aos entrevistados responderem mais de uma alternativa. Cabe ressaltar que o 100% é sobre o número de respostas e não de sujeitos entrevistados.

Tabela 1: Com quem moram os pesquisados:

Mora com	Frequência	Porcentagem válida
Cônjuge/Companheiro	155	44,8
Filhos	86	24,9
Netos/Bisnetos	32	9,3
Genro/Nora ou familiares genro/nora	29	8,4
Sogra	3	0,9
Outros parentes	13	3,8
Cuidador	1	0,3
Mãe	1	0,3
Sozinho	26	7,5
Total	346	100

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

O prolongamento da vida até idades mais avançadas faz com que as famílias convivam entre diferentes gerações e este modelo de família se caracteriza por um maior peso nas relações de reciprocidade entre os seus membros (TUR; OLIVARES, 2005).

Para Massi *et al.* (2016), essas relações em diferentes gerações convivendo simultaneamente no mesmo ambiente acaba ampliando o entendimento sobre o contexto social, pois os jovens aprendem com as histórias das pessoas idosas. Já Pereira *et al.* (2014) defendem a ideia de que essa troca é o caminho para desconstrução de preconceitos que a etapa da velhice enfrenta, pois agora a pessoa idosa passa a ser vista como ator de mudança, de educação e aconselhamento sobre a vida.

Percebemos reciprocidade principalmente com filhos e netos em nossa pesquisa, como pode ser visto nas falas destacadas a seguir:

Aqui em casa é só nós dois... Temos dois filhos, estão bem! Estudaram no Mauá e depois fizeram faculdade. A guria trabalha na Justiça do trabalho e o guri na Caixa federal, foi por tempos gerente lá...os dois estão muito bem! Vem nos visitar sempre quando dá, mas a gente sabe que eles tem a vida deles, os compromissos, né?! (Homem, 78 anos - Rio Pardinho).

Os meus parentes já se foram tudo! (...) Tanto do pai e da mãe! (risos)... Com os meus cinco filhos tudo bem! Eles nos visitam, se preocupam é uma alegria quando vem (Mulher, 69 anos – Rio Pardinho).

Eu e a esposa, hoje só temos em casa um filho de 40 anos que é solteiro, e os demais, dois filhos moram mais longe... Mas o relacionamento é muito bom porque a gente tem que aprender a aceitar que eu não sou mais importante, que eu não sou melhor, eu sou igual os outros. Não pode achar que sabe mais que eles (Homem, 72 anos – Rio Pardinho).

A relação entre gerações pode ter caráter solidário proporcionando ajuda, afeto e atenção. Os avós acabam contribuindo na criação dos netos, tanto por cuidado eventual como de forma frequente, sendo a “casa dos avós”, quando estes moram em outro lugar, uma configuração de poder que os mais velhos exercem sobre as gerações mais novas, sendo esse poder exteriorizado de diversas formas, desde o auxílio financeiro até realizações de pequenas ações no cotidiano familiar (PAULA *et al.*, 2011).

[...] A minha filha só vem fim de semana, a outra vem às vezes, quase todo dia ela vem almoçar com nós. A gente se dá bem né, é filhos com os genros né, [...]. Eu acho que isso é importante né, tu te dar bem, assim as minhas duas netinhas eu tenho, uma tem dez e a outra tem três. Eles vêm pra cá é uma alegria total sabe, não tem explicação, e elas são agarradas com a gente (Homem, 67 anos – São João da Reserva).

Areosa (2008) falando sobre o papel de provedor da pessoa idosa refere que se deve observar principalmente aqueles que além de provedores são cuidadores de netos, filhos, irmãos e até de mães, com a dedicação e a abnegação de coisas que gostariam de estar realizando e a preocupação que possuem com seus dependentes e sua condição de pessoa idosa. A pesquisa da autora mostra que, mesmo após a aposentadoria, às vezes as mulheres cuidadoras sofrem de estresse pelo excesso de atividades na terceira idade.

Sabe-se que o envelhecimento é um processo dinâmico, progressivo, inevitável, com ritmo e características próprias para cada pessoa e que implica em alterações morfofisiológicas que vão repercutir na família, na economia e na sociedade. Conforme o estilo de vida da pessoa, as mudanças funcionais, o contexto socioambiental e a predisposição genética, a pessoa idosa estará mais vulnerável a determinado transtorno crônico-degenerativo do que as demais faixas etárias.

Um exemplo dentre as doenças crônicas, destaca-se a Doença de Alzheimer (DA) que compromete a integridade física, intelectual e social dos pacientes, que geralmente, são pessoas idosas. Essa doença envolve o comprometimento da memória e é caracterizada por múltiplos déficits cognitivos que gera perda progressiva da capacidade funcional (CRUZ *et al.*, 2015). No Brasil é registrado atualmente em torno de 1,4 milhões de casos da doença por ano (ABRAZ, 2019). Hoje essa doença é considerada a quarta maior causa de morte entre pessoas idosas de 75 a 84 anos de idade (VENTURA *et al.*, 2018).

É importante salientar que mesmo com o padrão das famílias nucleares - monogâmica e patriarcal - grande parte das pessoas

residentes em ambiente rural estão inseridas no que se considera como família extensa. Essa denominação foi introduzida com a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências (ECA), na lei 12.010/09, no parágrafo único do artigo 25, que descreve a família extensa ou ampliada como aquela que se estende além da unidade de pais e filhos ou casal, ela é formada por parentes próximos e também mantém vínculos afetivos (BRASIL, 2009).

Como as famílias que vivem no contexto rural muitas vezes ainda são famílias maiores pela característica da propriedade agrícola, encontramos em nossa amostra famílias compostas desde mais de cinco integrantes (4,7%) até famílias nucleares compostas pelo casal (53%) e, o que mais chamou atenção foi o fato de mesmo no campo encontrarmos pessoas idosas vivendo sozinhas (10,6%). Quando comparado ao meio urbano, Martins *et al.* (2007) diz que a cidade tem a quantidade de vizinhos e laços afetivos menores entre as pessoas, mas os filhos vivem mais com os pais por ter os estudos na cidade.

Tabela 2. Número de pessoas que residem no domicílio

Quantas pessoas moram na sua residência	Frequência	Porcentagem válida
Moro sozinho	25	10,6
Duas pessoas	125	53,0
Três pessoas	44	18,6
Quatro pessoas	19	8,1
Cinco pessoas	12	5,1
Mais de cinco pessoas	11	4,7
Total	236	100,0

Fonte: Estudo socioeconômico e demográfico da população idosa no meio rural do município de Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

Na nossa pesquisa foi possível perceber que a maioria dos entrevistados faziam parte de uma família constituída por duas pessoas, ou seja, os cônjuges. As pessoas idosas residentes na área rural, disseram que seus filhos foram embora por questões de

estudo ou trabalho, mas visitam regularmente os pais. Assim como a estrutura familiar, a autonomia do agricultor também está passando por transformações diante da dependência ao capital financeiro e à agroindústria; isso resulta em incertezas quanto ao papel dos filhos em relação a propriedade (ZAGO, 2016).

Quando falamos de família nuclear, estamos citando o modelo constituído por mãe, pai e filhos(as). Essa é uma concepção construída historicamente, que corresponde ao modelo hegemônico da família tradicional burguesa, originada da união de um casal por laços legítimos e legais (SILVA, 2005; SZYMANSKI, 2002). Essa estrutura está vinculada a determinada cultura e tende a ser uma característica da classe média (PRADO, 2017), visto que há vários fatores que influenciam essa divisão dos membros da família; um exemplo é a renda que favorece a autonomia dos descendentes.

Por ser um padrão determinado pela história, esse modelo nuclear também carrega mudanças sociais e afetivas quando falamos do papel da maternidade, pois a mulher foi disposta nessa tarefa, tornando-a essencial para a sobrevivência da família (FLANDRIN, 1992; FAVARO, 2007). Como foi reforçado pela cultura ocidental e patriarcal, segundo Gomes e Resende (2004), ficou reservado ao homem a função de provedor que resultou em um distanciamento do pai no contexto doméstico onde a mulher e as crianças estão inseridas. Esses papéis adotados pelos membros da família provocaram mudanças nas relações entre pai e filhos(as) e mãe e filhos(as), tornando-as diferentes (SILVA; PICCININI, 2007).

Sob esse ponto de vista, a coexistência dessas estruturas familiares além de ter ampliado o conceito família possibilitou que as relações fossem se modificando dentro da estrutura familiar. O ambiente torna o sujeito mais dinâmico enquanto a relação intervém no cenário de crenças, ações e reações que estão em constante mudança. Conforme a influência familiar vem se transformando o tempo todo, suas implicações na sociedade também têm mudado (VASCONCELOS, 2016).

A família permite um sistema constituído por diversas gerações relacionando-se entre si. Segundo Schuler e Dias (2018), essa convivência resulta em uma influência no comportamento de cada um dos membros.

Eu acho que tudo isso é uma grande lição de vida que a gente leva, né! Os velhos, os antigos também sabiam, né, em tantos em tantos dias vai chover, sinal de chuva, então tudo coisas que eu observo muito hoje! (Mulher, 69 anos – Rio Pardinho).

Encontramos nos relatos a importância que as pessoas idosas atribuem à herança de valores recebidos de seus antepassados e como isso está presente em seu cotidiano.

Esses conhecimentos, no contexto trabalho ou na valoração de relações, que são transferidos às próximas gerações, podemos chamar de cultura popular. O conceito “cultura” pode ser definido como um conjunto de criação, nascimento ou posição social, que se traduz em ideias e comportamentos passadas adiante (MINTZ, 2010). Segundo Mintz (2010), quando Edward Burnett Tylor empregou o termo “cultura” pela primeira vez, ele referiu-se a todos os produtos de comportamento, espiritual e material da sociedade.

Para Santos e Dias (2008), viver em uma família com distintas gerações coexistindo juntas provoca mudanças na vida da pessoa idosa, uma vez que modifica a forma de pensar, agir e se relacionar com as outras gerações.

Cada um ensina seus filhos conforme (sabe), eu mesmo ensinei os meus conforme meus pais me ensinaram; A cumprir horário, estudar... Os meus (pais) até não puderam dar estudo para nós porque éramos nove irmãos... (Homem, 67 anos – Rio Pardinho).

É indispensável lembrar que nossas escolhas de vida e decisões estão diretamente interligadas com nossa história de vida, valores e princípios recebidos (TAMANINI; PEIXER, 2007). Desta forma, há uma grande valorização por parte das pessoas

entrevistadas no que se refere a transmissão de valores da geração anterior passada para eles.

[...] Uma lição de vida que eu posso passar para as pessoas é uma lição de vida que eu ganhei do meu pai (...) Ele tinha bens, mas a maior herança que eu ganhei do meu pai é a educação e o respeito ao ser humano, isso foi muito marcante na minha vida (Homem, 61 anos - Rio Pardinho).

Observamos que a valorização dos costumes e da cultura que foram recebidos de seus avós, pais, também está ligada com a responsabilidade de passar adiante essa sabedoria recebida e a experiência adquirida ao longo da vida aos seus descendentes.

Isso vai passando de geração em geração, porque nós aprendemos uma coisa muito bonita; Ter respeito com as pessoas mais velhas, não rejeitar só porque alguém é mais pobre... Rejeição é muito horrível, né?! (...) A gente está sempre seguindo, um exemplo é com os netos, as minhas filhas com os meus netos seguem a influência que veio de geração dos avós (Mulher, 64 anos - Alto Paredão).

Essa troca intergeracional é necessária pela questão da adaptação das pessoas idosas frente às demandas que as crianças ou adolescentes exigem durante as atividades do cotidiano (ARENDDT, 2000). Para Paula (2011) essas novas demandas podem ser justificadas devido ao contexto social e mundial, que conseqüentemente também afeta os relacionamentos.

Além do mais, quando falamos de herança familiar em um contexto que está vinculado ao meio rural, é natural que muito dessa transmissão esteja ligada ao campo, como podemos ver nessas falas:

Aprendi muito com eles! Coisas de roça, de atender a família quando alguém precisa, de ser decente, tudo tudo (Mulher, 64 anos - Rio Pardinho).

[...] Desde pequena os pais botavam regras de ter que trabalhar em casa e de ajudar, para depois ser alguém na vida, né? Pra depois saber fazer alguma coisa pelo menos (Mulher, 96 anos - Monte Alverne).

É possível ver novamente a troca geracional, uma memória coletiva criada a partir de familiares que já não estão presentes, que permite uma continuidade do legado e enraizamento da cultura dos antepassados, uma vez que esse ofício reproduz ensinamentos significativos para os membros da família que virão a seguir.

Segundo antropólogos clássicos, como Fortes (1958, traduzido por RAMOS em 2011), há três fases universais que o núcleo familiar passa: 1) A formação inicial que em geral se origina do casamento; 2) A expansão que se dá ao nascimento dos filhos; e 3) O declínio que é quando os filhos adultos saem de casa para estabelecer suas vidas e começar seus próprios núcleos. Esse rompimento acarreta na geração mais antiga o sentimento de “ninho vazio”. Mesmo essas etapas não sendo tão nítidas, para Peixoto (2004) o nascimento dos netos acarreta na formação de um novo núcleo familiar.

A solidão que acomete muitas das pessoas após a saída dos filhos de casa ou da aposentadoria é mais um dos desafios que as pessoas idosas que vivem nos distritos pesquisados precisam superar e saber como conduzir nesta fase da vida. A seguir, os relatos trazem formas como os mesmos vem lidando com essa questão:

Olha eu moro com meu marido e é bem tranquilo! Porque eu era separada e ele viúvo, né, então ele tem os filhos dele e eu tenho o meu, né, eu tenho só um né, ele mora lá em Boqueirão e os deles moram em Santa Cruz (...) Quando eles vem, né, a gente fica faceira, eu tenho um neto também que já estuda em Santa Maria Agronomia,[...] né, então eu digo a família aumenta, né, [...]. A gente nunca está sozinho... (Mulher, 69 anos – Rio Pardinho)

[...] os irmãos têm uma que vem! Mas, me dou bem com todo mundo... Os filhos vem, né?! Quem não vem assim, muito seguido são os irmãos que também moram longe, né?! Eu gosto quando os filhos vêm! Me sinto bem [...] antigamente a mesa era cheia, né?! Claro que antigamente as pessoas vinham mais seguido né?! Que nem hoje todo mundo tem família... (Mulher, 96 anos – Monte Alverne).

Para Wagner (2005), o período em que ocorre esse desligamento acaba sendo um momento de mudanças, que pode

proporcionar momentos de crescimento a todos os membros envolvidos da família.

Tratando esse tema familiar, é possível perceber a importância e o valor que os entrevistados atribuem às relações familiares. A troca entre gerações coopera na inserção e atualização da pessoa idosa no meio social e dentro do núcleo familiar, contribuindo assim para um processo de envelhecimento saudável.

Observamos também a influência que os antepassados têm sob seus familiares, e como esses valores, em se tratando do meio rural, estão envolvidos com o trabalho no campo. Foi bastante enfatizado, na fala dos entrevistados, a importância de passar adiante a educação e o respeito ao próximo, especialmente para com as pessoas com mais idade.

Considerações finais

A diminuição no tamanho das famílias somada ao envelhecimento gradativo e crescente da população mais idosa, à longevidade e à mudança nos papéis assumidos pelas mulheres na atualidade apareceram durante nossa investigação junto às pessoas idosas do meio rural do município de Santa Cruz do Sul/RS.

A família, como vimos em nossa pesquisa, é percebida pela população idosa como muito importante para sua vida, seu bem-estar e principal fonte de apoio social. As relações estabelecidas ao longo da vida com os parentes, mas principalmente filhos e netos, é central.

Os conhecimentos adquiridos através dos avós e dos pais hoje são repassados pelos entrevistados aos filhos e netos, como forma de manter a cultura e os valores que foram construídos ao longo do tempo. Dentro desta temática do repasse cultural, cabe destacar o fenômeno das representações sociais que também é construído socialmente através das relações e repassado entre os membros das famílias, assunto que será aprofundado a seguir.

Referências

Associação Brasileira de Alzheimer (ABRAZ). *O que é Alzheimer*. São Paulo: ABRAZ, 2019. Disponível em: <<http://abraz.org.br/web/sobre-alzheimer/o-que-e-alzheimer>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

ARENDDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed. São Paulo: Perspectiva; 2000.

AREOSA, S. V. C. Envelhecimento, contexto social e relações familiares: o idoso, de assistido a provedor da família. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUCRS, 2008.

BERTUZZI, D., PASKULIN, L. G. M., MORAIS, E. P. Arranjos e rede de apoio familiar de idosos que vivem em uma área rural. *Texto Contexto Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 158-166, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tce/v21n1/a18v21n1.pdf>> . Acesso em: 25. nov. 2019.

BORGES, L. M.; SEIDL, E. M. F. Percepções e Comportamentos de Cuidados com a Saúde entre Homens Idosos. *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília, DF, v. 32, n. 1, p. 66-81, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932012000100006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 12 dez. 2019.

BRASIL. *Lei nº 12.010/09, de 03 de agosto de 2009*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências: seção 2, Brasília, DF, n. 25, ago. 2009.

CRUZ, T. J. P.; SÁ, S. P. C.; LINDOLPHO, M. C.; CALDAS, C. P. “Estimulação cognitiva para idoso com Doença de Alzheimer realizada pelo cuidador”. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 68, n. 3, p. 510-516, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reben/v68n3/0034-7167-reben-68-03-0510.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

FAVARO, C. Mulher e família: Um binômio (quase) inseparável. In: M. N. STREY, J. A. S. NETO, R. L. HORTA (Org.). *Família e gênero*. Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 39-56, 2007.

FLANDRIN, J. *Família: Parentesco, casa e sexualidade na sociedade antiga*. Lisboa: Estampa, 1992.

FORTES, M. O ciclo de desenvolvimento do grupo doméstico. Tradução de Alcida Rita Ramos. *Cadernos de Antropologia*. Brasília: DAN/UnB, v. 1, 2011. Disponível em: <<http://www.dan.unb.br/images/pdf/serie-traducao/st%2005.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2019.

FUTURO RS. Agenda de desenvolvimento: O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas de saúde e educação (Cadernos para o futuro 2). *Departamento de Planejamento – RS*. Porto Alegre: Secretaria do Planejamento, Mobilidade e Desenvolvimento, n. 2, 2016.

GOMES, A. J. S., RESENDE, V. R. O pai presente: O desvelar da paternidade em uma família contemporânea. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 20, n. 2, p. 119-125, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v20n2/a04v20n2.pdf>> . Acesso em: 11 dez. 2019.

GUEIROS, D. A. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. *Revista Serviço Social & Sociedade: Famílias*, v. 23, n. 71, ano XXIII, p. 102-121, 2002.

HERNANDIS, Sacramento Pinazo. El apoyo social y las relaciones sociales de las personas mayores. In: HERNANDIS, Sacramento Pinazo; MARTINEZ, Mariano Sánchez (Orgs.). *Gerontología: Actualización, innovación y propuestas*. Madrid: Pearson Educación S.A., p. 221-256, 2005.

MARTINS, C. R. *et al.* AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA SUBJETIVA DOS IDOSOS: uma comparação entre os residentes em cidades rurais e urbanas. *Estudos Interdisciplinares Sobre o Envelhecimento*. v. 11, p. 135-154, 2007. Disponível em: <<https://www.seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/4817/2715>>.

Acesso em: 14 nov. 2019.

MASSI, G. *et al.* Impacto de atividades dialógicas intergeracionais na percepção de crianças, adolescentes e idosos. *Rev. CEFAC*, v. 18, n. 2, p. 399-407, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-18462016000200399&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 nov. 2019.

MINTZ, S. W. *Cultura: uma visão antropológica*. Tempo, Niterói, v. 14, n. 28, p. 223-237, Jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042010000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MISSIO, M., PORTELLA, M. R. Atenção aos idosos rurais no contexto da família: um desafio para a equipe do Programa Saúde da Família. *Boletim da Saúde*, v. 17, n. 2, p. 25-36, 2003. Disponível em: <<http://www.boletimdasaude.rs.gov.br/conteudo/1249/atencao-aos-idosos-rurais-no-contexto-da-familia-um-desafio-para-a-equipe-do-programa-saude-da-familia>> Acesso em: 27 nov. 2019.

OSÓRIO, L. C. *Casais e famílias: Uma visão contemporânea*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

PAULA, F. V. de, SILVA *et al.* Avós e netos no século XXI: Autoridade, afeto e medo. *Revista da Rede de Enfermagem do Nordeste*, v. 12, n. esp., p. 913-921, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4477/1/2011_art_mepbessa.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2019.

PEIXOTO, C. E. Aposentadoria: retorno ao trabalho e solidariedade familiar. In: PEIXOTO, C. E. (Org.). *Família e envelhecimento*. Rio de Janeiro: FGV, p. 57-84, 2004.

PEREIRA, R. F., FREITAS, M. C., & FERREIRA, M. A. (2014). Velhice para os adolescentes: abordagem das representações sociais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 67, n. 4, p. 601-609. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/0034-7167.2014670416>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PRADO, Danda. *O que é família: Primeiros passos*. São Paulo: Brasiliense, 2017.

ROCKENBACH, S. A; FLORES, H. A. H. *Imigração alemã 180 anos: história e cultura*. Porto Alegre, Companhia Riograndense de Artes gráficas, p. 71, 2004.

SANTOS, I. E, DIAS, C. M. S.B. Homem idoso: vivência de papéis desempenhados ao longo do ciclo vital da família. *Aletheia*, v. 27, p. 98-110, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/aletheia/n27/n27a08.pdf>>. Acesso em: 06 dez. 2019.

SCHWARTZ, E. *O viver, o adoecer e o cuidar das famílias de uma comunidade rural do extremo sul do Brasil: uma perspectiva ecológica*. 2002. Tese (Pós-Graduação em Enfermagem) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

SCHUCH, H. J. *Sociedades Alemãs: a cultura através dos tempos*. Porto Alegre: Companhia Riograndense de Artes gráficas, 2007.

SCHULER, E.; DIAS, C. M. S. B. "Geração Sobremesa": Estudo de casos múltiplos acerca do papel dos bisavós na família multigeracional. *Investigação Qualitativa em Saúde*, Pernambuco, v. 2, p. 1507-1518, 2018. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2018/article/view/1936/1886>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

SILVA, C. E. *História e desenvolvimento do conceito de família*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

SILVA, M. R., & PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: Um estudo qualitativo. *Estudos de Psicologia*, v. 24, n. 4, p. 561-573, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v24n4/v24n4a15.pdf>>. Acesso em: 02. nov. 2019.

SZYMANSKI, H. Educação para família: Uma proposta de trabalho preventivo. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, v. 1, n. 4, p 34-39, 2002. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/jhgd/article/view/37714/40439>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

_____. Viver em Família Como Experiência de Cuidado Mútuo: Desafios de um Mundo em Mudança. *Revista Serviço Social & Sociedade: Famílias*, v. 23, n. 71, ano XXIII, p. 9-25, 2002.

TAMANINI, E.; PEIXER, Z.I. "Água mole em pedra dura tanto bate até que fura": Educação popular e herança cultural no século XXI. *Revista Arqueologia Pública*. São Paulo, n. 2, p. 23-32, 2007. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8635808/3512>>. Acesso em: 03 nov. 2019.

TUR, C. T.; OLIVARES, M. J. O. Las relaciones abuelos-nietos. In: HERNANDIS, Sacramento Pinazo; MARTINEZ, Mariano

Sánchez. *Gerontología: Actualización, innovación y propuestas*. Madrid: Pearson Educación S.A., p. 259-288, 2005.

VASCONCELOS, Esteves De. Epistemologia Sistêmica: pensamento sistêmico novo paradigmático. In: Aun, J. G.; Esteves de Vasconcelos, M. J.; Coelho, S. V. (Org.), 1. *Fundamentos teóricos e epistemológicos*. Belo Horizonte: Ophicina Arte & Prosa, 2016.

VELÁSQUEZ, Ángela Maria Quintero. La mujer y sus derechos desde la función familiar. *Convergencia: Revista de Ciencias Sociales*. México: Universidad Autónoma del Estado de México, v. 12, n.38, p. 43-58, maio/ago., 2005. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-14352005000200043>. Acesso em: 04. set. 2019.

VENTURA, H. N. *et al.* Saúde do Idoso com doença de Alzheimer: revisão integrativa. *Revista Fundamental Care Online*, v. 10, n. 4, p. 941-944, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.9789/2175-5361,2018,v10i4.941-944>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

WAGNER, A. *Como se perpetua a família?* Transmissão dos modelos familiares. EDIPUCRS, 2005.

ZAGO, N. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21, n. 64, p. 61-78, 2016. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/275/27543071004.pdf>>. Acesso em: 5 nov. 2019.

As representações sociais do envelhecimento no meio rural

Introdução

Este capítulo tem como objetivo apresentar e discutir as percepções das pessoas idosas do meio rural do município de Santa Cruz do Sul/RS sobre o envelhecimento. Os resultados apresentados fizeram parte da parte qualitativa da pesquisa, de caráter exploratório-descritivo, que teve como foco de análise as representações sociais construídas pela população idosa. Mesmo já tendo sido mostrado o panorama do envelhecimento populacional em outros momentos neste livro retoma-se aqui para aprofundamento agora sob a perspectiva das representações sociais.

O envelhecimento da população é fato conhecido e ocorre progressivamente, não somente no Brasil como também em diversos países do mundo, sejam eles desenvolvidos, emergentes ou subdesenvolvidos. No Brasil, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) haverá uma proporção de pessoas idosas de 18,6% em 2030 e de 33,7% em 2060. Em 2060, de acordo com o cálculo populacional o número de pessoas idosas poderá atingir a marca de 58,4 milhões (FERNANDES *et al.*, 2015). Esse ritmo acelerado de crescimento no Brasil, se deve principalmente ao aumento da expectativa de vida, diminuição das taxas de natalidade, adoção de métodos contraceptivos, elevação do grau de escolaridade da mulher e conseqüentemente maior envolvimento no mercado de trabalho (TAVARES *et al.*, 2011).

Sabe-se que ao envelhecermos as capacidades funcionais diminuem e também o corpo se transforma conforme o avanço da

idade. Os cabelos assumem uma nova cor, o andar se torna mais lento, os músculos e a pele se tornam flácidos, entre outras ocorrências biológicas. Há também algumas perdas nos aspectos cognitivos, auditivos, na capacidade de comunicação, coordenação e atenção (TORRES *et al.*, 2015).

Devido aos acometimentos naturais do envelhecimento, observamos que se constroem socialmente certas narrativas a respeito desta etapa da vida em determinados contextos culturais e históricos. Como o corpo “velho” é um produto social, ele é diariamente atravessado por crenças que compactuam para a criação e reafirmação de estereótipos, muitas vezes negativos (AGUIAR, 2018). Isso ocorre devido às atribuições ligadas ao conceito tradicional de velhice, que estão relacionadas à estagnação e improdutividade, apego a valores ultrapassados e isolamento (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 8).

Esses preconceitos estão ligados a representações disseminadas socialmente sobre o “ser velho”. As representações sociais são um tipo de saber que está na essência dos seres humanos, que nascem em contextos simbólicos e culturais já estabelecidos. Através desse conhecimento as pessoas assimilam, intuitivamente, determinadas categorias morais, como o bom e o ruim, o aceitável e o não-aceitável (MARKOVÁ, 2006). Isso ocorre com os significados atribuídos ao envelhecimento que, em grande parte da literatura, carrega consigo conotações pejorativas, como veremos mais adiante.

Conhecer as ideias das pessoas idosas sobre o envelhecimento, nos possibilita adentrar em um campo repleto de significados que nos remetem à memória social. Também, a visão desta fase da vida para a população idosa rural possui aspectos diferenciados de representações sociais mais amplas (TAVARES *et al.*, 2013). Ao identificar essas percepções e o estilo de vida destas pessoas idosas, poderemos verificar a interferência do contexto onde vivem e como constroem essas percepções.

A razão de elegermos como participantes da pesquisa a população idosa rural, está relacionada ao fato de que as experiências no meio rural são pouco discutidas nos estudos sobre

o envelhecimento. Nos últimos anos, observamos muitos debates sobre juventude rural, mas pouco se discutiu sobre a temática do envelhecimento nesse meio. Provavelmente, essa questão ainda é permeada pela ilusão de que o Brasil é um país de jovens. Todavia, como mostramos mais acima, as projeções do Censo do IBGE indicam que se hoje temos 10% da população brasileira com idade acima de 65 anos, em 2024 esse percentual será o dobro. Também, acreditamos ser importante investigar que outras alternativas são encontradas pelas pessoas idosas para lidar com a realidade do campo: quais lembranças mantêm vivas, quais relações estabelecem, quais os traços culturais que perpetuam e, de uma forma geral, o que dá sentido à sua vida. Seguramente, os idosos neste contexto, guardam em sua memória social uma riqueza de detalhes sobre a trajetória da vida no meio rural e seu processo de envelhecimento. Ao mesmo tempo, essa pesquisa tentou possibilitar à população idosa ser ouvida sobre seu conhecimento, suas experiências e suas vivências no meio rural.

Representações Sociais do Envelhecimento

Atualmente, o Brasil é considerado o sexto país mais velho do mundo, perdendo apenas para o Japão, Itália e outros países da Europa e América do Norte. A expectativa de vida dos brasileiros é de aproximadamente 70 anos, com previsão de chegar aos 75 anos em 2025. Esta cresce em uma velocidade maior em relação aos países europeus, que levaram aproximadamente 140 anos para envelhecer (MINAYO; COIMBRA, 2002).

A respeito das concepções e pesquisas realizadas sobre a questão da velhice e do envelhecimento, observamos que, para as pessoas que se encontram em idade avançada existem fronteiras que separam o conceito de “velho” com o “velho doente”, havendo assim um distanciamento entre os aspectos físicos e biológicos do desenvolvimento psicológico. Isto quer dizer que as pessoas idosas possuem consciência de sua idade biológica

avançada, porém a idade nem sempre acompanha a mentalidade de quem enfrenta esse processo (DEBERT, 2016).

Estudos realizados por Torres (2015) e Morais (2017) nos mostram que algumas pessoas negam o processo de envelhecimento, acreditando em um prolongamento da idade mínima (60 anos) para que um indivíduo seja considerado velho. Nos relatos de fala das referidas pesquisas, algumas pessoas idosas consideram que a velhice só aparece a partir dos 70 anos, o que demonstra um possível indício de que as pessoas idosas não querem se reconhecer como velhos, pois a imagem da velhice é negativamente aceita pela sociedade. Isso se dá, também, pelo fato de que variavelmente, as pessoas idosas alegam não possuir uma mentalidade velha, pois se sentem bem em termos de saúde e estão certas de sua autonomia e independência. (TORRES, 2015; MORAIS, 2017; DEBERT, 2016). Observa-se nos estudos apresentados que as percepções mais abrangentes acerca da velhice partem de ideias disseminadas socialmente de que o ser velho representa algo negativo e pejorativo. Essas representações são carregadas de significados que ultrapassam a barreira do tempo e são perpetuadas por toda a sociedade e inclusive pela própria população idosa (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Esses aspectos nos remetem ao entendimento do que são as representações sociais. Elas são um conhecimento transmitido de geração em geração através de experiências diárias de comunicação, da memória coletiva e das instituições. Também são perpetuadas, através da cultura, das tradições, da linguagem e do próprio pensamento social. Como afirma Marková (2006): “Esses fenômenos formam as realidades sociais e ficam impressos no conhecimento do senso comum” (p. 191). As percepções que formam as representações sociais estão tão acomodadas na mente através dos tempos que, frequentemente, não há necessidade de questionar se o que é observado ou comunicado está correto ou não. O conhecimento de senso comum, que revela as representações, é aceito como certeza e não deixa nenhum espaço para dúvidas pois é socialmente estabelecido.

As representações também são consideradas fenômenos sociais porque se constituem através da partilha de significados e das relações entre as pessoas (JOVCHELOVITCH, 2008). Estas interações têm como objetivo a constituição de mentalidades e crenças que influenciam sobre os comportamentos dos indivíduos que interagem entre si. Assim, as pessoas formam ideias e saberes comuns sobre a realidade que representam, o que lhes possibilita um sentimento de identidade e pertença dentro de uma comunidade. Essa dimensão, que chamamos simbólica, forma “um conjunto de regularidades empíricas que compreendem ideias, valores e práticas de comunidades humanas sobre objetos sociais específicos” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 45). Podemos constatar, dessa maneira, que as representações guiam nossas ações do dia-a-dia e estão tão penetradas em nossas vidas, que elas constituem a realidade (MOSCOVICI, 2003).

Afirmamos, nesse sentido, que no imaginário social a designação “velho” está associada ao estágio correspondente ao final da vida, com inúmeros significados depreciativos. Dentre eles, está que o envelhecimento acarreta a diminuição da capacidade pessoal e funcional; refere-se a pessoa dependente e não possui força, vontade, vida, ou seja, trata-se de um doente, incapacitado. A representação social da velhice, como vemos, é negativa e atribui à população idosa, enquanto grupo, as características ruins do pior estágio da velhice como a doença crônica, a incompetência, a incapacidade física e mental. Configura-se dessa forma uma desqualificação da pessoa idosa, que vai desembocar na sua estigmatização e tirar-lhe a particularidade de seu envelhecimento (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Sendo assim, as representações sociais são maneiras de pensar e agir na vida cotidiana. Elas descrevem relações comuns entre os indivíduos, uma vez que “se manifestam no discurso público e no pensar social sobre os fenômenos que tocam as realidades sociais” (GUARESCHI, 2007, p. 33). As representações são objetos do trabalho social e simbólico e através do diálogo podem ser colocadas dentro de teorias que são familiares e aceitáveis numa comunidade.

Elas são necessárias porque satisfazem às necessidades dos indivíduos e coletividades e pelo fato de construírem pensamentos comuns que permitem a formação de um vínculo social e estabelecer o prolongamento da comunicação da ideia. Por essas razões, as concepções sociais do envelhecimento ainda permanecem arraigadas no imaginário social em seu sentido negativo.

Os significados pejorativos do envelhecimento nos levam a perguntar qual a relação entre representações sociais e ideologia, tomando por ideologia o uso das formas simbólicas (representações) para criar, manter ou sustentar relações assimétricas, de dominação, onde o sentido (significado) das formas simbólicas está a serviço do poder (THOMPSON, 2002). Assim, questionamos a serviço de quais interesses está a disseminação de ideias que representam a fase tardia da vida como de inutilidade e decadência, ao invés de compreendermos como um momento de novas experiências e ressignificação de aspectos passados. As representações negativas pretendem universalizar um processo que é individual a cada pessoa. O envelhecimento tem características próprias decorrentes da história de vida de cada um, das opções feitas, das situações do presente, das possíveis doenças e do contexto social (RODRIGUES; SOARES, 2006).

Contudo, o fato das representações sociais serem formas simbólicas faz com que elas possam tornar-se ideológicas, mas não as torna necessariamente. É por isso que o estudo das representações e da ideologia requer que investiguemos como o sentido é mobilizado pelas formas simbólicas em contextos específicos dentro dos quais elas são empregadas e articuladas em sua construção. Somente desse modo poderemos averiguar se o sentido é usado ou não para manter relações de poder assimétricas. Questionar se as representações sociais são ideológicas nos coloca diante da necessidade de dar visibilidade à forma como elas se estruturam e é isso que tentaremos articular no item que segue.

Representações Sociais do envelhecimento na perspectiva da população idosa rural de Santa Cruz do Sul

Antes de iniciarmos a apresentação dos dados qualitativos da pesquisa com a população idosa rural sobre suas concepções sobre o envelhecimento, precisamos fazer um esclarecimento dos processos que ocorrem na construção dos significados em termos representacionais. Como discutimos anteriormente, as representações são construídas através da interação entre as pessoas e têm como objetivo tornar familiar (conhecido) algo não-familiar (desconhecido). O ato de representar nos faz transformar o que é estranho, perturbador, ameaçador em algo conhecido, baseado em experiências e classificações anteriores que possibilitam colocar o novo para dentro de nós e o tornar habitual. Essa transferência acontece através da ancoragem que significa reduzir ideias estranhas a categorias e imagens comuns, ou seja, conectar novas informações a algo conhecido. Se o dado estranho é classificado como semelhante a outros, qualquer opinião que se relacione com aquela categoria irá se identificar com o objeto ou com a ideia. Essa classificação garante um mínimo de coerência entre desconhecido e conhecido (MOSCOVICI, 2003).

Assim como a ancoragem, as representações, por criarem realidades, também têm a tarefa da objetivação. Neste sentido, objetivar refere-se a transformar algo abstrato em algo quase concreto, transformar o que está na mente em algo que exista no mundo físico. “Une a ideia de não familiaridade com a de realidade, torna-se verdadeira essência da realidade. Toda representação torna real, realiza, um nível diferente da realidade” (MOSCOVICI, 2003, p. 61). Contudo, mesmo criando a realidade, as representações são constantemente reformuladas, o que lhe atribui a característica de dinamicidade. Conforme há mudança nos interesses humanos, novas representações são criadas. “As representações são estruturas que conseguiram certa estabilidade através da transformação de uma estrutura anterior” (MOSCOVICI, 2003, p. 61).

Metodologicamente falando, quando nos debruçamos sobre os processos de ancoragem e objetivação, fazemos a tentativa de compreender a maneira como o grupo pensa a si mesmo, em suas relações com os objetos que os afetam. A teoria das representações sociais fornece um referencial interpretativo tanto para tornar as representações sociais visíveis, como para torná-las inteligíveis como formas de prática social.

Desse modo, como vimos anteriormente, as representações sociais mais gerais em relação ao envelhecimento o compreendem como um processo negativo, de debilidade, doença e isolamento. As percepções que veremos a seguir são oriundas do resultado da pesquisa com a população idosa rural. Observamos que os diferentes termos utilizados para abordar o processo do envelhecimento, como “velhice”, “envelhecimento”, “idoso”, assumem significados diferentes para as pessoas idosas do contexto rural. Algumas percepções ainda estão ancoradas nas representações disseminadas socialmente, como discutimos no item acima. Outras já se transformaram, como mostraremos a seguir.

No roteiro da entrevista que intencionava obter as representações sociais sobre o envelhecimento, foram realizadas três perguntas a esse respeito: 1) o que representa a velhice para o senhor; 2) o que significa o envelhecimento para você? 3) o que significa a palavra idoso para o senhor? O objetivo dessas questões era verificar se surgiam diferenças na compreensão das pessoas idosas, dependendo do termo utilizado.

A primeira delas diz respeito às representações sobre a **velhice**. As falas dos participantes abaixo, reflete opiniões semelhantes às representações sociais mais abrangentes:

Não deve pensar naquela coisa de ficar velho, a gente tem que pensar que é jovem. Vou indo, estou trabalhando, estou fazendo minhas partes, as minhas coisas, divertimento, passatempo (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

A gente pensa, né? É estou ficando velho... Mas, eu acho assim, envelhecer tu não pode botar na cabeça: ah! eu estou ficando velho, não posso isso, não posso aquilo!

Eu acho que depende da gente encarar a idade que é normal, né? Acontecer. Mas a gente tem que saber lidar com isso, né? (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Pois é, aí é uma coisa né? A velhice é aquilo, ficar sozinho né? O velho, a pessoa idosa, a velhice. Ficar abandonada, daí isso é uma coisa, isso é ruim, isso que eu digo (Mulher, 63 anos - São José da Reserva)

Observa-se nas falas que os significados atribuídos ao **velho**, remetem ao abandono, à improdutividade e à solidão. De acordo com a literatura, os termos **velho** ou **velhote** eram historicamente utilizados pelos membros da sociedade para reforçar a exclusão daqueles que eram considerados inválidos, desfavorecidos e excluídos do ponto de vista social. O tratamento que as pessoas idosas recebiam era pautado em políticas excludentes, tendo o asilo como seu principal retrato (RODRIGUES; SOARES, 2006). Silva (2008) traça a historicidade dos termos relacionados ao envelhecimento e refere que o conceito de “**velhice**” foi utilizado como justificativa para realizar campanhas pelos direitos à aposentadoria, tomando-as como estratégia para reivindicar a instalação de políticas de atenção à velhice. Contudo, a consequência gerada foi realizar a associação entre velhice e invalidez, que é confirmada com a vigência da aposentadoria, que remete ao ócio e a incapacidade.

A visão negativa e deficitária do envelhecimento pode ser entendida também como uma característica de sociedades centradas na produção, no lucro e no rendimento que tendem a dar preferência pela juventude e dinamismo (FERREIRA *et al.*, 2010) Podemos perceber, a partir dessas afirmações, o caráter ideológico associado a palavra “**velhice**”, que compreende que a disseminação do caráter pejorativo da palavra, tem como imperativo a valorização do jovem, considerado como aquele capaz de elevar os padrões de riqueza de uma sociedade. Para Simson, Neri e Cachioni (2006), existem grupos sociais que defendem os princípios industriais e capitalistas e que reforçam o ideário do envelhecimento enquanto sinônimo de improdutividade, tornando-o uma categoria social. Nessas sociedades, a pessoa idosa é desvalorizada por não poder

produzir de acordo com a demanda que o mercado exige. Por isso, o envelhecimento passa a ser considerado não somente um processo psíquico ou biológico, mas também social. Contudo, a contradição que permeia essas crenças é o fato contemporâneo de existirem muitos idosos como mantenedores da renda familiar, com recursos provenientes da aposentadoria.

Outra gama de opiniões dos entrevistados, associa o termo “**velho**” a pessoas com mais de 80 anos:

A velhice mesmo, eu que é depois quando tu já tá velho mesmo com oitenta, noventa anos, né, daí é uma idade mesmo que eu acho que a gente tem que achar que agora eu estou velho mesmo! (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Eu acho que chegando aos 80, 90 eu acho que daí é a velhice que pega, né?! Eu quero chegar lá! (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Velho, se não morrer, chega ali. Velho só depois dos 100! Eu tenho esse problema de saúde, mas eu estou muito feliz, com a família, os vizinhos também (Homem, 72 anos - Monte Alverne).

As falas acima afirmam que a **velhice** somente chega em idades mais longevas. Depreende-se dessas representações que, quanto mais afastada a velhice, menor impacto ela possui no momento presente. Os excertos acima também apontam para preconceitos e estereótipos negativos em relação ao envelhecimento, que referem que velho é aquela pessoa acomodada, limitada e incapaz. A pesquisa de Marinho *et al.* (2016) corrobora com a constatação acima, que demonstrou que idosos longevos – pessoas de 80 anos ou mais - não se reconhecem como “**velhos**” e sim “**idosos**” por se sentirem ativos e autônomos. Os referidos autores interpretam o discurso das pessoas idosas longevas como uma constante elaboração do que é ser velho, principalmente quando se utilizam de exemplos de outras pessoas idosas que apresentam debilidades e dependência, para dizer que estes é que são velhos.

A famosa frase de Beauvoir (1976), “velho é sempre o outro”, manifesta essa situação quando há uma repulsa a pessoas que apresentam condições mais severas, que podem acometer as pessoas idosas. Percebe-se, no estudo de Marinho *et al.* (2016), que o critério que os idosos longevos utilizam para definir alguém como velho ou idoso está relacionado com a capacidade funcional e social da pessoa. Ainda, os autores atentam para possibilidade de que pessoas que envelhecem de forma saudável ou bem-sucedida possam perpetuar situações em que outras pessoas idosas, em condições mais fragilizadas, sejam excluídas ou alvo de preconceitos.

Corroborando com essas afirmações, Silva (2008) aponta que a associação entre **velhice** e invalidez seja a consequência da institucionalização das aposentadorias, que mais se solidificou no imaginário cultural, pois seu estabelecimento contribuiu para a caracterização da velhice como categoria política. A conquista da aposentadoria, considerada em algumas situações um sinônimo de inabilidade, caracteriza ideologicamente um dos estigmas do envelhecimento. Contudo, oportuniza um novo posicionamento para a velhice que é o da politização, o que favorece que essa população exija seus direitos sob o status de idoso. A autora acima referenciada ainda coloca, que o aposentado não é somente o sujeito incapaz para o trabalho, mas também o cidadão de direitos, detentor de privilégios sociais legítimos, cujo reconhecimento lhe permite reivindicar benefícios em nome de uma categoria.

Dando seguimento à discussão, quando questionados sobre o que entendem por **envelhecimento**, apresentam-se as seguintes falas:

Aí, envelhecimento para mim assim... tem dias que eu me acho uma pessoa de 70, 80. Eu fico muito sozinha, eu moro bem sozinha! Bem sozinha! Tem dias que eu não ligo rádio, não ligo TV, não ligo rádio não ligo nada! (Mulher, 63 anos - Alto Paredão).

A gente não se prepara para envelhecer né? A gente não pensa na velhice né? Quando a gente é novo, a gente vai vivendo, vai vivendo. Daqui a pouco, quando a gente vê, a gente está velho, né? Eu não tenho medo da velhice (Mulher, 63 anos - São José da Reserva).

Eu estou agora com 72 anos então, nesse período até então, eu não senti o envelhecimento, nem gostava que me chamassem de velho. Mas agora eu estou sentindo as diferenças né? Algumas coisas que eu não posso mais fazer... então tem que estar preparado né? (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Observamos nos excertos acima que, apesar de que as concepções sobre **envelhecimento** sejam mais atenuadas que a de **velho**, elas se confundem em algumas falas. Os idosos retratam aqui um processo que chega sorrateiramente, sem que eles pudessem ter percebido. Assim, o **envelhecimento** é retratado como uma situação que traz mudanças que ocorrem fora do domínio dos idosos. Em relação ao **envelhecimento**, o entendemos como um processo de modificações físicas, psicológicas e sociais que é construído durante a vida e o contexto social e cultural que essa pessoa está inserida (NETTO, 2002). Por outro lado, outras falas aludem a uma ideia de envelhecimento mais positiva:

Se a gente envelhece com saúde, que não tem dor, até que é bom né? É bonito. Mas eu não queria ficar muito velha não, eu queria viver assim até uns oitenta ali, né? A gente não manda na gente... Mas eu acho que não é preocupante se não tem doença nenhuma né? É bom, é bom envelhecer... (Mulher, 66 anos - São José da Reserva).

Significa estar viva. Se eu não estivesse velha, eu não estaria viva, então para mim envelhecer é estar viva (Mulher, 72 anos - Alto Paredão).

É bom né, como não estou sofrendo né...então eu vou indo vou vivendo...a gente não pensava em envelhecer né, assim como está a gente fica velho e a gente vai (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Olha, envelhecimento tem que ter saúde, viver bem, ter muita amizade. Os filhos, se a gente pode ajudar a gente ajuda, então, sempre ajudando os filhos. Isso para mim é importante para envelhecer! (Mulher, 72 anos - Alto Paredão).

As falas acima demonstram que o envelhecimento pode ser encarado como uma oportunidade de construir e aprimorar a existência, com base na própria experiência de vida e eventos passados. O fato de terem atingido uma idade avançada, traz um

certo ar de “privilégio” para as pessoas idosas, em razão da longevidade que conseguiram atingir. Ao aceitarem o envelhecimento como um processo natural da vida de qualquer ser vivo, a pessoa idosa adquire melhor consciência acerca daquilo que está vivenciando e consegue viver de maneira mais saudável e otimista (FRUMI; CELICH, 2006).

Rodrigues e Soares (2006) afirmam que, diante de anos de uma carga social negativa em torno do conceito de “**velho**”, o **envelhecimento** entendido como processo traz consigo uma conotação mais positiva. Essa concepção veio acompanhada do aumento da longevidade, criação de novas políticas públicas e serviços direcionados especificamente para as pessoas idosas. Através disso, houve uma ressignificação dos conceitos e concepções sobre o envelhecimento, incentivando modos mais saudáveis e felizes de envelhecer, com melhor aproveitamento do tempo da aposentadoria.

De maneira semelhante, a palavra “**idoso**” é entendida de maneira mais respeitosa pelos participantes, como observamos nas falas abaixo:

Idoso... O idoso está sobrevivendo a todas as dificuldades que tem, está aguentando. Ele quer ficar velho, aguentando as dificuldades. Ser velho, isso é pra quem quer! Eu não quero ser velha, embora eu já tenha 71 anos. Não quero ser velha, quero ser idosa! (Mulher, 71 anos - Alto Paredão).

É normal assim tu ficar idoso. Tu nunca vai ficar naquela idade, né? Mas depois tu fica velho, parece que não deve dizer velho, porque tem gente que diz que é velho com 40 anos e com 80 e dizem que não são velho (Homem, 72 anos - Rio Pardinho).

Idoso, tu sabe que às vezes eu tenho que pensar bem e ver que eu sou uma idosa. Porque, às vezes, eu não me dou conta disso, né? Então, idoso, tu pensa: “ah já sou um idoso”. Eu acho que tu estaria pior, eu não posso pensar que eu sou um idoso, né?! (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Idoso, eu imagino que é assim que nem eu, porque eu já não sou nova, mas também não sou velha, velha, né? Eu vou fazer 70 anos depois em abril, mas eu me acho bem conservada, assim, e olha que eu trabalhei! (Mulher, 69 anos - Rio Pardinho).

Ah! idoso é a pessoa chegar lá na hora que tu vai ficando mais velho, as forças vão terminando (Homem, 67 anos - Rio Pardinho).

De acordo com os excertos acima, ao se referirem à palavra **idoso**, os participantes manifestam uma forma mais respeitosa de tratarem a si mesmos. Rodrigues e Soares (2006) apontam que, nos anos 50, a palavra **idoso** era restrita a pessoas que possuíam maior renda, melhor *status social* ou empregos e atividades socialmente valorizadas. A partir da instauração das novas políticas sociais para a velhice na década de 60 na França, a aposentadoria recebeu um aumento de pensões e o termo **idoso** passou a ser utilizado em documentos oficiais em substituição aos termos *velho* e *velhote*, contribuindo para um olhar mais respeitoso para as pessoas idosas. Ao final da década de 60, o Brasil passou a integrar a noção francesa de **idoso** e incluiu o termo em alguns documentos oficiais. Esses aspectos, que remontam à historicidade dos termos, nos auxiliam a entender a razão pela qual a palavra **idoso** é mais aprazível aos participantes ao relatarem seu próprio processo de envelhecimento.

Ademais, a referida designação traz consigo outras significações. Quando se identificam enquanto **pessoas idosas**, os participantes tendem a levar mais em conta a manutenção da autonomia para continuarem realizando atividades de forma independente. Para eles, o fato de ainda se sentirem saudáveis e capazes de continuarem realizando tarefas domésticas, reforça o distanciamento subjetivo do “velho doente, velho ruim”. Segundo Debert (2016) a negação da velhice e dos processos biológicos que modificam a aparência física, se sustenta somente enquanto as pessoas idosas conseguem exercer funcionalidades de forma independente. De modo contrário, a expressão da velhice em sua forma mais pejorativa começa a se manifestar.

Conforme a autora mencionada, as pessoas idosas, que reconhecem seu estado de velhice, ressaltam a aposentadoria e/ou a desvinculação de suas atividades laborais como uma decisão sábia e agora podem finalmente desfrutar o restante de suas

vidas. Em relação aos menos adeptos da ideia de que são pessoas idosas, estes continuarão a ocupar espaços de trabalho e interagir com seus antigos colegas (DEBERT, 2016).

Embora o termo “pessoa idosa” engloba tanto o idoso como o velho, há uma distinção entre o velho e o idoso: velho é aquele que se sente velho e o idoso é o que tem idade avançada, mas que não se sente velho (MARTINS *et al.*, 2009, p. 837).

Rodrigues e Soares (2006) fazem associação semelhante aos significados da palavra **idoso** com o termo **terceira idade**. Neste sentido, ser **idoso** pode ser considerado estar numa fase da vida “com novas perspectivas vinculada a ações positivas como participar, questionar, mudar e evoluir, em que a pessoa idosa ocupa uma posição ativa dentro do seu processo de envelhecimento, tornando-se responsável pelo seu estilo de vida” (p. 9-10). As pessoas, nesse momento de vida, aceitam suas limitações físicas e buscam manter atividades que consigam desempenhar ou novas práticas que os possibilitem uma maior vinculação à comunidade em espaços coletivos. Este último aspecto ocorre de maneira muito frequente com as pessoas idosas do meio rural.

Para o entendimento do ser **idoso**, alguns fatores contribuíram significativamente, como mudanças na previdência (década de 60) que, além de reduzir a idade para aposentadoria, passou a incluir um número maior de indivíduos beneficiários. Também se implementaram as legislações específicas para as pessoas idosas, o que convoca aos beneficiados uma vida social ativa e ao exercício da cidadania, na busca de um envelhecimento com boa qualidade de vida. Assim, a terminologia **idoso** “concorre para o estabelecimento de novas necessidades e aspirações para os indivíduos, todas elas ligadas a uma autoimagem positiva” (RODRIGUES; SOARES, 2006, p. 10).

Concluimos observando que os significados atribuídos pelas pessoas idosas sobre o envelhecimento no meio rural, estão diretamente ligados às condições e ao contexto em que vivem

esses indivíduos. Sabe-se que os estudos sobre o tema são escassos, devido à pouca incidência de pesquisas nesse espaço sociodemográfico. Esse aspecto faz com que a sociedade fique distante da realidade das pessoas idosas no meio rural, cujo significado da velhice é uma incógnita frente a um cenário de constantes mudanças. Diante desse desconhecimento, permanece no imaginário social uma visão estereotipada, baseada em pressupostos ideológicos, acerca do que é ser idoso no campo. Como vimos, os significados atribuídos pelos protagonistas dessas vivências possuem particularidades históricas, sociais, culturais e ecológicas que subjazem suas percepções sobre as diferentes concepções ligadas ao envelhecimento.

Considerações Finais

O capítulo se propôs a apresentar e discutir as representações sociais da população idosa do meio rural sobre as diferentes concepções a respeito do envelhecimento. A análise dos dados revelou que estes atribuem significados positivos e negativos sobre o referido processo, o que varia dependendo do termo adotado. Mesmo que os estereótipos relacionados à velhice sejam socialmente semelhantes, o modo como as pessoas imaginam os processos relacionados ao envelhecimento apresenta variações (DEBERT, 2016).

Ao se falar em **velhice**, as pessoas idosas aludem a uma situação de dependência, fragilidade e acomodação. Também, remete ao fato de que **velhos** são aqueles que possuem idade bastante avançada, acima dos 70 anos. Ao se referir sobre os vocábulos **envelhecimento** e **idoso**, os participantes identificam a si mesmos de maneira mais respeitosa, pois evidenciam um acúmulo de experiências, consideradas como sabedoria de vida.

Para as pessoas idosas, embora a sabedoria e experiência também façam parte do núcleo de suas percepções, a relação subjetiva com o processo de envelhecer se fragmenta em duas vertentes: uma positiva, em que a pessoa idosa reconhece seu tempo de vida e isso se converte em uma noção de sabedoria e

experiência; e uma negativa, na qual as doenças e as limitações acabam adquirindo um peso maior em suas vidas. Ser acometido por dificuldades físicas ou outras doenças, principalmente em se tratando de pessoas idosas que vivem no contexto rural, pode prejudicar a atividade pela qual se dedicaram integralmente: o trabalho na agricultura. Outro artigo realizado sobre esta pesquisa (AREOSA; FREITAS, 2018) demonstrou que a compreensão sobre o processo de envelhecimento no campo é considerada de maneira mais positiva do que negativa, independentemente de serem acometidos pelas questões normais do envelhecimento. As pessoas idosas associam o fato de envelhecer no campo com maiores possibilidades de espaços de lazer e socialização, além de considerarem ter uma vida tranquila e cômoda no meio rural.

Desse modo, o processo de envelhecimento e a própria pessoa idosa propõem novas formas de compreensão do tema. A participação em grupos onde podem compartilhar seus sentimentos, emoções, conhecimentos e experiências, auxilia em diversos aspectos, o que possibilita mudanças significativas nesta etapa da vida, como o resgate da autonomia, enfrentamento de problemas, crescimento da autoestima e aumento na qualidade de vida. Sugere-se que mais estudos possam ser realizados no sentido de investigar o envelhecimento no meio rural e as percepções das pessoas idosas sobre o mesmo, de modo que a aquisição de idades mais avançadas possa ser entendida como um processo natural da vida e sejam desmistificadas as representações sociais depreciativas dessa fase, ainda existentes em nossa sociedade.

Referências

AGUIAR, A.; CAMARGO, B. V. Envelhecimento e Prática de Rejuvenescimento: Estudo de Representações Sociais. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Florianópolis, v. 38, n. 3, p. 494-506, 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703 - pcp-38-3-0494.pdf](http://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n3/1982-3703-pcp-38-3-0494.pdf)>. Acesso em: 5 out. 2019.

AREOSA, S. C.; FREITAS, C. R. Representações sociais de idosos e condições de vida no meio rural. *Revista Ciências Humanas*, Taubaté, v. 11, n. 2, p. 71-82, 2018. Disponível em: <<https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/470>>. Acesso em: 5 out. 2019.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BEAUVOIR, S. de. *A velhice: a realidade incômoda*. São Paulo: DIFEL, 1976.

COLUSSI, E. L.; PICHLER, N. A.; GROCHOT, L. Percepção de Idosos e Familiares acerca do envelhecimento. *Revista Brasileira Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 1-8, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232019000100209&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>.

Acesso em: 16 out. 2019.

DEBERT, G. G. Envelhecimento e representações sobre a velhice. *VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 1, n. 4, p. 537-556, 2016. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/451>> Acesso em: 5 out. 2019.

FERNANDES, J. da S. G. *et al.* Análise discursiva das representações sociais de idosos sobre suas trajetórias de vida. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 20, n. 3, p. 903-920, 2015. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/RevEnvelhecer/article/view/46451>>. Acesso em: 17 out. 2019.

FRUMI, C.; CELICH, K. O olhar do idoso frente ao envelhecimento e à morte. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, v. 3, n. 2, p. 92-100, 2006. Disponível em: <<http://seer.upf.br/index.php/rbceh/article/view/78>>. Acesso em: 21 out. 2019.

FERREIRA, O. G. L. *et al.* Significados atribuídos ao envelhecimento: idoso, velho e idoso ativo. *Psico-USF*, Itatiba, v. 15, n. 3, p. 357-364, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712010000300009>.

Acesso em: 13 out. 2019.

GUARESCHI, P. Psicologia Social e Representações Sociais: Avanços e novas articulações. In: VERONESE, Marília, e

GUARESCHI, P. (orgs.) *Psicologia do Cotidiano: Representações sociais em ação*. Petrópolis: Vozes, 2007, p. 17-40.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo demográfico*, 2010.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

JOVCHELOVITCH, S. *Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura*. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2008. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/download/4441/4366>> Acesso em: 15 out. 2019.

MARINHO, M. dos S. *et al.* Identidades de idosos longevos: significados atribuídos a ser velho. *Revista Argumentum*, Marília, v. 8, n. 3, p. 146-158, 2016. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5763746.pdf>>. Acesso em: 4 out. 2019.

MARKOVA, I. *Dialogicidade e representações sociais: as dinâmicas da mente*. Tradução de Hélio Magri Filho. Petrópolis: Vozes, 2006. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/320>>. Acesso em: 1 out. 2019.

MARTINS, C. R. M.; CAMARGO, B. V.; BIASUS, F. Representações sociais do idoso e da velhice de diferentes faixas etárias. *Universitas Psychologica Colombia*, Bogotá, v. 8, n. 3, p. 831-847, 2009. Disponível em: <<https://mail.google.com/mail/u/0/#https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/revPsycho/article/view/627/388>> Acesso em 2 out. 2019.

MINAYO, M. C. S.; COIMBRA, C. E. A. Introdução: entre a liberdade e a dependência: reflexões sobre o fenômeno social do envelhecimento. In: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA, C. E. (Orgs.). *Antropologia, saúde e envelhecimento*, Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002, p. 11-24. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/d2frp/pdf/minayo-9788575413043-02.pdf>>. Acesso em: 3 out. 2019.

MORAIS, D. X. *Representações sociais de envelhecimento e redes sociais significativas de idosos*. 2017. 176 f. Dissertação de Mestrado (Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/182745>>. Acesso em: 22 out. 2019.

MOSCOVICI, S. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

NETTO, M. P. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. In: *Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada*. São Paulo: Atheneu 2002, p. 524-524.

RODRIGUES, L. S.; SOARES, G. A. Velho, idoso e terceira idade na sociedade contemporânea. *Revista Ágora*, Vitória, v. n. 4, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/view/1901>>. Acesso em: 25 out. 2019.

SILVA, L. R. F. Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento. *História, Ciências, Saúde*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 155-168, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-59702008000100009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 3 out. 2019.

SIMSON, O. R. M. V.; NERI, A. L.; CACHIONI, M. *As Múltiplas Faces da Velhice no Brasil*. 2º ed. São Paulo: Alínea, 2006.

TAVARES, V. O. *et al.* Interfaces entre a renda dos idosos aposentados rurais e o contexto familiar. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 94-108, 2011. Disponível em: <<http://revistas.eletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/8725>> Acesso em: 3 out. 2019.

THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: Teoria social dos meios de comunicação de massa*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORRES, T. L. *et al.* O. Representações sociais e crenças normativas sobre envelhecimento. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 12, p. 3621-3630, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232015001203621&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 3 out. 2019.

SOBRE OS AUTORES



CRISTIANE DAVINA REDIN FREITAS

Graduada em Psicologia. Mestre em Psicologia Social pela PUCRS. Doutora em Psicologia Social pela UFRGS. Docente do Mestrado Profissional em Psicologia e do Curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). É editora da PSI UNISC Revista do Mestrado Profissional em Psicologia. Contato: cristianefr@unisc.br



DIORGINIS LUIS FONTOURA DA ROSA

Acadêmico do curso de Psicologia na Universidade de Santa Cruz do Sul e Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento Humano - GEPEC Contato: di_fontoura@hotmail.com



EDUARDA CORRÊA LASTA

Psicóloga graduada pela Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional - PPGDR/UNISC. Membro integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento Humano - GEPEC/UNISC. Contato: eduardalasta@gmail.com



JULIANA ROHDE

Psicóloga. Especialista pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde do Hospital Santa Cruz. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC. Contato: rohde.ju@gmail.com



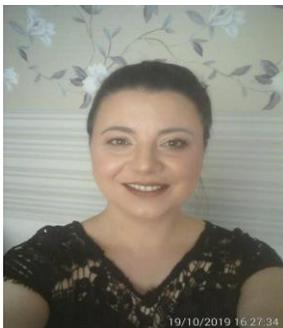
LILIAN THAIS KONZEN

Acadêmica de Psicologia da UNISC e Bacharel em Direito pela UNISC. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC. Contato: lilian_konzen@hotmail.com



LUCAS ANTÔNIO DA SILVA

Acadêmico do curso de Psicologia – UNISC, bolsista FAPERGS: “Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul”. Contato: lsilva1981@gmail.com



MARILUZA SOTT BENDER

Psicóloga. Pós-Graduada em Psicologia Social. Pós-Graduada em Saúde Mental. Pós-Graduada em Psicologia Organizacional e do Trabalho. Pós-Graduada em Avaliação psicológica e psicodiagnóstico. Mestra em Desenvolvimento Regional. Psicóloga residente no Hospital Santa Cruz. Contato: maribendersott@hotmail.com



MÍRIAM CABRERA DELBONI

Graduada em Terapia Ocupacional (PUCCamp), Mestrado em Reabilitação (UNIFESP). Doutorado em Desenvolvimento Regional (UNISC) - bolsista Capes. Doutorado Sanduíche na Universidade do Minho - bolsista Capes. Docente Adjunto do Departamento de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Docente do Programa de Mestrado em Gerontologia da Universidade Federal de Santa Maria. Contato: miriamdelboni@gmail.com



RAFAELE LUIZA KLAFKE

Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Integrante do "Grupo de estudos e pesquisas em envelhecimento e cidadania - GEPEC" desde 2016. Atualmente atuo como bolsista de extensão no periódico PSI UNISC. Contato: rklafke@gmail.com



ROBERTO WICKERT

Comunicador Social com habilitação em Relações Públicas. Mestre em Desenvolvimento Regional - UNISC. MBA em Marketing - FGV/CEEM. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Envelhecimento e Cidadania - GEPEC. Coordenador de Inovação, Marketing e Desenvolvimento de Produtos na Termolar S.A. Contato: wickert.roberto@gmail.com



RODRIGO BENCK

Acadêmico do curso de Psicologia – UNISC, estagiário do Projeto: “Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul” – UNISC. E-mail: benckrodrigo@gmail.com



SILVIA VIRGINIA COUTINHO AREOSA

Psicóloga. Mestre em Psicologia Social e da Personalidade. Doutora com pós-doutorado em Serviço Social – PUCRS. Professora do Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e coordenadora do Mestrado Profissional em Psicologia da UNISC. Conselheira Municipal (CMI de Santa Cruz do Sul). Editora da Revista PSI UNISC. Contato: sareosa@unisc.br



SUÉLEN FERREIRA

Acadêmica do curso de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Integrante do "Grupo de estudos e pesquisas em envelhecimento e cidadania - GEPEC". Bolsista do projeto de pesquisa "Estudo Socioeconômico e Demográfico da População Idosa no Meio Rural do Município de Santa Cruz do Sul" em 2019. Contato: ssferreira9656@gmail.com

Foto: Laura Zimmer Helfer



**NO BRASIL, PAÍS QUE POSSUI UM VASTO TERRITÓRIO,
ENCONTRAMOS DIFERENTES MODOS DE VIDA,
CONTEXTOS SOCIAIS E REALIDADES.
ASSIM, COMPREENDER O PROCESSO DE ENVELHECIMENTO,
FENÔMENO COMPLEXO E HETEROGÊNEO, É TAREFA DAS
UNIVERSIDADES E DE TODA A SOCIEDADE.**

